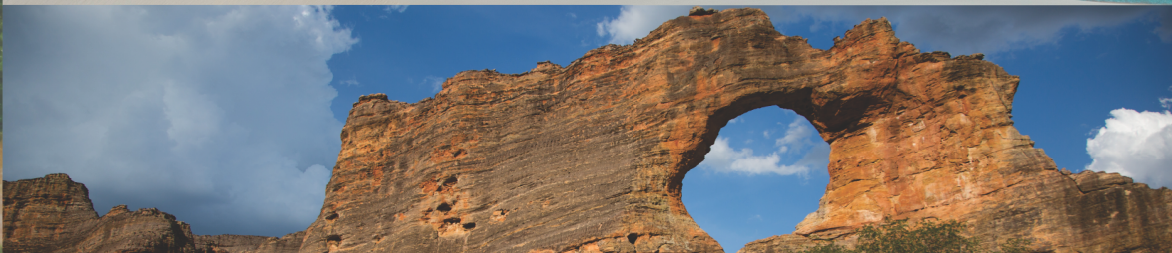


JOANA VALENTE SANTANA
VANDA MICHELI BURGINSKI
(ORGANIZADORAS)

A PÓS-GRADUAÇÃO NA REGIONAL NORTE DA ABEPSS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE: desafios, resistência e estratégias



JOANA VALENTE SANTANA
VANDA MICHELI BURGINSKI
(ORGANIZADORAS)

A PÓS-GRADUAÇÃO NA REGIONAL NORTE DA ABEPSS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE: desafios, resistência e estratégias

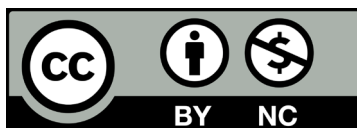


"Faz escuro, mas eu canto".

Thiago de Mello. Amazonense, poeta da floresta!

Copyright © 2024 – Universidade Federal do Tocantins – Todos direitos reservados

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Bloco IV, Reitoria
Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Preparação: Joilene Lima

Capa: Rogério Santana Maués

Diagramação: Raissa Bambirra

Revisão: O conteúdo dos textos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade dos respectivos autores.

Organizadoras: Joana Valente Santana, Vanda Micheli Burginski

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)

P855 A Pós-Graduação na Regional Norte da ABEPSS e sua importância

para a sociedade: desafios, resistências e estratégias. / Joana Valente Santana, Vanda Micheli Burginski (organizadoras). – Palmas, TO: EdUFT, 2024.
176p.

Editora da Universidade Federal do Tocantins (EdUFT). Acesso em:
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora>.
ISBN: 978-65-5390-116-2.

1. Região Norte. 2. Pós-Graduação. 3. Pesquisa. 4. Serviço Social. I. Santana, Joana Valente. II. Burginski, Vanda Micheli. III. Título.

CDD 378

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

Prefácio.....	6
Apresentação.....	18
A ABEPSS e o fortalecimento da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: desafios e estratégias em contexto pandêmico. Rodrigo José Teixeira, Maria Liduina de Oliveira e Silva, Rafaela Bezerra Fernandes, Tales Willyan Fornazier Moreira.....	32
A Região Norte da ABEPSS e suas particularidades amazônicas e periféricas. Rosemeire dos Santos, Zaira Sabry Azar.	52
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA: 30 anos de compromisso com a formação de pesquisadores/as e desafios para a produção do conhecimento. Cristiana Costa Lima, Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira, Mariana Cavalcanti Braz Berger, Valéria dos Santos de Almada Lima, Zaira Sabry Azar.....	69
Influência do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPA na sociedade: aproximações preliminares. Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Joana Valente Santana, Reinaldo Nobre Pontes, Vera Lúcia Batista Gomes, Fernanda Iracema Moura Arnaud.....	87
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI: impactos e desafios. Colange Maria Teixeira, Edna Maria Goulart Joazeiro, Jairo de Carvalho Guimarães, Maria Aparecida Milanez Cavalcante.....	107
Debutando na Amazônia: os 15 anos do PPGSS da UFAM e sua contribuição para a sociedade. Roberta Ferreira Coelho de Andrade , Hamida Assunção Pinheiro, Lidiany de Lima Cavalcante, Escarlete Raíssa Evangelista da Silva.....	128
Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFT: impactos no estado do Tocantins e região. Cecília Nunes Froemming, Célia Maria Grandini Albiero, Eliane Marques de Menezes Amicucci, Giselli de Almeida Tamarozzi, Kátia da Silva Farias.....	146
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....	166

PREFÁCIO

*"Quem é livre", diz arguto pensador, "não se conforma".
E a autoridade, ao seduzir as pessoas a se conformarem, cria e alimenta uma espécie de barbárie.*

Oscar Wilde

Os sucessivos ataques à universidade pública brasileira, desferidos pelos adeptos do neoliberalismo, referem-se à sua "natureza hermética", supostamente dissociada das necessidades sociais, em geral, e do mercado em particular, além dos altos custos implicados em sua manutenção. De modo mais contundente, a ultradireita investe contra as universidades e Institutos Federais, tentando desqualificá-los, deslegitimá-los social e academicamente com fulcro em ideias negacionistas e no conservadorismo de cunho moral e ideopolítico. Como esquecer que a comunidade científica foi reduzida a "baderneiros", "vacas gordas", dentre tantos adjetivos inomináveis? Decerto, esta ofensiva atende a interesses múltiplos, desde a privatização e crescente elitização do ensino superior, o desmonte das políticas afirmativas, o desfinanciamento e a captura da pesquisa científica com sua total subordinação aos interesses do mercado, até o aniquilamento do pensamento crítico, condição ineliminável para o pleno controle da sociedade pelo sistema do capital em sua crise estrutural. Entretanto, a comunidade acadêmica resiste às investidas contra o ensino superior público, na luta cotidiana contra a precarização do ensino, por uma formação de qualidade tanto em nível de graduação quanto na pós-graduação, em defesa da extensão e da pesquisa científica, a despeito das precárias condições e relações de trabalho¹.

A obra que se lhes apresenta é um grito, é a voz contundente que insiste em afirmar que, a despeito de todas as adversidades, o Serviço Social segue lutando para formar com qualidade as novas gerações e produzindo conhecimento crítico no âmbito dos programas de pós-graduação e da graduação.

¹ Em uma breve visita ao site do ANDES - Sindicato Nacional pode-se encontrar registros. Vide: <https://www.andes.org.br/>

Mais: trata-se de afirmar a decisiva importância da pós-graduação na Regional Norte² da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, a qual concentra o maior número de estados e extensão territorial e, paradoxalmente, é a que dispõe de menos universidades públicas. Referida como região geográfica, o Norte conta com apenas 11% do número de doutores do Sudeste³.

A disparidade que se constata no âmbito da educação manifesta e reproduz as profundas desigualdades sociais e regionais que marcam a formação social brasileira e seu padrão de acumulação crivado pela dependência externa frente ao grande capital transnacional. Neste, combinam-se relações sociais arcaicas e modernas, cuja incorporação de tecnologias de ponta nos processos produtivos convive *pari passu* com relações de trabalho pré-capitalistas; produz centros de especialização socioterritorial que detém grande concentração de riquezas ao tempo que aprofunda as desigualdades internas e regionais, pois “o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que demanda o processo de homogeneização para sua reprodução ampliada, cria e aprofunda, pelos mesmos meios, as desigualdades regionais que permitem uma acumulação cada vez mais privada das riquezas socialmente produzidas” (PEREIRA, 2020, p. 17-18). Evidencia-se, nestes termos, que a dinâmica inter-regional e sua diferenciação interna compõe o sociometabolismo do capital como totalidade complexa.

No curso do desenvolvimento desigual e combinado, a região Norte do Brasil afigura importante reserva de recursos naturais, por deter a maior biodiversidade do planeta graças à Floresta Amazônica, além da riqueza do subsolo e de recursos hídricos. Dada esta particularidade, a sua inserção da Divisão Internacional do Trabalho destaca a sua “vocação” extrativista (madeira, látex, castanha, peixe e minérios, dentre outros). Atualmente, além da extração de madeira e minérios, sua extensão territorial também tem sido cobiçada pelo agronegócio, em especial para a criação de gado de corte, pois mais de 40% do rebanho bovino do país encontra-se na região⁴.

2 A região Norte da ABEPSS é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Maranhão e Piauí. São 14 Universidades Federais, distribuídas pelos 9 estados.

3 Vide: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/11/1938684-regiao-norte-tem-11-do-numero-de-pesquisadores-doutores-do-sudeste.shtml>

4 É a região do país onde mais cresce esta atividade. Vide: <https://>

Fato é que a apropriação do vasto patrimônio ambiental pelas grandes corporações transnacionais, por meio dos megaprojetos (mineração, agro e hidronegócio) com o apoio do Estado brasileiro, tem promovido a expropriação das populações tradicionais (seringueiros, agricultores familiares, povos indígenas, dentre outros) seja esta, diretamente de natureza fundiária ou por meio da supressão dos recursos indispensáveis à reprodução de seus modos de vida, a exemplo da barbárie a que foi submetido o povo Ianomami, vítima da ganância do garimpo ilegal que se alastrou na região, com apoio e incentivo do governo Bolsonaro.

Os “projetos de desenvolvimento” para a região, historicamente, são constitutivos do agravamento da questão social e da degradação ambiental, posto que tem acento no latifúndio, nos megaprojetos de infraestrutura, legando às populações locais a miséria, o desemprego, a violência e piora das condições de vida⁵. Igualmente, não pode passar ao largo o interesse do grande capital no tocante à floresta amazônica, importante variável para o controle das mudanças climáticas, em razão de sua capacidade de absorção de gases do efeito estufa. No contexto de financeirização da natureza, o controle sobre as florestas, na forma de projetos de compensação, permite a emissão de títulos (créditos de carbono) a serem vendidos a poluidores em países industrializados. Tais projetos, além de serem considerados inócuos do ponto de vista climático, quase sempre fragilizam o modo de vida das comunidades florestais ou lhes causam profundos danos (KILL, 2015), demonstrando que as ações de “sustentabilidade ambiental”, guiadas pelo capital são, via de regra, portadoras de insustentabilidade social.

Neste sentido, o papel que o Norte do Brasil tem desempenhado no processo de acumulação do último período histórico, manifesta a combinação arcaico-moderno, na qual convivem uma intensa exploração da força de trabalho e múltiplas expropriações, com

revistacenarium.com.br/regiao-norte-lidera-crescimento-de-gado-que-ultrapassa-218-milhoes-de-cabecas-no-brasil/

5 Segundo dados do IBGE (PNAD contínua) referentes ao quarto trimestre de 2022, a região Norte possui dois estados que exibem as maiores taxas de informalidade do país: Pará (60,8%) e o Amazonas (57%), contra 39,4% em nível nacional. Vide: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/desemprego-cai-em-oito-unidades-da-federacao-no-quarto-trimestre/>. A região também apresenta o maior percentual de trabalhadores que não concluíram o ensino fundamental (27,8%), contra 20,7% da média nacional.

vistas à apropriação privada dos bens naturais, com utilização de modernas tecnologias e inserção dos ecossistemas locais no circuito da acumulação financeira.

Decerto, a gênese e desenvolvimento da pós-graduação no Norte do país, compõem esta particularidade da formação social brasileira: um padrão de dominação burguesa por meio do qual as disparidades regionais combinam-se às desigualdades de classe - cuja natureza assimila distintas e profundas formas de exploração e dominação: étnico-raciais, de gênero, sexualidades, etc. - na configuração de um país cuja inserção na Divisão Internacional do Trabalho é marcadamente subordinada e dependente.

O surgimento da pós-graduação em Serviço Social na Regional Norte, ainda no final dos anos de 1990⁶, não foge à regra: dá-se como síntese e expressão de um movimento que combina a expansão e diversificação da pós-graduação em nível nacional (CAPES, 2020), na dinâmica de consolidação do neoliberalismo no Brasil⁷ e a necessidade de avançar na formação de quadros no âmbito da profissão, a qual já obtinha desde a década de 1970, o seu reconhecimento como área de conhecimento pela CAPES, no I PNPG (1975-1079).

Este processo foi caudatário de um enorme esforço da categoria para avançar na produção do conhecimento e na formação do pensamento crítico, em busca de consolidar a “maturidade” do Serviço Social brasileiro (NETTO, 1996) e de oferecer respostas à altura dos

6 *A formação pós-graduada tem início na regional com o PPG em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, em 1993 e, posteriormente, o PPG em Serviço Social na Universidade Federal do Pará em 1996, permanecendo os únicos Programas de Pós-Graduação na regional Norte da ABEPSS, durante toda a última década do século XX.*

7 *Em documento intitulado Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG): uma discussão sobre a política de C&T nacional e a formação da agenda de pesquisa (CAPES, 2020), tem-se que na década de 1990 o quarto PNPG (1994-2002) não chegou a ser promulgado, mas forneceu à instituição novas diretrizes: o aperfeiçoamento do sistema de avaliação, a busca pela flexibilização do modelo de pós-graduação e a inserção internacional do Sistema Nacional de Pós-graduação - SNPG. A internacionalização ganha força por meio da intensificação da internacionalização das atividades científicas, medida pelo crescimento da produção científica em colaboração internacional. Quanto à avaliação da produção científica dos programas, foi criado em 1998 o Sistema de Classificação dos Periódicos Científicos (Qualis) e o crescimento da publicação passa a ser critério de avaliação dos programas. Como parte da diversificação do modelo de pós-graduação, no final da década de 90, tem-se a criação do mestrado profissional e da área Multidisciplinar.*

desafios que a conjuntura brasileira e latino-americana interpunha: o ataque aos direitos sociais, a ofensiva contra o pensamento crítico calcado na perspectiva da totalidade, a criação de uma ambiência cultural marcada pelo individualismo, pela competitividade e produtividade nas Instituições de Ensino Superior para atender às necessidades do capital (AMARAL; PERUZZO, 2021)⁸.

No campo da produção de conhecimento, adensada pela expansão dos Programas de Pós-graduação, a categoria profissional teve como um dos principais desafios contrarestar as tendências pós-modernas, caudatárias da deslegitimação das macro-teorias, da idolatria do “fragmento” ou do “local”, da centralidade da “narrativa” e do identitarismo em detrimento da história ou em substituição a esta. Frente à necessária afirmação da “direção estratégica da profissão” (NETTO, 1996) o Serviço Social responde afirmativamente. Segundo Amaral, Alcântara e Souza (2017, p. 165):

O avanço da formação profissional em nível de pós-graduação desde os anos de 1980 evidencia-se na expressiva produção teórica do Serviço Social Brasileiro, que vem gerando uma bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea, resultante da consolidação dos PPGs, em que amadurecem as pesquisas em nível de mestrado e doutorado, bem como a estruturação dos Grupos, Núcleos e Redes de pesquisa nas Unidades de formação Acadêmica/UFA.

Afirmando esta tendência, a Regional Norte da ABEPSS expandiu sua formação em nível da pós-graduação e, atualmente, dispõe de 05 programas de pós-graduação, sendo assim localizados: Maranhão (Políticas Públicas), Pará (Serviço Social), Piauí (Políticas Públicas), Amazonas (Serviço Social e Sustentabilidade) e Tocantins (Serviço Social). Vale destacar que os três primeiros oferecem cursos de mestrado e doutorado e os dois últimos, sendo os mais jovens, apenas mestrado.

A coletânea “A Pós-Graduação na Regional Norte da ABEPSS e

8 As autoras apresentam, sumariamente, os impactos da conjuntura: “No final dos anos 80 e durante os 90 do século passado, a Universidade brasileira e a política de Ciência e Tecnologia foram enormemente afetadas pelos ajustes estruturais, recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Sob essa mira, as instituições de ensino superior amargaram com a Reforma do Estado, da Previdência Social, com o desmonte e fragmentação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com poucos recursos para a realização de pesquisas (AMARAL; PERUZZO, 2021, p. 349).

sua importância para a sociedade: desafios, resistências e estratégias” é composta de sete artigos e, como afirmam suas organizadoras na apresentação da obra, objetiva “dar visibilidade aos impactos gerados na sociedade pelos Programas de Pós-Graduação da Regional Norte da ABEPSS”. Ao refletir sobre a *inserção social, relevância e impactos econômico-sociais* como variável constitutiva do processo de avaliação dos Programas da área, Carvalho; Stampa; Santana, 2020) em notável síntese de alguns documentos da CAPES (e também da área), informam que a participação e aderência contínua (e não apenas em ações pontuais) em políticas públicas são um marcador essencial das repercussões sociais dos cursos. As autoras também afirmam que este quesito, “inserção social” é de grande importância, dada às especificidades da área, como produtora de conhecimento e em razão de sua natureza interventiva na realidade social, o que é demonstrado pela sua vinculação com a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Da leitura dos artigos que seguem depreende-se uma profunda imbricação dos PPGs da Regional Norte à realidade local, em cada unidade federativa, sem perder de vista a dinâmica regional, nacional e mundial de produção e reprodução das relações capital-burguesas, das múltiplas expressões da Questão Social, das relações Estado-sociedade e da atividade profissional em movimento no interior destas, em cada dinâmica particular.

Em linhas gerais, os PPGs da Regional Norte apontam como direção estratégica a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento, a fim de contribuir para o fortalecimento da área e para qualificar a atuação dos profissionais do Serviço Social e de áreas afins no estudo e no enfrentamento de problemáticas regionais e nacionais, reforçando as dimensões formativa, investigativa e interventiva dos PPGs.

Embora não seja propósito deste breve texto operar uma síntese da atuação e dos resultados dos 5 programas, no tocante à *inserção social*, chama a atenção alguns marcadores apontados nos diversos artigos: 1) a participação dos egressos em atividades ligadas à docência e à pesquisa nas UFAS; 2) a diversidade temática das produções da Regional, demonstrando uma busca dos PPGs por abarcar as múltiplas expressões da questão social em nível local e regional, assim como as estratégias de enfrentamento produzidas pelo

Estado e pelas classes sociais; 3) participação em sociedades científicas nacionais e internacionais e em redes de pesquisa; 4) engajamento do corpo docente e discente em inúmeras entidades e articulações em nível das políticas públicas e assessoria a movimentos sociais: Fóruns, Conselhos e Núcleos de gestão de políticas públicas, Associações sindicais, populares e culturais, dentre outros.

Vale um particular registro: os engajamento e compromisso de docentes e discentes que integram os PPGs da Regional Norte com a defesa e construção cotidiana das entidades representativas do Serviço Social como: o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais (CRESS) e a ABEPSS, seja em nível nacional ou local, participando das instâncias de gestão superiores ou integrando as comissões e grupos de trabalho ou mesmo dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), no caso da ABEPSS.

A constatação dos avanços acima elencados não podem esmaecer as complexas linhas de dificuldades ou contratendências que se interpuseram e seguem vivas no cotidiano de quem vive a pós-graduação no Brasil, em especial, em regiões periféricas como as Norte e Nordeste brasileiras e que interpõem inúmeros desafios ao fazer ciência e formação de qualidade: a escassez dos investimentos públicos para a educação e para o financiamento da pesquisa⁹, a perseguição e ameaças a professores legatárias do negacionismo científico, o produtivismo acadêmico, a precarização e intensificação do trabalho docente, agravadas pela mediação das novas tecnologias de informação, o adoecimento mental de discentes e docentes, dentre outras.

Sem a pretensão de abarcar estas questões, cabe ressaltar a gravidade da problemática, denominada como “crise da ciência”, que se expressa no sistemático corte de verbas pelo governo central, tendência que se acentua desde 2014. Para Macário e Reis (2020, p. 1):

O subfinanciamento do ensino superior, da pós-graduação e das atividades de pesquisa científica é um traço estrutural do capitalismo dependente brasileiro. Como já afirmado em outro estudo (REIS e MACÁRIO, 2018), entre nós o capital está mais interessado nos

⁹ Apesar das especificidades geográficas e de imensas dificuldades de logística impostas pelas peculiaridades regionais, a matriz orçamentária nacional segue um padrão uniforme para a distribuição dos recursos financeiros, entre todas as IFES do país. Vide: <http://www.unifap.br/universidades-federais-da-regiao-norte-debater-desafios-e-demandas-em-comum-no-6o-forum-de-reitores/>

imenso manancial de recursos naturais, na grande oferta de mão de obra barata e nos subsídios do fundo público. Em decorrência disso, e do lugar que o país ocupa na divisão internacional do trabalho, as corporações que operam no território nacional não se veem obrigadas a investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D), como fazem nos países centrais¹⁰.

Entretanto, considerar o subfinanciamento como elemento estrutural não esmaece as oscilações conjunturais que tanto revelam acerca da instabilidade econômica e política próprias da ordem do capital e mais uma vez os dados são reveladores: a crise econômica que atinge o Brasil em 2014 contribui para um verdadeiro tsunami no fundo público, atingindo em cheio o ensino superior, a pós-graduação e a pesquisa científica. Esta tendência agrava-se com o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 e, posteriormente, com o governo protofascista de Jair Bolsonaro, o qual elege a Universidade Pública Brasileira como seu inimigo preferencial¹¹, tendo em conta que, além dos sucessivos cortes de recursos para - financiamento da pesquisa, especialmente para as humanidades, bolsas de assistência estudantil para a graduação, bolsas de pesquisa - o governo desenvolve uma dura campanha de deslegitimação das universidades públicas como parte de uma estratégia de privatização, tendo como ponto de partida a quebra do tripé ensino-pesquisa-extensão¹² e uma dura perseguição ao pensamento crítico, imediata e pejorativamente enquadrada como comunista.

10 Vide: <https://www.abrasco.org.br/site/sem-categoria/covid-19-divida-publica-e-crise-de-financiamento-de-ciencia-e-tecnologia-no-brasil-artigo-de-epitacio-macario-e-luiz-fernando-reis/47148/>

11 Se tomarmos como referência a destinação orçamentária da CAPES, vê-se que os recursos destinados pela União para a instituição eram da ordem de R\$ 1,313 bilhão, em 2003, indo em 2015 para R\$ 9,469 bilhões. Já em 2019, esse montante caiu para R\$ 3,911 bilhões, o que representou uma redução de 58,70% em apenas quatro anos (Id., Ibid.).

12 Importante lembrar o Future-se, projeto do Ministério da Educação divulgado pelo atual ministro Abraham Weintraub, cujo objetivo era "dar mais autonomia financeira para as Universidades e Institutos Federais, fomentando o empreendedorismo e a inovação e captando recursos privados. Isso se daria através de contratos de gestão da União e dos IFES com Organizações Sociais (OS) que possuam atividades "ligadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à cultura e que estejam relacionadas às finalidades do Programa". Vide: <https://www.politize.com.br/future-se-entenda-a-nova-proposta-do-mec/>

A pandemia do novo coronavírus, citada pela totalidade dos artigos da coletânea como uma variável marcante em suas trajetórias, não bastasse ser uma tragédia anunciada¹³, impôs ao povo brasileiro, em especial aos trabalhadores(as) das regiões mais pobres e longínquas, a desventura de vivenciá-la em pleno auge do negacionismo científico, o que expôs de forma bárbara a escassez de produtos hospitalares e farmacológicos¹⁴, além do desmonte da capacidade instalada para produzir vacinas. Neste contexto, os centros de pesquisa científica (a exemplo da Fiocruz e Instituto Butantã) foram duplamente atacados: pelos cortes orçamentários e pelo descredenciamento do governo federal, interessado em firmar contratos com os laboratórios internacionais, como demonstrou a CPI da Covid-19, no Congresso Nacional.

Do ponto de vista da educação, a pandemia constituiu um verdadeiro laboratório de práticas, “inovadoras”, custeado com recursos de docentes e discentes, os quais tiveram que custear as condições para a realização do Ensino Remoto Emergencial (ERE), com a clara e vergonhosa omissão do governo no tocante ao financiamento dos recursos tecnológicos (computadores, internet), físicos e pedagógicos (capacitação de docentes e discentes para utilizarem os mencionados recursos, etc).

Os impactos desta modalidade de ensino estão elencados em consistente estudo desenvolvido pela ABEPSS, gestão “Aqui se respira luta!”, disponível para conhecimento geral¹⁵.

13 *“A pandemia muito nos revelou. À partida, uma das mais devastadoras crises sanitárias de que se tem registro, longe de ser um fenômeno inusitado, demonstra os riscos da crescente destruição dos habitats de inúmeras espécies, colocando-as cada vez mais próximas do convívio humano, a carrear vírus ou agentes patogênicos, os quais nada de mal podem oferecer aos seus hospedeiros naturais, mas podem ser mortíferos para os humanos. Soma-se a isso, o intercâmbio forçoso entre animais silvestres e domésticos, já que a busca pela lucratividade a todo custo leva à captura predatória dos primeiros para consumo humano, e até a sua criação em cativeiro; a criação em larga escala de animais essenciais à raça humana, como frangos, porcos, etc. com hormônios, antibióticos....violando as condições mínimas de reprodução natural desses, constitui um solo propício para a proliferação de agentes que afetam o ser humano, expondo a humanidade aos graves riscos que ora constatamos” (SILVA, 2021, p. 6).*

14 *Comprova esta assertiva a “tragédia de Manaus”, o rastro de morte pela ausência de oxigênio nos hospitais, por negligência do governo federal. Vide: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-15/morrer-sem-oxigenio-em-uma-maca-em-manaus-a-tragedia-que-escancara-a-negligencia-politica-na-pandemia.html>*

15 *Este estudo está condensado em 2 relatórios: A Formação em Serviço Social*

A derrota do protofascismo em nível do governo federal promove certo alento para a ciência brasileira e para a educação, em geral, mas não há motivo para sossego: o contexto de crise estrutural coloca frente a frente projetos de educação e de C&T radicalmente distintos, por vezes antagônicos, mas dissimulados, destituídos de sua real essência: o avanço do desfinanciamento, da privatização e do aprofundamento das desigualdades regionais; a proposta do Ensino Híbrido (hoje extensiva à pós-graduação por meio da Portaria 315/2022 da Capes); a intensificação do trabalho docente, mediada pelas novas tecnologias; a perda de espaços de mobilização coletiva e de estratégias pedagógicas que ampliem interação docente/discente, são alguns dos legados do ERE e que colocam desafios importantes ao Serviço Social ou para falar como Amaral e Souza (2017, p. 166), o momento atual requisita:

Uma apreensão crítica das mudanças nos processos de trabalho, da inserção da profissão na divisão do trabalho, de seus vínculos com o real, das alterações na esfera do Estado, das políticas sociais e dos direitos, além dos posicionamentos políticos que segmentos da profissão imprimem aos projetos profissional e societário.

No contexto atual, discutir a inserção social da pós-graduação implica a sua postulação como patrimônio social, educacional e ético-político da profissão, tendo como lastro o seu compromisso com a formação e com a produção de conhecimento crítico. Para Silva, Nozabielli e Rodrigues (2020, p. 428), inserção social implica, portanto,

identificar práticas que evidenciem o seu posicionamento, resistência e compromisso social e político com as necessidades sociais, bem como a vitalidade da área em desenvolver atividades sintonizadas com os fundamentos da formação e com os valores do projeto profissional.

Neste sentido, a presente coletânea é expressão de múltiplas

e o Ensino Remoto Emergencial (2021) e Monitoramento - graduação e pós-graduação: a formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial (2022). Ambos disponíveis em: abepss.org.br

e combinadas tendências que marcam o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social na Regional Norte da ABEPSS: as profundas desigualdades regionais e a necessidade de se apreender a processualidade da Questão Social no Brasil e sua particularidade regional, com reflexos na profissão e para além dela, bem como os desafios que lhe são postos na atualidade.

Parabenizo as autoras e organizadoras da obra e agradeço a oportunidade de entrar em contato, em primeira mão, com esta que, sem dúvida, já constitui uma fonte de consulta e de encorajamento a todas (os) que vivem a pós-graduação ou que almejam embrenhar-se pelos caminhos da ciência.

Recife, 17 de abril de 2023.

Maria das Graças e Silva

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. F. A pós-graduação em Serviço Social na UFPE: o Nordeste que se espraia no Brasil. *In*: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Ângela Santana do (org.). *Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

AMARAL, M. V. B.; ALCÂNTARA, N.; SOUZA, R. M. Pós-graduação em Serviço Social na UFAL: história, desafios e perspectivas. *In*: AMARAL, Maria Virgínia Borges; SOUZA, Reivan Marinho de (org.). *60 anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional*. Maceió: EDUFAL, 2017.

BRASIL. *I PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação*. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/i-pnpg-pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. *Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG): uma discussão sobre a política de C&T nacional e a formação da agenda de pesquisa*. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/RelatorioTcnicoPNPGs.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CARVALHO, D. B. B.; STAMPA, I.; SANTANA, J. V. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez Editora, n. 139, 2020.

FIGUEIREDO, D. *Future-se: entenda a proposta do MEC*. Disponível em: <https://www.politize.com.br/future-se-entenda-a-nova-proposta-do-mec/>. Acesso em: 16 abr. 2023

KILL, J. *REED: uma coleção de Conflitos, Contradições e Mentiras*. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Disponível em: https://www.wrm.org.uy//pt/files/2015/04/REDD-Uma_Colecao_de_conflitos_contradicoes_e_mentiras.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

MACÁRIO, E.; REIS, L. F. *Covid-19, dívida pública e crise de financiamento de ciência e tecnologia no Brasil*. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/sem-categoria/covid-19-divida-publica-e-crise-de-financiamento-de-ciencia-e-tecnologia-no-brasil-artigo-de-epitacio-macario-e-luiz-fernando-reis/47148/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez Editora, n. 50, 1996.

PEREIRA, E. M. EXISTIRMOS – A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?": a questão regional e o Nordeste na formação social brasileira. In: SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino (org.). *SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO: primeiras décadas da formação e atuação profissional*. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, M. G. *Conflitos por água no Brasil e em Portugal: uma análise da atuação do Estado na contemporaneidade*. Relatório de Pós-doutorado. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Portugal, 2021.

SILVA, M. L. O.; NOZABIELLIA, S. R.; RODRIGUES T. F. A Inserção social como função política da universidade: resistências e perspectivas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez Editora, n. 139, 2020.

APRESENTAÇÃO

A área de Serviço Social se destaca pela importante inserção social de seus Programas de Pós-Graduação diante da gravidade das expressões da questão social em diferentes Regiões do Brasil. Assim, a coletânea *A Pós-Graduação na Regional Norte da ABEPSS e sua importância para a sociedade: desafios, resistências e estratégias* tem o propósito de dar visibilidade aos impactos gerados na sociedade pelos Programas de Pós-Graduação da Regional Norte da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os quais têm contribuído com a formação qualificada de pesquisadores/as e profissionais do Serviço Social e áreas afins. Ademais, a obra visa o fortalecimento dos PPG dessa regional, como forma de contribuir com a diminuição das assimetrias regionais no país. Nesta direção, o Documento de Área do Serviço Social afirma a “necessidade de incentivar a expansão da Pós-Graduação no âmbito do Serviço Social para a Região Norte, considerando que, dos sete estados desta Região, apenas três possuem Cursos de Pós-Graduação nessa área, com vazio nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima” (CAPES, 2019, p. 17-18).

Há muitos desafios a serem enfrentados para o fortalecimento da pós-graduação no Brasil. Um deles se refere ao financiamento de bolsas para a pós-graduação, pois para o ano de 2021, das 93.318 (noventa e três mil e trezentos e dezoito) bolsas ofertadas pela Capes, apenas 9.042 (9,7%) são destinadas para a grande área das Ciências Sociais Aplicadas e para a área de Serviço Social esse número equivale a 756 (0,8%) do total de 93.318. Quando se verificam os números da oferta de bolsas da Capes para os PPG em nível nacional (para todas as áreas de conhecimento), fica evidenciada a desigualdade entre as regiões, visto que a Região Norte, que tem o segundo maior número de estados da federação brasileira (equivalente a sete estados), recebe o menor percentual de bolsas da Capes (4,60%), demonstrando a necessidade de ampliação de Programas de Pós-Graduação nesta Região (Quadro 1).

Quadro 1 – Distribuição de Bolsas de Pós-graduação no Brasil, pela Capes para todas as áreas de conhecimento e por Região – 2021

Região	Número de Estados da Federação e Distrito Federal	Quantitativo de bolsas recebidas em 2021	%
Norte	7	4289	4,60%
Nordeste	9	16317	17,49%
Centro-Oeste	4	6328	6,78%
Sudeste	4	45042	48,27%
Sul	3	21342	22,87%
Total	27	93.318	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis pela CAPES/Geocapes, Distribuição de Bolsas de Pós-graduação no Brasil, 2021.

Na particularidade da divisão da ABEPSS, a Regional Norte contém 5 Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social, sendo 2 na área básica de Políticas Públicas, 2 em Serviço Social e 01 em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. O PPG mais antigo é o da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o mais recente é o da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (Quadro 2).

Quadro 2 – PPG Regional Norte da ABEPSS/Ano de início das atividades/ Área de concentração e Linhas de Pesquisa

IES/PPG	ANO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
Universidade Federal do Maranhão/ UFMA - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.	1993 (Mestrado) 2001 (Doutorado)	Políticas públicas e movimentos sociais Políticas sociais e programas sociais	1 - Avaliação de políticas e programas sociais 2 - Desenvolvimento, questão agrícola e agrária e meio ambiente 3 - Direitos fundamentais e políticas públicas 4- Estado, cultura e políticas públicas 5 - Estado, questão urbana e políticas públicas 6 - Estado, trabalho e políticas públicas 7 - Política social e Serviço Social 8 - Seguridade social: política de saúde, política de assistência social e previdência social 9 - Violência, família, criança, idoso e gênero
Universidade Federal do Pará/ UFPA - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	1996 (Mestrado) 2017 (Doutorado)	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais.	1 - Serviço social e políticas sociais na Amazônia 2 - Serviço social e trabalho na Amazônia

Universidade Federal do Piauí/ UFPI - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas	2002 (Mestrado) 2011 (Doutorado)	Estado, sociedade e políticas públicas	1 - Cultura, identidade e processos sociais 2 - Estado, políticas públicas e movimentos sociais
Universidade Federal do Amazonas/ UFAM - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia	2007 (Mestrado)	Serviço Social, políticas públicas, trabalho e	1 - Questão social, políticas sociais, lutas sociais e formação profissional. 2 - Gestão social, desenvolvimento, ambiente, direitos humanos, cultura e diversidade socioambiental
Universidade Federal do Tocantins/ UFT - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	2019 (Mestrado)	Serviço Social, políticas sociais e direitos	1 - Serviço social, diversidade e direitos humanos 2 - Serviço social e políticas sociais

Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis na Plataforma Sucupira, 2021.

Acompanhando o crescimento e o amadurecimento da área de Serviço Social¹ os PPG da Regional Norte da ABEPSS vêm contribuindo com a formação qualificada e produção de conhecimentos voltados aos interesses da sociedade. Esses Programas assumem relevância considerando-se a histórica desigualdade socioeconômicas existente entre as Regiões do país.

Indicadores produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em 2021, revelam que as Regiões Norte e Nordeste possuem os piores resultados relativos às condições de vida da população brasileira, a exemplo dos dados sobre a força de trabalho, onde:

¹ “[...] Nas produções bibliográficas e técnicas da área, destaca-se a potencialidade para apreensão das problemáticas que expressam as desigualdades socioeconômicas no país e a proposição de mecanismos e formas públicas de enfrentamento a essas desigualdades, bem como a formação de recursos humanos capazes de intervir qualificadamente nas expressões da questão social em níveis local, regional e nacional” (CAPES, 2019, p. 21).¹

[...] são analisados indicadores da força de trabalho por Grandes Regiões e grupos populacionais específicos, compreendendo as desagregações por cor ou raça, sexo, nível de instrução e grupos de idade. O estudo do mercado de trabalho segundo a distribuição dos trabalhadores nas atividades econômicas e seus rendimentos, a formalidade dos vínculos e a presença de subocupação por insuficiência de horas constitui-se subsídio para o planejamento de políticas públicas direcionadas aos grupos populacionais em desvantagem. Regionalmente, as maiores vulnerabilidades foram observadas na Região Nordeste, seguida pela Região Norte. Nos grupos específicos, mulheres, pessoas pretas ou pardas [...], jovens e a população com menor nível de instrução apresentaram indicadores mais desfavoráveis” (IBGE, 2021, p. 21-22).

De acordo com o IBGE, a inserção de trabalhadores no mercado informal é maior nas Regiões Norte e Nordeste. “Em 2020, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 59,1% na Região Norte e 53,1% na Região Nordeste” (IBGE, 2021, p. 30). Além disso, o rendimento médio domiciliar per capita referente ao ano de 2020 foi menor nas Regiões Norte (R\$ 896,00) e Nordeste (R\$ 891,00), enquanto no país foi equivalente R\$ 1.349,00. Nesse aspecto, “[...] as maiores proporções de avaliação negativa das condições de moradia foram registradas na Região Norte (11,1%), seguida da Região Nordeste (9,0%)” (IBGE, 2021, p. 117). A Região Norte apresentou a maior proporção de restrição de acesso a serviços de saúde (28,3% da população), seguida da Região Nordeste (35,5%).

Em 2019, o IBGE havia demonstrado os dados referentes às condições de moradia, particularmente em relação às inadequações domiciliares (ausência de banheiro de uso exclusivo, paredes construídas com material não durável, adensamento excessivo, ônus excessivo com aluguel), quando a Região Norte apresentou os piores indicadores:

Todos os indicadores analisados apresentaram importante variação geográfica. A proporção da população residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo, em 2018, registrou um máximo de 10,5% na Região Norte, seguida da Região Nordeste, com 6,2%, e um mínimo de 0,1% na Região Centro-Oeste. Já a proporção da população residindo em domicílios com paredes de material não durável atingia um máximo de 2,7% na Região Norte e um mínimo de 0,2% na Região Sudeste, enquanto a proporção da população residindo em domicílios com adensamento excessivo atingiu extremos de 13,1% na Região Norte e 2,4% na Região Sul.

Já o ônus excessivo com aluguel teve uma distribuição bem diferente das inadequações anteriores, sendo mais comum no Sudeste (6,1%) e mais raro no Norte (2,7%), mostrando ser uma inadequação que atinge tipicamente os domicílios mais pobres de regiões mais ricas (IBGE, 2019, p. 66).

Igualmente, quando se observam os dados sobre ausência de serviços de saneamento (Ausência de coleta direta ou indireta de lixo, ausência de abastecimento de água por rede geral, ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial), por Grandes Regiões, o Norte e o Nordeste alcançam os piores resultados, sendo grave a situação da Região Norte pois 79,3% da população residia, no ano de 2018, em domicílios com ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (IBGE, 2019).

Os dados sobre as condições de vida nas Regiões Norte e Nordeste, ao mesmo tempo em que revelam a desigualdade social no país, reforçam a importância da expansão do ensino superior público e de qualidade que possam contribuir com o enfrentamento das expressões da questão social existentes nessas Regiões.

Os PPG da Regional Norte da ABEPSS têm contribuído com a formação superior em nível pós-graduada e com a produção de conhecimento. Entre 2017 e 2020, os 5 PPG dessa regional formaram 169 (10%) mestres e 56 doutores (9,5%). Considera-se importante esses percentuais, quando comparados às dissertações (1683) e teses (589) defendidas, nesse mesmo período, nos 36 Programas de Pós-Graduação da Área de Serviço Social no Brasil, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – IES dos PPG da Área de Serviço Social por Regionais da ABEPSS/Número de dissertações e teses concluídas (2017 a 2020)

REGIONAL ABEPSS/IES	NÚMERO DE DISSERTAÇÕES	%	NÚMERO DE TESES CONCLUÍDAS	%
NORTE (UFAM, UFPA, UFT, UFMA FUFPI)	169	10%	56	9,5%
NORDESTE (UECE, UFRN, UERN, UFPB/JP, UEPB, UFPE, UFAL, FUFSE, UFRB, UFBA)	374	22%	40	6,8%

CENTRO-OESTE (UFMT, PUC-GOIÁS, UnB)	147	8,7%	27	4,6%
LESTE (UFES, EMESCAM, UFRJ, UFF*, UFF**, UERJ, PUC-RIO, UFV, UFJF)	540	32%	240	41%
SUL I (UEL, UNIOESTE, UFSC, UFRGS, PUC/RS, UCPEL)	261	15,5%	124	21%
SUL II (UNESP/FR, PUC/SP, UNIFESP)	192	11,4%	102	17,3%
TOTAL	1683	100%	589	100%

Obs: UFF* (Serviço Social e Desenvolvimento Regional); UFF** (Política Social). Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis na Plataforma Sucupira, 2021.

Ademais, no ano de 2020, os 5 Programas de Pós-Graduação da Regional Norte da ABEPSS desenvolveram 243 projetos: pesquisa (200), extensão (41), interinstitucional (1), de outra natureza (1)², com temáticas sobre: Trabalho; Questão Social; acumulação capitalista na Amazônia; conflitos socioambientais; território; movimentos sociais; teoria Gramsciana; educação; questão agrária; quilombolas; mulheres; conservadorismo; formação profissional; exercício profissional; luta de classes; Estado; partidos políticos; democracia; Sistema Único de Assistência Social; orçamento; programas de transferência de renda e pobreza; relação campo-cidade; envelhecimento; assentamentos rurais; organização e participação política; prisões; famílias; saúde; política social; políticas públicas; questão indígena; povos e comunidades tradicionais; questão racial; juventude; justiça restaurativa; habitação; questão urbana, decolonialidade; formação de lideranças; fundamentos do Serviço Social; regularização fundiária; produção de conhecimento; enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; ensino superior; questão de gênero; ecofeminismo; comunidades ribeirinhas; saúde de mulheres lésbicas e bissexuais; homicídio infrafamiliar; cooperativas rurais; sustentabilidade; segurança alimentar; travestis e transexuais; sexualidades de jovens e

² Dados de projetos coletados da Plataforma Sucupira, a partir dos relatórios enviados à Capes pelos Programas de Pós-Graduação referentes ao ano de 2020.

adolescentes; saúde mental; educação popular; sistema de justiça; proteção de jovens refugiados; desigualdade social; direitos e cidadania; seguridade social; resíduos sólidos; meio ambiente; mobilidade urbana; resistências; fundo público; assistência social; educação ambiental; dentre outras.

As temáticas dos projetos de pesquisa e extensão correspondem aos esforços de interpretação das variadas expressões da questão social, bem como, revelam as desigualdades sociais inerentes ao processo de acumulação capitalista na particularidade regional, com rebatimentos nos sujeitos que moram na cidade, no campo e na floresta, mediadas pelas dimensões de classe, gênero e raça³. As referidas temáticas se desdobram em intervenções na realidade, com impactos na elaboração e execução de políticas públicas e na organização política dos sujeitos em diferentes territorialidades. Desta feita, os PPG da Regional Norte da ABEPSS alinham-se à perspectiva de impacto social e econômico prevista no Documento de Área do Serviço Social, a saber:

[...] a área avalia como impacto social e econômico os processos de produção de conhecimento crítico acerca das expressões da questão social e da formação de recursos humanos qualificados para formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, no horizonte da defesa de direitos e do fortalecimento das lutas sociais, contribuindo para o desenvolvimento microrregional, regional e/ou nacional, resguardando a diversidade da realidade regional que interfere na problemática das desigualdades sociais (CAPES, 2019, p. 17).

Nessa seara, cabe destacar os profundos impactos negativos produzidos pela pandemia da Covid-19, tanto nas expressões da questão social, quanto na formação profissional em Serviço Social, com destaque para a pós-graduação. Sabemos que a pandemia da

3 *"As produções bibliográficas e técnicas da área de Serviço Social têm impacto sobre os processos formativos, a divulgação do conhecimento, a formulação e execução de políticas públicas, a organização de serviços sociais, contribuindo, ainda, para a formulação de legislações de políticas. Ademais, a produção intelectual (bibliográfica) tem subsidiado uma gama de concursos públicos na área social, de uma maneira geral, e contribuído para o conhecimento crítico das diversas expressões da questão social e das desigualdades sociais no âmbito internacional, nacional, regional e local (...)" (CAPES, 2019, p. 15).*

Covid-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, afetou a população mundial, mas não da mesma forma, pois não “estamos no mesmo barco”. As desigualdades de classe, raça/etnia, gênero, geracional e, sobretudo, territoriais produzem condições desiguais nas mais diferentes esferas da vida e influenciam nas possibilidades – de se contaminar, de sobreviver ou de morrer em decorrência da doença. A pandemia da Covid-19, no Brasil, acentuou as contradições já em curso pela crise estrutural do capital, rasgou o véu da aparência e expôs as intensas desigualdades de classe, com foco nas condições de vida e de trabalho estruturantes das relações sociais no capitalismo-dependente-periférico.

É nesse cenário que se faz importante a organização política em defesa da pós-graduação em Serviço Social na Regional Norte da ABEPSS. Dentre as atividades realizadas por essa Regional (Gestão Aqui se Respira Luta / 2021-2022), foi criada uma Comissão de Fortalecimento da Pós-graduação, onde se insere a Coletânea ora apresentada. Essa Comissão se fez necessária diante da ameaça de um governo com pautas declaradamente fascistas, antidemocráticas e anticientíficas, que promoveu cortes orçamentários no ensino superior público, restringiu os recursos financeiros para as agências de fomento à pesquisa e impôs uma austeridade fiscal, que impactou duramente a pós-graduação nessas paragens, em que os recursos financeiros já eram exíguos, se comparadas com outras Regiões do país. Cabe destacar, o protagonismo desempenhado pela ABEPSS, pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ENESSO, em defesa da educação pública, da pós-graduação, da ciência e da democracia, que se constituiu em estratégia de resistência da categoria profissional aos duros retrocessos em tempos pandêmicos.

Nessa direção, o capítulo que abre essa coletânea *A ABEPSS e o fortalecimento da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: desafios e estratégias em contexto pandêmico*, de autoria de Rodrigo José Teixeira, Maria Liduina de Oliveira e Silva, Rafaela Bezerra Fernandes e Tales Willyan Fornazier Moreira situa a pós-graduação na área de Serviço Social na conjuntura nacional e os desafios colocados diante do contexto pandêmico. Para fazer frente a esses desafios, a ABEPSS realizou diversas ações no âmbito da pós-graduação, com destaque para a pesquisa acerca do Mapeamento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) que apontou os prejuízos desta modalidade de ensino para a qualidade da formação. O texto também aborda o

planejamento nacional da ABEPSS para a pós-graduação e aponta diretrizes político-acadêmicas de resistências no sentido de afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

No ensaio intitulado *A Região Norte da ABEPSS e suas particularidades amazônicas e periféricas*, as autoras Rosemeire dos Santos e Zaira Sabry Azar abordam os desafios que se colocam para a graduação e, em particular para pós-graduação na Região Norte diante das históricas desigualdades socioeconômicas e educacionais em relação às outras Regiões do país. Dos 09 (nove) estados que compõem a Região Norte, existem 07 (sete) cursos de graduação presencial público e apenas 05 (cinco) possuem programas de pós-graduação na área (UFAM, UFPA, UFT, UFMA e UFPI). Essa situação se agrava ainda mais, se for considerada a divisão geográfica e não a da ABEPSS, divisão essa considerada pelas agências de fomento. A Região Norte então passa a ter somente 05 (cinco) cursos de graduação presenciais públicos e apenas 03 (três) programas de pós-graduação em um território de 07 (sete) estados. Apesar das contradições trazidas pelo projeto de interiorização e expansão do ensino superior público via Reuni, não se conseguiu criar ao menos um curso presencial público em Serviço Social em cada estado da Região Norte. O que parece ser um dos desafios que ainda se encontra para fazer frente à intensificação do processo de eadização do ensino superior em Serviço Social, aspecto relevante a ser considerado pelas entidades da categoria profissional, conforme trazido pelas autoras.

Sobre as trajetórias dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social na Região Norte da ABEPSS e sua importância para a sociedade, iniciamos com o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com seus 30 anos de existência e geograficamente situado na Região Nordeste. Optamos por iniciar a apresentação, pelos programas mais antigos aos mais recentes, demonstrando o percurso do processo de criação e consolidação desses programas, bem como as dificuldades, os desafios, as resistências protagonizadas em tempos difíceis para as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas e as estratégias coletivas engendradas. Pois, os programas mais consolidados têm se engajado no fortalecimento de outros mais recentes, colocando em prática a solidariedade acadêmica e o avanço da pós-graduação pública em Serviço Social no Brasil.

O capítulo intitulado *Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA: 30 anos de compromisso com a formação de pesquisadores/as e desafios para a produção do conhecimento*, escrito por Cristiana Costa Lima, Maria Eunice Pereira Damasceno Ferreira, Mariana Cavalcanti Braz Berger, Valéria dos Santos de Almada Lima e Zaira Sabry Azar aborda o percurso sócio-histórico desde sua criação (1993) até a atualidade, apontando elementos de sua contribuição para a realidade maranhense, estado marcado pelo atraso econômico, social e político. Situação determinada pela condição dependente, subordinada e periférica a partir de uma política de “enclave” que rebate nos principais índices de desenvolvimento humano no estado. As pesquisas desenvolvidas pelo programa demonstram as contribuições e os impactos na formação de recursos humanos, seja no âmbito executivo, seja no aspecto da pesquisa, reflexão, avaliação e proposição de políticas públicas para o Maranhão. A sua existência tem sido fundamental para repensar criticamente a realidade maranhense, sobretudo, a partir da qualidade nacional e internacional do PPGPP/UFMA referenciada pelas principais instituições avaliadoras da pós-graduação no país.

O texto de autoria de Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Joana Valente Santana, Reinaldo Nobre Pontes, Vera Lúcia Batista Gomes e Fernanda Iracema Moura Arnaud aborda a *Influência do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPA na sociedade: aproximações preliminares*. Criado em 1996, o Programa possui grande importância para a Região Norte do país, pois o estado do Pará – para além de suas riquezas naturais e diversidade humana de povos originários – sofre os efeitos contraditórios da expansão capitalista e suas formas de exploração, expropriação e espoliação. Processos que recaem sobre a população desse território, agravando a pobreza e a desigualdade social e econômica. É nesse cenário que o texto traz a relevância acadêmica, social e política do PPGSS/UFPA, buscando ressaltar a diversidade de formas de atuação do conjunto dos projetos de pesquisa e extensão sobre os segmentos da sociedade, com interferência em área de políticas públicas tais como: habitação, seguridade social, trabalho, direitos da mulher, direitos de povos tradicionais, segurança pública, juventude e etc...Em termos de relevância social, podemos destacar, ainda, a assessoria junto aos processos de lutas, resistências e organização popular diante do avanço de projetos extrativistas nas comunidades locais, acirrando

os conflitos socioterritoriais rurais e urbanos. Outra dimensão de impacto social do programa diz respeito a participação do seu corpo docente e discente nas diversas entidades de representação da categoria profissional e a maturidade do programa em face de sua própria história e da sociedade em que está em curso, não somente na territorialidade da Região Norte do país, mas em outras regiões e, inclusive, internacionalmente.

O capítulo intitulado *Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI: impactos e desafios*, escrito por Solange Maria Teixeira, Edna Maria Goulart Joazeiro, Jairo de Carvalho Guimarães e Maria Aparecida Milanez Cavalcante aborda a trajetória do referido Programa na Universidade Federal do Piauí (PPGPP/UFPI) criado em 2002 e possui 20 anos de existência. Recentemente conquistou a Nota 05 (cinco) na avaliação da Capes, porém apenas cerca de 30% das pesquisas desenvolvidas por docentes do Programa são financiadas, o que denota a dificuldade em se fazer pesquisa no país, em especial na Região. Contudo, apesar do cenário de forte contingenciamento de recursos para a pesquisa científica, o PPGPP tem impacto na formação qualificada e *stricto sensu* de assistentes sociais e de outras profissões no estado do Piauí, razão pela qual assume a tarefa de avançar, especialmente, no seu processo de internacionalização.

Debutando na Amazônia: os 15 anos do PPGSS da UFAM e sua contribuição para a sociedade, de autoria de Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro, Lidiany de Lima Cavalcante e Escarlete Raíssa Evangelista da Silva põe em análise os percalços e os avanços do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em sua trajetória de 15 anos, a partir de pesquisas bibliográficas e documental, com amparo no Relatório Sucupira referente ao quadriênio 2017-2020 de avaliação da Capes. Ao fazê-lo, explicita os desafios de consolidação de um programa na territorialidade Amazônica e evidencia que a manutenção da pós-graduação no Amazonas é símbolo importante de resistência e de defesa da formação com qualidade, em sintonia com o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Por fim, o último capítulo da coletânea aborda a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Intitulado *Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFT: Impactos no estado do Tocantins e*

região, de autoria de Cecília Nunes Froemming, Célia Maria Grandini Albiero, Eliane Marques de Menezes Amicucci, Giselli de Almeida Tamarozzi e Kátia da Silva Farias, o capítulo aborda a trajetória do mais novo programa de pós-graduação em Serviço Social da Região Norte, as suas contribuições e perspectivas. Destaca-se que, logo nos primeiros anos de sua criação, as atividades foram impactadas de forma significativa pela pandemia da Covid-19; mas, o programa manteve seu compromisso com a educação permanente por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e desenvolvimento das demais atividades no formato *online*. Mesmo diante deste cenário e em tão pouco tempo de criação (2019), o PPGSSocial tem buscado manter seu compromisso com a formação profissional continuada.

Esta coletânea não seria possível sem a colaboração de docentes, discentes e coordenadores/as dos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social da Regional Norte da ABEPSS e também do envolvimento da gestão da ABEPSS “Aqui se respira a luta” (2021-2022) no processo de debate, organização e resistência em defesa da qualidade da formação profissional, pública, gratuita, comprometida com a classe trabalhadora e com a emancipação humana.

Joana Valente Santana
Vanda Micheli Burginski
(Organizadoras)

REFERÊNCIAS

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Documento de Área Serviço Social*, 2019. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Geocapes, Distribuição de Bolsas de Pós-graduação no Brasil*, 2021. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019* / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021* / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

A ABEPSS E O FORTALECIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EM CONTEXTO PANDÊMICO.

Rodrigo José Teixeira
Maria Liduina de Oliveira e Silva
Rafaela Bezerra Fernandes
Tales Willyan Fornazier Moreira

"Para o júbilo o planeta está imaturo.
É preciso arrancar alegria ao futuro.
Nesta vida morrer não é difícil.
O difícil é a vida e seu ofício."

V. Maiakovski (1926, trad. Haroldo de Campos)

INTRODUÇÃO

Como diz o poeta, em nosso tempo parece que há uma banalização da morte. A perda de milhões de vidas desencadeada pela pandemia da Covid-19, com o consequente destroçamento de tantas famílias, a multiplicação de orfandades, a devastação emocional causada pelo luto e pelo isolamento, a deterioração das condições materiais de existência em escala planetária. Essa verdadeira tragédia nos últimos anos parece significar quase nada para os que decidem os destinos de tantos outros e que professam profundo desrespeito à vida.

Neste cenário, frente a tantas ameaças à classe que vive do trabalho, as quais ressoam e trazem prejuízos nefastos ao projeto de formação defendido hegemonicamente pelo Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a convite das organizadoras desta Coletânea, apresenta algumas reflexões e ações construídas pela gestão *Aqui se respira luta!* (2021-2022), as quais buscam fortalecer a direção social da pós-graduação na área de Serviço Social e, por conseguinte, a própria direção emancipatória do Projeto Ético-Político Profissional.

No Brasil, o Serviço Social é regulamentado como profissão em

1953. A Pós-graduação *strictu sensu* é referenciada pelo I Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 1975-1979) e, assim, o Serviço Social como área de conhecimento é criada pela CAPES, através da Resolução nº 10/1976 do Conselho Técnico-Administrativo da CAPES, sendo também legitimado como área de conhecimento pelas principais agências de fomento, que são a CAPES e o CNPq (CARVALHO; SILVA, 2005).

A área de Serviço Social, em 2023, possui 36 Programas de Pós-Graduação. Todos acadêmicos assim distribuídos por área básica: 25 Programas em Serviço Social (69,4%); 07 em Política Social (19,4%); 03 em Políticas Públicas (8,3%) e 01 em Economia Doméstica (2,7%). Dessa forma, as áreas de concentração das áreas básicas dos programas se entrelaçam entre Serviço Social, Políticas Públicas, Políticas Sociais e Economia Doméstica (CAPES, 2019).

Tais dados, brevemente sinalizados, evidenciam a maturidade teórico-metodológica e ético-política construída pelo Serviço Social a partir da virada na história profissional nas últimas cinco décadas, haja vista que toda a construção da profissão nesse período, assentada na tradição marxista e numa direção sociopolítica de emancipação humana, possibilitou a ruptura com as origens tradicionais do Serviço Social no país e a construção de uma nova cultura e ideologia profissionais de esquerda que tem contribuído para o avanço e solidificação de um importante acervo intelectual crítico no âmbito das ciências sociais, o qual se coloca como um vasto campo de resistência teórico-político e ideológico, legitimando o Serviço Social não apenas como uma profissão, mas como uma importante área de produção do conhecimento (MOTA, 2016).

Nessa seara, este capítulo tem como objetivo situar preliminarmente a pós-graduação na conjuntura nacional, seus tensionamentos e desafios; apresentar o conjunto de ações realizadas no âmbito da pós-graduação pela atual gestão da ABEPSS (2021-2022), com destaque para os resultados das pesquisas de Mapeamento do Ensino Remoto Emergencial (ERE), apontando os prejuízos desta modalidade de ensino para a qualidade da formação; bem como as prioridades construídas no planejamento nacional para a pós-graduação; e apontar algumas diretrizes político-acadêmicas de resistências no sentido de afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro.

Conjuntura e Pós-graduação no Brasil

A pandemia da Covid-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020, afeta toda a humanidade, contudo, não da mesma forma. O momento ressalta a contradição posta na realidade concreta de que a produção da riqueza no capitalismo é proporcional à produção da pobreza, como já apontava Marx (2010) no capítulo XXIII da obra *O Capital: crítica da economia política*. A Índia é um exemplo disso, o país que mais exporta vacina para o mundo passou por ondas crescentes de casos e mortes, batendo recordes mundiais de contaminação diária. Desse modo, apreende-se que a Covid-19 acentua as contradições, mas não explica seus fundamentos.

No Brasil, o cenário é desolador. A marca de mais de 680 mil mortes pela Covid-19, registrada em setembro de 2022, é produto de um “desgoverno” que não se preocupa com a vida; que conclama as pessoas a se exporem ao vírus; nega a gravidade dos fatos e aproveita o momento para tentar “passar a boiada” das contrarreformas que retiram direitos e dizimam a população pobre; conclama atos antidemocráticos e tem atitudes golpistas, típico de práticas protofascistas; além de revogar portarias de participação coletiva e representativa².

Em meio à pandemia do novo coronavírus no Brasil, no segundo trimestre de 2022 o desemprego chega a mais de 10,1 milhões de desempregados e 4,3 milhões de desalentados³, isto é, aqueles que não têm condições para buscar trabalho, mas assumiriam postos se houvesse empregos.

No outro polo dessa contradição, a pandemia produziu,

1 Declaração proferida por Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, em 22 de abril de 2020. Para mais informações, consultar em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 5 set. 2022.

2 Dados disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/23/governo-federal-revoga-decretos-de-enfrentamento-a-pandemia>. Acesso em: 5 set. 2022.

3 Segundo dados do site do IBGE, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 6 set. 2022.

conforme apontou a revista Forbes em 10 de abril de 2021⁴, dez novos bilionários no Brasil, empresários vinculados ao capital fictício e donos de bancos digitais e de centrais de pagamentos digitais.

A pandemia não é vivida da mesma forma pelos sujeitos sociais, havendo particularidades nesse processo em que mulheres negras, LGBTQIA+, principalmente travestis e transexuais, compõem a parcela mais vulnerável. Dados de pesquisa da Fiocruz e do Instituto Polis, segunda matéria do site da Fiocruz⁵, enfatizam este cenário:

A pandemia não é a mesma para todos: negros – pretos e pardos, de acordo com a denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – morrem mais do que brancos em decorrência da covid-19 no Brasil. A assertiva pode ser verificada a partir de dois estudos realizados neste um ano de pandemia, um do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio e outro do Instituto Pólis. No primeiro, ficou demonstrado que, enquanto 55% de negros morreram por covid, a proporção entre brancos foi de 38%. Na segunda pesquisa, o Instituto Polis mostrou que a taxa de óbitos por covid-19 entre negros na capital paulista foi de 172/100 mil habitantes, enquanto para brancos foi de 115 óbitos/100 mil habitantes (2022, s.p.).

Segundo relatório da CEPAL (2022), 94,2 milhões de pessoas passam fome na América Latina e Caribe, situação esta em que a pobreza e a pobreza extrema aumentam em níveis superiores aos observados antes da pandemia. Os índices esperados, em 2022, na região, são de 33% de pobreza e 14,5% de pobreza extrema, segundo a fonte supracitada.

A conjuntura nos revela um desgoverno que retira recursos do orçamento da educação e das políticas sociais para destinar a programas eleitoreiros e assistencialistas, em especial da assistência social; que incide em contrarreformas que alteram a taxação de imposto para as/os trabalhadoras/es e ignora a necessária taxação das grandes fortunas; que faz política para auto beneficiamento; que desvaloriza o salário mínimo e afronta a classe trabalhadora sem proteção social; que militariza a vida social, naturalizando a violência

4 Ver mais em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/brasil-tem-10-novos-bilionarios-no-ranking-de-2021/#foto1>. Acesso em: 29 abr. 2022

5 Para mais informações, ver em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 5 set. 2022.

de raça/etnia, classe, orientação sexual e de gênero; que apresenta uma contrarreforma administrativa que culpabiliza servidoras/es e fomenta ódio a profissionais da educação, intelectuais e demais servidoras/es que garantem a oferta de serviços públicos à população.

Tais desafios incidem sobre o Serviço Social visto que as inflexões da conjuntura interferem na profissão e na relação trabalho e formação. Nessa direção, as alterações que constituem uma nova morfologia do trabalho de assistentes sociais (RAICHELIS *et al.*, 2018) apresentam desafios de diversas naturezas, como o desemprego, as formas precárias de contratação e a flexibilização dos direitos trabalhistas, que dificultam os vínculos e a qualidade dos serviços prestados. No contexto da luta de classes que se desdobra nas desigualdades sociais que se acirram na pandemia, a educação em geral e a educação superior, sobretudo a pós-graduação e a pesquisa, passam por um período de enorme crise. No contexto pandêmico, diante dessa “devastação que se expande para todas as esferas da vida” (ANTUNES, 2018), na educação, tivemos a imposição do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

No que se refere à relação Educação e a Pandemia, o governo federal adotou algumas portarias, como a de número 345 (19/03/2020) que, posteriormente, foi substituída pela Portaria 544 (16/07/2020), que dispõe (em caráter excepcional) sobre a substituição das aulas presenciais por aulas digitais/remotas, flexibilizando a legislação educacional. Assim, nasce o Ensino Remoto em caráter emergencial. Contudo, no âmbito da legislação, o Ensino Remoto não teve regulação específica/própria.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) traz em si o modelo privatista e mercantil da educação, reforçando a contrarreforma na educação como um projeto para o Brasil e para a América Latina, como bem explicita Farage (2021), e, também sofre com os influxos mercantilizados do Processo de Bolonha, que avança para o Brasil e a região latino-americana. O ERE, estratégia emergencial utilizada pelo governo no momento crítico da pandemia na educação superior, deve ser duramente combatido por docentes, discentes e toda a sociedade, pois trata-se da forma que concilia menor investimento em educação pública e acumulação capitalista financeirizada. O ERE fragmenta os conteúdos, diminui carga horária, fomenta a quebra de pré e co-requisitos sem o prévio planejamento pedagógico, retirando

o direito de milhares à formação profissional de qualidade, segundo pesquisas realizadas pela ABEPSS, em 2021 e 2022, que trataremos no decorrer deste capítulo.

Está em curso o desmonte das instituições CAPES e CNPq como patrimônio público brasileiro, o que, certamente, é grave e prejudicial ao desenvolvimento da ciência. O quadro crônico de desfinanciamento pelo qual passa o Ministério da Educação tem, como corolário, implicações diretas vistas nas sérias dificuldades de manutenção das agências de fomento, dos programas de pós-graduação e do desenvolvimento de pesquisas a nível nacional.

Os números trazem à tona a dura realidade em que se situam as prioridades governamentais, especialmente quando comparados os montantes destinados ao MEC dentro do orçamento geral que, no ano de 2022, estimado em 4,73 trilhões de reais somando-se o orçamento fiscal e da seguridade social, impôs à pasta da educação um corte de R\$ 739,8 milhões⁶ se comparado ao ano de 2021. Ademais, o fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão perdeu, no ano de 2022, R\$ 4,2 milhões, o que além de grave, sintetiza a dramática sobrevivência do desenvolvimento da ciência no país, especialmente em contexto de pandemia cujos insumos e recursos cumprem papel fundamental no enfrentamento da covid-19. Não bastante o cenário vexatório de desmonte da política de educação brasileira anunciada no início de 2022 ao sancionar o orçamento do referido ano, o quadro se agrava quando, em maio do mesmo ano, o governo federal determinou o bloqueio de R\$ 3,2 bilhões da verba prevista para a pasta em 2022, corte este que atinge frontal e especialmente os institutos e as universidades federais.

Outra dificuldade está sendo o processo de judicialização da avaliação quadrienal da CAPES pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro. Embora a ABEPSS tenha críticas ao modelo de avaliação multidimensional da CAPES na linha produtivista baseada em padrões internacionais, em métricas cada vez mais inatingíveis e com ranqueamentos nas áreas de conhecimentos e programas de pós-graduação, esta se manifestou firmemente contrária à judicialização e pela defesa da avaliação quadrienal (2017-2020), dentro dos critérios

⁶ Informações segundo tabulação de dados disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/24/educacao-e-trabalho-concentram-cortes-de-bolsonaro-veja-quanto-cada-ministerio-perde-em-2022>. Acesso em: 10 set. 2022.

construídos coletivamente entre os pares para compor a Ficha de Avaliação durante o Seminário Meio Termo, para que permanecessem os mesmos firmados no processo de avaliação. Em nota⁷ a entidade se posicionou pela:

[...] defesa da ciência, da pesquisa científica com qualidade e de uma avaliação rigorosa com princípios e métodos democraticamente construídos. Nesse sentido, a entidade vem a público defender a continuidade do processo de avaliação quadrienal (2017-2020) com os princípios definidos entre seus pares. A ABEPSS acompanha de perto os programas de pós-graduação na área, sabe da importância dos critérios construídos coletivamente, ressalta ainda que os debates e o Seminário de Meio Termo (2019) foi um momento fundamental para afinarmos e debatermos a ficha de avaliação que deve ser mantida, de modo que retomar o modelo antigo é um retrocesso e uma afronta ao trabalho de milhares de pesquisadores/as e docentes dos programas de pós-graduação (ABEPSS, 2022, s.p.).

Cabe também destacar, dentre outras, a denúncia das alterações dos editais do CNPq para eventos, a suspensão de bolsas no exterior e bolsas de pós-doutorado só para quem já fez doutorado no exterior, elementos que limitam a pesquisa científica brasileira.

Na contracorrente disso, se faz necessária a articulação do Serviço Social com as lutas sociais, com entidades democráticas na defesa da ciência, da pesquisa e da pós-graduação, especialmente nas humanidades tão atacadas nesta conjuntura. Nesse sentido, valorizamos a participação da ABEPSS no Fórum das Ciências Humanas e Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Literatura e Arte (FCHSSALLA), espaço aguerrido de tomada de posição coletiva e pressão junto aos órgãos de fomento como CAPES e CNPq.

Igualmente é importante frisar o protagonismo da ABEPSS na construção pela continuidade da Lei de Cotas (12.711/2012), que impulsiona o ingresso, a presença de pretas/os e pardas/os nas universidades federais, enquanto política pública.

Com estes e outros princípios garantidos, defendemos o fortalecimento e a direção do nosso projeto de formação profissional na pós-graduação. Assim, a luta pela defesa da pós-graduação é a

⁷ A nota completa pode ser encontrada em: <<https://www.abepss.org.br/noticias/participe-da-audiencia-publica-promovida-pelo-mpfrj-sobre-a-capex-509>>. Acesso em: 05 set. 2022.

luta pelo financiamento da pós-graduação e contra a precarização dos serviços públicos; é também se posicionar contra o teto dos gastos públicos e a defesa do usufruto do fundo público pela classe trabalhadora.

Ensino Remoto Emergencial (ERE): desafios e tendências postos à formação pós-graduada em Serviço Social

Considerando o cenário desastroso e de intensas ameaças à direção do projeto de formação construído pelo Serviço Social renovado nas últimas décadas, a ABEPSS, na gestão 2021-2022, entendeu a necessidade de realizar dois mapeamentos sobre o ERE: o primeiro⁸ realizado em 2021, tinha como intuito identificar os impactos e prejuízos do ERE na área de Serviço Social; e o segundo⁹, realizado em 2022, na perspectiva de continuidade ao mapeamento anterior, objetivou apreender os desafios colocados ao retorno presencial e/ou híbrido neste novo contexto, haja vista a necessidade de acompanhar e compreender a realidade dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social para subsidiar as ações e posicionamentos da ABEPSS¹⁰.

Se faz mister destacar que durante esses mapeamentos a ABEPSS mobilizou dezenas de cursos de graduação em Serviço Social, de todas as regionais do país, e, no âmbito da pós-graduação, o primeiro levantamento contou com a participação de todos os 36 Programas de Pós-Graduação (PPGs) da área e no segundo participaram 35 programas¹¹.

8 O documento “A formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial” construído pela entidade encontra-se disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf>.

9 Os dados do segundo mapeamento encontram-se em processo de diagramação e a previsão é que o material seja publicado no site da ABEPSS em novembro de 2022.

10 Cabe sinalizar, ainda, que o segundo levantamento contou com um eixo sobre “A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito do programa nos últimos cinco anos (2017-2022)”, cujo objetivo foi compreender como está sendo realizado o debate étnico-racial no interior dos programas. A partir desse dado de realidade, a ABEPSS poderá avançar na proposição de ações e orientações que fomentem essa discussão, no âmbito da graduação e da pós-graduação.

11 É importante destacar que apenas o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, vinculado à Escola Superior de Ciências da Santa

No que concerne a metodologia, ambos os levantamentos foram realizados via questionário no Google Forms, a partir de formulário composto por perguntas abertas e fechadas, o qual foi encaminhado por e-mail às/aos coordenadoras/es dos 36 PPGs da área.

Acerca da natureza das instituições em que estão vinculados os programas, 30 PPGs (83,3%) estão vinculados a instituições públicas e 6 (16,7%) estão vinculados a instituições privadas/comunitárias. Quanto ao nível de pós-graduação, 20 programas (55,6%) ofertam mestrado e doutorado; e 16 programas (44,4%) ofertam apenas mestrado. A despeito da distribuição dos PPGs por regional da ABEPSS, temos atualmente 5 PPGs (13,9%) na região Norte; 10 (27,8%) na Nordeste; 3 (8,3%) na Centro-Oeste; 9 (25%) na Leste; 6 (16,7%) na Sul I e 3 (8,3%) na regional Sul II.

Os dados do primeiro levantamento (2021) evidenciaram que durante o contexto pandêmico, os PPGs precisaram construir novas alternativas para viabilizar a entrada de estudantes, cuja imensa maioria 33 (91,7%) mantiveram os processos de seleção e o realizaram de forma remota. Nesse ínterim, foi possível observar também um aumento significativo na procura por vagas nos programas, uma vez que 10 PPGs (27,8%) destacaram que houve ampliação na busca pelo ingresso na pós-graduação. Assim, concordamos que:

considerando o dado de que 10 programas informam que houve aumento da procura de processos seletivos durante a pandemia, tal informação exige nossa reflexão. O que esse dado da realidade tem a nos dizer? Por que durante o contexto pandêmico em que os PPGs estão, majoritariamente, realizando todo o processo de forma online, houve um significativo aumento pela procura dessa forma de processo seletivo? Deve-se levar em consideração nessa análise, obviamente, a condição concreta de classe e, por conseguinte, as limitações materiais e objetivas não apenas de permanência na pós-graduação, mas também de ingresso. Ou seja, o que chamamos a atenção é em relação ao perfil de estudantes que cada vez mais tem chegado na pós-graduação (ABEPSS, 2021, p. 63-64).

Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM) não participou do segundo levantamento, o que se deve ao cenário de demissão em massa dos/as docentes e desmonte do programa nesta instituição, conforme pode ser evidenciado em nota publicada pela ABEPSS que se encontra disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nota-de-solidariedade-aos-docentes-da-emescam-202112071500519153380.pdf>>.

Destarte, é preciso que não percamos de vista o perfil das/os estudantes que cada vez mais têm chegado no âmbito da pós-graduação em Serviço Social, tendo em vista que estas/es são em sua maioria mulheres (83%), pardas/os (32,5%), pretas/os ou quilombolas (19,4%), indígenas (0,2%), 1/3 com renda familiar de até 3 salários mínimos e a maioria (69%) precisam exercer atividade laboral durante a pós-graduação para complementar a renda, conforme aponta a pesquisa¹² sobre o perfil das/os estudantes de pós-graduação realizada pela ABEPSS na gestão 2017-2018.

Contudo, ao mesmo tempo em que é preciso a análise concreta da realidade para compreender os desafios vivenciados por estas/es estudantes no que diz respeito ao ingresso e permanência na pós-graduação, os quais estão atravessados umbilicalmente pela condição de classe, raça/etnia, gênero, sexualidade e território, é preciso não descolar a análise dos processos de investida do capital no desmonte e na mercantilização da educação, cada vez sob níveis mais ampliados.

Esse dado de realidade merece atenção, sobretudo, em um contexto em que se agudizam as contrarreformas do Estado no âmbito educacional a partir das imposições dos organismos internacionais que apostam na mediação da tecnologia como forma de acesso ao ensino superior (FARAGE, 2021).

Nesse sentido, conforme aponta a autora, é fundamental compreendermos o ERE como um dos pilares fundamentais da contrarreforma da educação em curso, no Brasil e nos países da América Latina, e, sobretudo, compreender os nefastos prejuízos dessa modalidade para o projeto de formação construído pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas.

Ainda no que diz respeito ao perfil, o segundo levantamento (2022) contemplou a auto declaração étnico-racial das/os coordenadoras/es dos 35 PPGs, e os dados apontam que essa composição é majoritariamente branca, tendo em vista que 24 (68,57%) se autodeclararam brancas/os, 8 (22,86%) pardas/os, 2 (5,71%) pretas/os e 1 (2,86%) se reconhece como indígena – realidade esta que reafirma a coerência e posição acertada da ABEPSS na luta não apenas pela continuidade da Lei de Cotas para a graduação, mas

12 A pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social realizada pela ABEPSS na gestão 2017-2018 pode ser consultada em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>>.

também o incentivo à adesão de cotas para o ingresso discente nos programas de pós-graduação, bem como para o ingresso de docentes, compreendendo que esta também é uma luta imprescindível para a construção de uma universidade cada vez mais plural, diversa e democrática.

Outro dado que merece atenção é que, em 2021, 14 (38,9%) PPGs indicaram que o ERE ampliou o distanciamento entre graduação e pós-graduação, tendo em vista a existência de calendários distintos e a dificuldade de compatibilização da dinâmica das atividades remotas (ABEPSS, 2021). Ademais, 34 (94,4%) dos PPGs afirmaram que essa modalidade remota trouxe prejuízos para a formação de pesquisadoras/es na área, o que foi ratificado no levantamento seguinte, em que dos 35 PPGs que responderam, 34 (97,2%) apontaram que o ERE trouxe prejuízos para o projeto de formação defendido pela ABEPSS. Esses dados de realidade fortalecem a defesa da ABEPSS por uma formação presencial, pública, de qualidade, laica, plural, democrática e socialmente referenciada.

O segundo levantamento (2022) evidenciou que dos 35 PPGs, 28 (80%) já estão com atividades na modalidade presencial, 12 (34,3%) na modalidade híbrida e 7 (20%) ainda permanecem na modalidade remota¹³.

Destaca-se que ao mesmo tempo que alguns PPGs ainda mantêm atividades de disciplinas de forma remota por estarem no processo de transição para a presencialidade, a modalidade híbrida se mostra como uma tendência que vem crescendo em decorrência do experimento das atividades remotas durante o período de vigência do ERE (ABEPSS, 2022). No quesito da pesquisa, observa-se também uma tendência pela realização de atividades dos grupos/núcleos de pesquisa de forma híbrida.

É importante aludir, ainda, acerca da condição de saúde mental e/ou física de discentes e docentes nesse processo do ERE. No primeiro levantamento (2021), 35 (97,2%) PPGs identificaram processos de adoecimento entre discentes e/ou docentes no decorrer da pandemia do novo coronavírus e, no segundo (2022), 14 (40%) PPGs apontaram um processo de adoecimento físico e/ou mental das/os

¹³ É importante destacar que a totalidade numérica desses dados supera o número de programas respondentes (35), pelo fato de que no interior de um mesmo PPG, foi sinalizada a convivência de mais de uma modalidade de ensino.

estudantes. Tal realidade não pode ser compreendida desarticulada do processo de aprofundamento da crise estrutural do capital, da precarização e intensificação do trabalho, bem como da degradação e banalização da vida, especialmente neste contexto pandêmico (ABEPSS, 2022).

Ademais, o segundo levantamento também evidenciou que 22 (62,8%) dos 35 programas respondentes sinalizaram desmotivação por parte do corpo discente, cujas motivações estão relacionadas: 24 (68,5%) às condições no ambiente doméstico; 22 (62,8%) apontam questões de saúde mental e física como fatores para essa desmotivação; e 15 (42,8%) destacam desafios no acesso às tecnologias. Outra situação igualmente importante apontada por 15 (42,8%) PPGs, é em relação ao congelamento de bolsas e, por conseguinte, os desafios de permanência na pós-graduação. Nesse bojo, 13 (37,1%) dos programas também observaram índices de evasão significativos e, portanto, constituindo-se como pauta importante para problematização e enfrentamento (ABEPSS, 2022).

É importante mencionar que as respostas também indicaram a dificuldade de conciliar o trabalho, a vida acadêmica, familiar e doméstica – o que reafirma que os desafios para o ingresso e permanência discente no âmbito da pós-graduação em Serviço Social estão relacionados, fundamentalmente, às condições concretas de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, território, tendo em vista o perfil destas/es estudantes, conforme apontado anteriormente.

Por outro lado, esse contexto de intensos desafios colocados à pós-graduação na área também impulsionou mobilizações no interior dos PPGs, visto que o levantamento de 2022 evidenciou que 27 (77,1%) dos programas participaram de processos de mobilização coletivas nesse contexto do ERE, indicando especialmente assembleias, reuniões e ações organizadas pelas entidades da categoria profissional, quais sejam ABEPSS e conjunto CFESS-CRESS, além de envolvimento nos espaços sindicais, conselhos das próprias instituições de ensino e movimentos sociais, evidenciando que “somente a resistência coletiva pode incidir de forma mais duradoura e efetiva na constituição de estratégias de enfrentamento às questões em curso” (DUARTE, 2020, p. 124).

Eixos de ações prioritárias na Pós-graduação em 2021-2022

Além dos mapeamentos realizados, cabe destacar que em conformidade com o planejamento nacional da ABEPSS, foram elencados 4 eixos prioritários nesta gestão que se constitui em frentes que estão diretamente integradas, não podendo ser consideradas isoladamente da lógica do projeto de formação/profissão, que expressam determinações democráticas historicamente construídas no Serviço Social. São elas:

1 - Fortalecimento da direção social da pós-graduação em Serviço Social no processo de consolidação dos Programas de Pós-Graduação da área 32 da CAPES no cenário nacional e internacional alinhado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, seja como área de conhecimento e profissão. Nesse processo de fortalecimento, o trabalho desenvolvido tem demandado por: a) retomar e avançar na construção do documento “Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil”, construído pelas gestões 2013-2014 e 2015-2016¹⁴. A partir do planejamento da ABEPSS, foi constituída uma Comissão Temporária de Trabalho (CTT) composta por 3 membros da diretoria e mais 3 assessoras que se debruçaram na busca de atualização de tal material. Numa conjuntura pandêmica, foi possível avançar nos debates e nos seguintes eixos: a importância do debate do Serviço Social nos PPGs da área 32; avançar na lógica dos Projeto Político-Pedagógicos com a inclusão da educação para as relações étnico-raciais e perspectiva da assistência e permanência estudantil para a titulação com sucesso dos estudantes; b) fortalecimento dos Programas já existentes, renovação de pesquisadoras/es e ampliação de novos Programas, particularmente, nas regiões norte e centro-oeste do país com menor número de PPGs e de produção científica; c) interlocução, articulação com as coordenações de PPGs e com a comunidade alinhando posicionamentos e ações para o cumprimento das finalidades da política de desenvolvimento da pós-graduação nacional da área; d) motivação de solidariedade entre os PPGs, publicações conjuntas e outros; d) fortalecer e in-

14 Documento disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas-de-pos-revisto-201703241351072223440.pdf>.

tegrar os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) buscando uma ponte com Grupos/Núcleos de Estudos e Pesquisas dos PPGs; e) fortalecer e ampliar a articulação graduação e pós-graduação;f) debater, avaliar e monitorar os impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na formação da pós-graduação em Serviço Social.

2. Formação antirracista e promoção da igualdade étnico-racial: a ABEPSS, especialmente nas últimas gestões, vem contribuindo significativamente na construção e fortalecimento do debate acerca das relações étnico-raciais, se posicionando firmemente e construindo subsídios para avançarmos numa formação efetivamente antirracista. Em 2010, a entidade criou o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”, que tem como propósito avançar em produções e pesquisas na área do Serviço Social, tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação. Com base em construções anteriores e considerando a necessidade de preencher a significativa lacuna ainda existente no campo do debate étnico-racial, a gestão Aqui se Respira Luta (2021-2022), a partir dos documentos já produzidos pela entidade, quais sejam: “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” e “As cotas na pós-graduação: orientações da Abepss para avanço do debate”, ambos elaborados pela gestão “Quem é de luta resiste” (2017-2018), elencou o debate étnico-racial como uma das pautas prioritárias no planejamento nacional. Construímos uma Comissão Temporária de Trabalho (CTT), composta por integrantes da gestão, pesquisadoras/es negras/os, indígenas e quilombolas convidadas/os, bem como pesquisadoras/es do GTP ampliado, que vem realizando diversas ações no sentido do fortalecimento da formação antirracista no Serviço Social, das quais destacamos: a) o adensamento dos subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social, no âmbito da graduação e pós-graduação, dando ênfase à questão indígena; b) o fortalecimento e implementação de políticas de cotas para acesso e permanência nos PPGs; c) a orientação para uma ampla revisão programática na estrutura curricular dos programas de pós-graduação em Serviço Social, com a inclusão de autores/as negros/as/es, indígenas e quilombolas nas disciplinas e demais atividades programáticas contribuindo, assim, para a ruptura do apagamento da produção intelectual negra; d) a construção de uma Plataforma Antirracista no

site da ABEPSS, que servirá como espécie de um repositório com indicação de bibliografias sobre a questão étnico-racial; e) avançar no debate sobre a questão étnico-racial junto aos PPGs e finalizar a análise do mapeamento realizado em 2022 sobre o debate da questão étnico-racial no âmbito da pós-graduação. Nesse sentido, a ABEPSS tem avançado no debate das relações étnico-raciais, compreendendo a relação entre as lutas anticapitalista, antirracista e também antixista, reconhecendo a urgência deste debate no contexto da formação graduada e pós-graduada, bem como do trabalho profissional – numa perspectiva de indissociabilidade entre trabalho e formação.

3. Pesquisa sobre os perfis discente e docente, saúde mental, assistência e permanência estudantil: outra prioridade construída pela pasta da pós-graduação no planejamento nacional foi dar continuidade à pesquisa do perfil discente, iniciada pela gestão 2017-2018, mas incorporando também a pesquisa sobre o perfil docente, bem como as condições de saúde mental e as questões vinculadas à assistência e permanência estudantil, por considerarmos que estas são pautas centrais para a pós-graduação, especialmente no que diz respeito à particularidade discente. A escolha em pautar as demandas vinculadas à saúde mental e também à assistência e permanência estudantil se baseou na própria pesquisa mencionada sobre o perfil discente (2017-2018) que evidenciou dados preocupantes sobre o adoecimento discente na pós-graduação, agudizados no contexto pandêmico como evidenciamos anteriormente, bem como por entender que um dos principais desafios para a permanência na pós-graduação diz respeito à ausência de investimentos nessa área, o que para o Serviço Social possui uma especificidade importante, conforme o perfil de estudantes que cada vez mais tem ingressado nos PPGs, conforme também já evidenciado acima. Para avançar nessas propostas, foi sinalizado a necessidade de articulação com a Associação Nacional de Pós-Graduandas/os (ANPG), tendo em vista que a luta pela construção de políticas de assistência e permanência estudantil no âmbito da pós-graduação precisa estar articulada a um contexto mais amplo e ser construída com outros sujeitos políticos, protagonistas neste processo. Ademais, cabe destacar que diante das prioridades elencadas, tornou-se possível, durante a gestão 2021-2022, avançar no âmbito dos dados relativos ao perfil discente, perfil docente, bem como nas condições de saúde/adoecimento a partir da realização dos mapeamentos do

Ensino Remoto Emergencial de 2021 e 2022, restando como tarefa a necessidade de dar prosseguimento ao debate da assistência e permanência estudantil na pós-graduação.

4. Residência Multiprofissional em Saúde: tendo em vista que a política de saúde é historicamente um campo de inserção sócio-ocupacional para as/os assistentes sociais e que ao longo dos últimos anos a formação para a saúde vem sendo pauta permanente da entidade, perpassando a realização de eventos, pesquisas, construção de articulações e tema de posicionamentos políticos da ABEPSS acerca de tal temática, é que priorizamos a construção de uma Comissão Temporária de Trabalho (CTT), composta por integrantes da gestão e pesquisadoras/es convidadas/os, que visa pautar a residência multiprofissional não apenas como espaço privilegiado de atuação e formação de recursos humanos para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS), mas, especialmente, esfera de potente articulação entre teoria, prática e pesquisa a partir da pós-graduação em nível *lato sensu*. O envolvimento da entidade com esta pauta atravessa a inserção da ABEPSS no Conselho Nacional de Saúde, atualmente como membro titular, além de ocupar a Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (CIEPCSS) e a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT), lugares de destaque para o debate da formação profissional, em especial, da residência multiprofissional. Para além disso, a aproximação e articulação gestada pelas *últimas gestões com o Fórum Nacional de Educação das Profissões da Área da Saúde (FNEPAS)*, com o Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde (FENTAS), com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e com o Movimento Nacional de Defesa das Residências em Saúde, é herança que subsidia o terreno de reflexões, posicionamentos e encaminhamentos sobre a formação em serviço no tempo presente. Visando fomentar e qualificar o debate da formação no âmbito das residências multiprofissionais entre os espaços de formação da ABEPSS; acumular reflexões sobre as residências em saúde, pensando a aproximação da entidade com esses sujeitos; bem como articular docentes e discentes que estudam e atuam nessa formação e estão no cotidiano das ações da Residência em Serviço Social (tutores, preceptores e residentes) foi que, em articulação com o Conselho Federal de Serviço Social, realizamos conjuntamente o II Seminário Nacional Residência em Saú-

de e Serviço Social, em junho de 2022, como parte de continuidade das ações de aproximação e debate no seio da categoria profissional acerca das residências. Oportuno frisar que, como parte do esforço da CTT de resgatar essa trajetória de acúmulos da entidade na relação com a temática e seu compromisso político com a formação nesta modalidade, foi que veio a público a brochura *"Formação e Residências em Saúde: contribuições da ABEPSS"*¹⁵, lançada durante a realização do seminário supracitado. Dessa forma, a ABEPSS, no intento de avançar na incorporação e aprofundamento do debate das residências no Serviço Social, tem atuado na construção de diálogos, espaços e posicionamentos que tragam à tona, centralmente, as implicações e desafios que se impõem à profissão na sociedade capitalista cujo enfrentamento produz limites e possibilidades.

Outra dimensão importante e contínua tem sido a realização de eventos acadêmicos, oficinas de pós-graduação e graduação, encontros, lives, webnários, seminários nacionais e internacionais e outros que tem gerado impactos sociais, econômicos, educacionais e culturais voltados à sociedade brasileira. Esses debates e reflexões têm contribuído no trato de temas como questão social, exploração do trabalho, diretrizes curriculares, formação profissional, desigualdade social e racial, pobreza, gênero, diversidade sexual, racismo estrutural, cotas, relações étnico-raciais seja no debate da população negra, indígena e quilombolas, direitos humanos, políticas públicas e outras, contribuindo com a qualidade da formação de vida da classe trabalhadora neste país.

À guisa de conclusão: algumas diretrizes político-acadêmicas

Considerando os pungentes desafios colocados para o conjunto da classe trabalhadora, os quais ressoam e impactam diretamente a formação e o trabalho no âmbito do Serviço Social, bem como a conjuntura de contrarreformas no âmbito da educação e o desmonte da pós-graduação brasileira, a ABEPSS tem seguido aguerrida na luta pela qualificação da formação graduada e pós-graduada, reafirmando a direção sociopolítica construída historicamente pelo Serviço Social renovado.

Nesse sentido, a entidade aponta como diretrizes

15 Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/ane-xos/formac%CC%A7a%CC%83o-e-reside%CC%82ncias-em-sau%CC%-81de-220601-202206012224227011490.pdf>

político-acadêmicas¹⁶: a) reafirmação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a PNE e a Resolução CFESS 533; b) reafirmação da incompatibilidade entre graduação e pós-graduação stricto sensu a distância e Serviço Social; c) posição contrária ao Ensino Remoto Emergencial; d) reforça a indissociabilidade entre: trabalho e formação, teoria e prática, supervisão de campo e supervisão acadêmica; e) indica a não alteração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação; f) indica os cursos a realizarem amplos debates coletivos; g) incentiva a articulação e envolvimento da categoria profissional e estudantes em lutas mais gerais; h) sugere a realização de avaliação crítica sobre o ERE; i) orienta que as ações dos cursos priorizem a defesa da vida; j) indica observação sobre as condições éticas e técnicas; e l) aponta que os estágios na graduação e o estágio em docência devem assegurar as condições de biossegurança: seguro, EPI, vacina e supervisão acadêmica e de campo. Por fim, a luta é pelo financiamento da pós-graduação e contra a precarização dos serviços públicos, contra a PEC 32 e pelo usufruto do fundo público pela classe trabalhadora. Concluimos dizendo que se quisermos ter um país socialmente referenciado, comprometido com a pós-graduação, a pesquisa, a ciência, com a inserção na sociedade e sem opressões, precisamos unir forças e iniciar já a reconstrução da pós-graduação e da pesquisa neste país. A luta é coletiva!

16 O detalhamento das diretrizes político-acadêmicas aqui elencadas e sistematizadas em forma de orientações pedagógicas e indicações para as UFAs por parte da ABEPSS encontra-se disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Ensino Remoto Emergencial (ERE) e Pós-Graduação na área de Serviço Social: retorno ao ensino presencial e/ou híbrido*. Brasília, 2022.

ABEPSS. *Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

ANTUNES, R. Prefácio. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). *A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CAPES. *Documento de Área Serviço Social (2019)*. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Documento_de_área_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

CAPES. *Relatório de Avaliação 2013-2016/quadrienal 2017*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. O. S. (org.) *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

CEPAL. Repercusiones en América Latina y el Caribe de la Guerra em Ucrania: ¿cómo enfrentar esta nueva crisis? Jun/2022. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47912/3/S2200419_es.pdf. Acesso em: 2 set. 2022.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. *Educação Superior e Trabalho Docente no Serviço Social: processos atuais, intensificação, produtivismo e resistências*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 140, v.1, p. 48-65, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2022.

HARVEY, David. *A política anticapitalista na era do COVID-19*. Esquerda.net. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/david-harvey-politica-anticapitalista-na-era-do-covid-19/66747>. Acesso em: 6 ago. 2022.

GUERRA, Yolanda, Demétrio. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Revista Temporalis*, Brasília, 2011, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011. Disponível em: <chrome-extension://oemmnndcbldboiebfnladdacbfmadadm/http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/2141/1607>. Acesso em: 11 ago. 2022.

LEHER, R. Universidade pública federal brasileira: future-se e "guerra cultural" como expressões da autocracia burguesa. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, e241425, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TSQSX7dwJVVGyYW8bVFmWYm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MARQUES, Rosa Maria. O capitalismo financeiro e as políticas sociais: a nova face da contemporaneidade. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (org.). *A nova morfologia do Trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao serviço social brasileiro. In: *Diálogos do cotidiano-Assistente Social reflexões sobre o cotidiano profissional*. Caderno 1 CFESS. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília (DF), 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVoll-Site.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. *In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. (org.). Serviço Social no Brasil – histórias de resistência e de lutas contra o conservadorismo.* São Paulo: Cortez Editora, 2016. p. 165-182.

RAICHELLIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In: RAICHELLIS, Raquel; ALBUQUERQUE, Valéria; VICENTE, Damares. (org.). A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social.* São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SIMIONATTO, Ivete. Serviço Social, reação conservadora e o ataque ao marxismo. *In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (org.). Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências.* São Paulo: Cortez Editora, 2019.

A REGIÃO NORTE DA ABEPSS E SUAS PARTICULARIDADES AMAZÔNICAS E PERIFÉRICAS.

Rosemeire dos Santos
Zaira Sabry Azar

INTRODUÇÃO

“O Brasil não conhece o Brasil
O Brasil nunca foi ao Brasil
Tapir, jabuti
Liana, alamanda, ali, alaúde
Piau, ururau, aki, ataúde
Piá carioca, porecramecrã
Jobim akarore, jobim açu [...]”
Aldir Blanc e Maurício Tapajós

Interpretado por Elis Regina/1978

Pensar a divisão territorial brasileira, não é dissociar-se da totalidade da “terra chamada Brasil”, mas compreender a totalidade da realidade brasileira com suas diversidades sociais, culturais e territoriais e é neste sentido que este ensaio se dispõe a breves reflexões sobre a pesquisa em Serviço Social na Região Amazônica, mais particularmente na Regional Norte da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que é composta pelos 7 estados da região da geografia brasileira e acrescida de 2 estados da região Nordeste, por sua proximidade territorial, bem como por suas similitudes e semelhanças territoriais e sociais.

A região Norte da ABEPSS é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Maranhão e Piauí. Uma das particularidades comuns destes estados é que sofrem com os impactos dos projetos de intensificação de exploração ambiental da chamada “Amazônia Legal”, que territorialmente falando,

[...] ocupa 61% do território nacional, o que equivale à metade da Europa. Ela é superior à região Norte do país (Amapá, Pará, Tocantins, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima), abrangendo também o Mato Grosso e a maior parte do Maranhão (a partir do meridiano 44°O) (MARQUES, 2019, p. 26-27).

São estados que se localizam numa região rica em recursos naturais e humanos que está há séculos em processo de exploração, pois a região Amazônica “tem gerado riqueza, a riqueza não se vê nem se fixa nela” (LOUREIRO, 2002, p. 108).

Ao longo de sua história, a Amazônia tem gerado sempre mais recursos para fora (Metrópole e Federação) do que tem recebido como retorno; tem sido, permanentemente, um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas em favor de outras regiões e outros povos. Mesmo nos últimos trinta anos, quando grandes investimentos foram feitos em infraestrutura, estes visaram possibilitar a exploração de riquezas em favor da Federação (LOUREIRO, 2002, p. 108).

Embora seja uma região rica na sua biodiversidade, nas suas águas, rios e floras, suas reservas minerais e na extensão territorial, a apropriação de toda essa riqueza está nas mãos de grandes grupos empresariais nacionais e estrangeiros que implementam megaprojetos econômicos com o amparo do Estado, que deixam às populações os danos sociais, ambientais, econômicos e culturais, a exemplo de projetos de mineração na Serra de Carajás; a hidrelétrica de Tucuruí; as usinas de Belo Monte e Jirau.

Outro projeto para se destacar no processo de superexploração territorial da região Amazônica é o projeto Acrônimo MATOPIBA¹, que é a expansão do agronegócio nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. “Nessa nova área de expressivo interesse ao capital nacional e internacional avançam os monocultivos agroflorestais e a pecuária bovina com uso de pastagens plantadas, provocando alterações em diversas dinâmicas humanas e naturais da região” (ALVES, 2020, p. 3). E o que estes estados têm em comum? “Vastas porções de terras planas,

¹ *Mapito. Bamapito. Mapitoba. Matopiba. Todos esses nomes são ou foram usados nos últimos dez anos em referência ao processo de avanço da fronteira agrícola na porção setentrional do cerrado brasileiro. Contudo, as siglas não dão conta do início dessa história, que remonta ao governo militar (MATHIAS, 2022, p. 1).*

mecanizáveis. E também contrariando a noção que associa todo o Nordeste à seca, fartura de água" (MATHIAS, 2022, p. 1), apresentando rica diversidade de recursos naturais.

Como afirma-se no início destas linhas reflexivas, a singularidade não exclui a totalidade e não é ocasional a situação da região amazônica no Estado brasileiro, configurado como periférico e dependente nas relações macroeconômicas. E, o

[...] Estado no modo de produção capitalista tem por função garantir a manutenção das relações sociais de produção. Esse se constituiu como o parteiro do capitalismo, estabelecendo ainda, sob o absolutismo, "os primeiros direitos privados que correspondiam aos interesses dos proprietários de mercadorias" (MANDEL, 1982, p. 335) (SOARES; BURGINSKI, 2021, p. 9).

E nessa condição de periferia da periferia econômica é que os povos da região Norte lutam por sua existência e sobrevivência, no que tange às condições materiais e culturais.

O Serviço Social, como categoria profissional que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, concebe a produção do conhecimento como elemento de enfrentamento e luta para a superação das históricas condições de desigualdades a que é submetida a região e é com a compreensão da realidade dialética e contraditória que este trabalho apresenta alguns aspectos sócio-históricos da pesquisa e a construção do conhecimento em Serviço Social na região Norte da ABEPSS.

Para tanto, em um primeiro momento, caracteriza a região no âmbito da organização territorial da ABEPSS; em seguida configura a produção do conhecimento na área do Serviço Social. Como considerações finais, indica-se que a região apresenta particularidades da questão social, que muitos são os desafios para a ABEPSS, na defesa e garantia do projeto ético político, mas que "Aqui se respira luta!"

A Regional Norte da ABEPSS

“O Correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria, apertada e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é
CORAGEM!”

Guimarães Rosa

A Regional Norte da ABEPSS é composta por 9 estados, sendo os 7 da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, acrescidos de 2 estados da região Nordeste (Maranhão e Piauí) que, segundo a professora Marina Maciel², foi uma estratégia adotada pela entidade devido ao pouco número de escolas existentes e por conta da proximidade desses dois estados do Nordeste com a região Norte. Tal estratégia se mostrou muito adequada uma vez que as características sociais, econômicas, culturais e geográficas nos unem e contribuem para a construção da luta e do conhecimento coletivo. Cabe destacar que os estados federativos do Amapá, Roraima e Tocantins, no momento de criação da ABEPSS eram apenas territórios nacionais que passam a ser estados pós Constituição Federal de 1988.

O território geográfico da ABEPSS Norte é de 4.436.750 km², região que se configura com a diversidade da floresta amazônica e do cerrado brasileiro. Em termos de Unidades de Formação Acadêmica (UFA), a região totaliza 09 (nove) cursos presenciais de Serviços Social, sendo 07 em universidades federais e 02 em universidades estaduais, distribuídas nas Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com os campus de Manaus e Parintins, Universidade Federal do Pará (UFPA) com os campus Belém e Breves, Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Miracema do Tocantins, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) campus São Luís e Universidade Federal do Piauí (UFPI) campus Teresina e as Estaduais de Roraima (UERR) e do Tocantins (UNITINS).

2 Informações coletadas por ocasião de diálogo entre a professora Marina Maciel e as autoras desse artigo para a construção da live dos 75 anos da ABEPSS na Regional Norte.

No que se refere à Floresta Amazônica, especificamente, a regional conta com um curso em Parintins, pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e outro em Breves, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), para os quais o acesso é somente fluvial e aéreo, pois não há estradas para estes dois municípios.

O estado do Acre tem um curso presencial privado com dificuldades para se manter frente à crise da educação superior no Brasil, acentuada pela pandemia da Covid-19³. As Unidades de Formação Acadêmica que possuem vinculação com a ABEPSS são a UFPA, UFMA, UFAM, UFPI e UFT e são as que hoje possuem Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, por isso o desenvolvimento da discussão mais especificamente com essas escolas.

A partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos – PPC das escolas mencionadas, é possível afirmar que o curso de Serviço Social mais antigo na regional Norte é da Escola de Serviço Social no estado do Amazonas, incorporado à Universidade Federal do Amazonas – UFAM no campus de Manaus, em 1968. A Escola de Serviço Social de Manaus teve sua criação proposta pelo juiz de Direito André Araújo, a mando do interventor federal Álvaro Maia, nos anos de 1940:

No Estado do Amazonas foi criado em 1941, como uma das estratégias para enfrentar as refrações da questão social num contexto de revitalização da economia da borracha e das tendências de centralização política do Estado Novo no âmbito da construção de políticas públicas (UFAM, 2019, p. 6).

O curso de Serviço Social no Estado do Pará tem suas origens na “[...] iniciativa da Fundação Paulo Eleutério, entidade que levou o nome de seu principal idealizador, um médico com larga experiência de trabalho na área social” (UFPA, 2010, p. 6), sendo doada em 1951 para o Instituto Ofir Loyola que desenvolve as atividades “[...] tal como havia sido programado, obedecendo a partir de então às diretrizes

3 Desde o início de fevereiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a considerar pandemia a doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19), que obrigou um isolamento social, restrito, que em primeiro momento levou as Unidades de Formação Acadêmica a suspenderem suas atividades presenciais e adotarem o modo remoto, retornando ao presencial somente após dois anos e após o avanço do processo de vacinação da população.

traçadas pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social [...]” (UFPA, 2010, p. 6), incorporada à Universidade Federal do Pará – UFPA somente em 1963⁴. A escola de Serviço Social do Maranhão foi criada em 1953, “[...] por iniciativa da Arquidiocese de São Luís, à época dirigida pelo Arcebispo Metropolitano D. José Medeiros Delgado, a referida Escola foi anexada à Faculdade de Filosofia, [...]” (UFMA, 2016, p. 10), passando à Universidade Católica do Maranhão em 1961 e incorporada à Universidade Federal do Maranhão – UFMA em 1966.

A incorporação da faculdade de Serviço Social à Fundação UFMA se confunde, pois com a própria criação desta instituição em 1966, que se constituiu da junção de várias faculdades isoladas. Algumas fundadas e mantidas pelo governo federal como Direito, Farmácia e Odontologia e outras, como Ciências Econômicas, Enfermagem, Filosofia, Ciências e Letras, Medicina e Serviço Social que pertenciam à Universidade Católica do Maranhão (UFMA, 2016, p. 10).

Nessa perspectiva, a escola de Serviço Social do Piauí é criada na Universidade Federal do Piauí em 1976, devido às necessidades do mercado de trabalho com a ampliação de Serviços Sociais desenvolvidos pelo estado e pelas instituições filantrópicas. Assim,

Nos anos compreendidos entre 63-80, o mercado de trabalho para o assistente social no Piauí foi ampliado, devido à implantação do Serviço Social em algumas instituições já em funcionamento ou recém criadas no Estado como: Instituto de Aposentaria e Pensões dos Ferroviários e Empregados do Serviço Público (1963); o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS (1966); as Centrais Elétricas do Piauí S.A – CEPISA (1967); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (1969); o 2º Batalhão de Engenharia e Construção – 2º BEC (1971); o Hospital Areolino de Abreu (1973); o Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas – HDIC (1974); a Universidade Federal do Piauí, Divisão de Assuntos Comunitários – DAC (1974); a Comissão de Assistência Comunitária – CAC (1975); a Companhia de Habitação do Piauí – COHAB (1975); A Secretaria do Trabalho e Promoção Social (1975); o Hospital São Marcos (1976); a Universidade Federal do Piauí – Curso de Serviço Social (1976); a Telecomunicações do Piauí S.A – TELEPISA (1978); a Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA (1978); o Projeto Rondon (1979) (SETÚBAL, 1983, p.133) (UFPI, 2012, p. 9-10).

4 Lei n.º 4.283/63, transformando-se em Curso de Serviço Social (UFPA, 2010, p. 7).

Durante as décadas de 1940 a meados da década de 1970 em todo o espaço territorial da região Norte da ABESS/ABEPSS existiam apenas 4 escolas de Serviço Social e no processo contraditório do processo de expansão das universidades nos anos 2000, mais precisamente depois de 2003, com os programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI⁵ e o Universidade para Todos – PROUNI⁶. Neste sentido,

[...] a expansão do Ensino Superior atende aos interesses econômicos, sobretudo, com a expansão acelerada do ensino à distância, que intensifica o aligeiramento da formação profissional, demonstrando ser incompatível com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e com o Projeto Ético-Político Profissional (SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020, p. 384.)

E é nessa contradição de atenção ao mercado com o investimento estatal para as universidades privadas com o Prouni e a intensificação no processo aligeirado da formação profissional que as universidades federais também ganham possibilidades de expansão para novos cursos e assim houve a abertura de três novos cursos de Serviço Social em universidades federais na região, sendo a primeira a Universidade Federal do Tocantins – UFT, no campus do interior na cidade de Miracema do Tocantins que fica a 100 km da capital, em 2006, numa realidade que:

5 A expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>.

6 O Programa Universidade Para Todos (Prouni) oferta bolsas de estudo, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni>.

Inserido em um contexto de crescente privatização do ensino de graduação, pela proliferação da modalidade ensino à distância, o curso de Serviço Social da UFT vem contrapor essa lógica, comprometendo-se na defesa do ensino superior público e de qualidade (UFT, 2010, p. 14).

O segundo curso criado nos anos 2000 foi o curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em 2007, campus Parintins, que vem no processo de interiorização das universidades públicas federais para acesso às populações periféricas ao ensino superior e neste sentido:

O curso de Serviço Social no ICSEZ/UFAM é fruto do projeto maior do Ministério de Educação (MEC), denominado ‘expandir do tamanho do Brasil’, enquanto proposta para o ensino superior para as áreas mais longínquas dos estados brasileiros” (UFAM, 2012, p. 6).

O terceiro curso que vem no processo de interiorização é o curso de Serviço Social no campus Universitário Marajó-Breves, criado em 2009, sendo “o primeiro curso de Graduação em Serviço Social fora da capital, Belém, [...]” (UFPA, 2016, p. 9) que corresponde a proposta do governo federal:

A Faculdade de Serviço Social, do Campus Universitário do Marajó Breves, emerge junto ao programa de expansão universitária, no contexto da interiorização da graduação para consolidar o objetivo institucional de contribuir com o desenvolvimento da Amazônia, respondendo a demandas da sociedade Marajoara, com este curso de graduação que forma profissionais capacitados ao enfrentamento às diversas manifestações da “questão social” em equipes multiprofissionais nas diversas áreas das políticas públicas, como assistência social, previdência, saúde, educação etc., ou instituições do terceiro setor e movimentos sociais (UFPA, 2016, p. 9).

A região Norte ainda conta com dois cursos de Serviço Social públicos estaduais, ambos criados nos anos 2000, um é o curso da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS que inicia seu processo em 2006 com a oferta no projeto de Educação à Distância – EaD, sendo descredenciado em 2009:

Em 2009 houve o descredenciamento da Unitins para

ofertas de vagas dos cursos EaD devido à diversas irregularidades. Dentre elas, a mais decisiva foi o fato de uma universidade pública realizar a cobrança de mensalidades, ferindo preceitos constitucionais. A análise da situação da Unitins até seu descredenciamento para oferta de cursos EaD se constituiu em campo de luta social e jurídica, que contou com o protagonismo da categoria profissional dos/as assistentes sociais, a partir do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020, p. 399-400).

E depois de todo um processo junto aos órgãos públicos e legislativos do estado “[...] concretizou-se o primeiro concurso vestibular em julho de 2010 para os cursos presenciais em Engenharia Agrônômica, Direito, Sistemas de Informação e Serviço Social” (UNITINS, 2022, p. 12). Sendo assim hoje é ofertado o curso de Serviço Social na UNITINS presencialmente na capital do estado do Tocantins, Palmas.

E por último, mas não menos importante na luta contra a precarização do ensino e da formação profissional, desde 2006 tem-se o curso de Serviço Social no estado de Roraima, na capital de Boa Vista, na Universidade Estadual de Roraima – UERR, um curso estratégico por estar em uma região fronteiriça do país, todavia conta com grandes desafios para sua manutenção e desenvolvimento, do que se destaca a histórica transitoriedade da população, bem como do corpo docente.

É neste cenário que se encontra em 2022 a formação em Serviço Social na região Norte da ABEPSS, que compõe com 9 estados e conta com 7 cursos de graduação presenciais públicos, sendo que abrangem apenas 6 estados, ou seja, mesmo com o projeto de interiorização e expansão do ensino superior, não conseguiu atender ao menos um curso presencial e público em cada estado da regional norte, isso expressa os desafios que ainda se encontram para o enfrentamento da precarização e a eadização do ensino superior em Serviço Social. Esse é um aspecto importante a ser considerado pelas entidades da categoria profissional.

A Pesquisa na Região Norte

"A ciência conhece um único comando: contribuir com a ciência."

Bertolt Brecht

A pesquisa em Serviço Social se torna pauta para a categoria no processo referenciado por Netto (1995, p. 247) de "intenção de ruptura com o conservadorismo" e torna-se ensino obrigatório nos cursos de graduação em Serviço Social com o processo de formulação das diretrizes curriculares e na reformulação do estatuto da ABEPSS para a ABEPSS, que demonstra a importância da pesquisa e da construção do conhecimento na área do Serviço Social, e que de acordo com Sposati (2007, p. 17), foi em 1982 com as primeiras diretrizes curriculares, que foi referenciada a pesquisa no currículo mínimo para os cursos de Serviço Social.

Embora na escrita pareça ser um movimento simples e linear, o reconhecimento sobre a importância da pesquisa em Serviço Social desafiou as entidades representativas da profissão, a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO a construir estratégias coletivas junto às Unidades de Formação Acadêmicas – UFA para garantir a efetividade/manutenção do tripé Ensino - Pesquisa - Extensão nas Instituições de Ensino Superior.

A fomentação e concepção da pesquisa como mediação constitutiva da identidade e do exercício profissional é resultante de um longo processo que se intensificou, tanto para o conhecimento da realidade como para o reconhecimento do Serviço Social enquanto área de produção e conhecimento, o que ocorreu diante do crescente desenvolvimento da pesquisa e produção do conhecimento com as dissertações (Mestrado) e teses (Doutorado) em Serviço Social, o que em muito contribuiu para o reconhecimento institucional nas agências de fomento à pesquisa como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Esse passo iniciou com a implementação dos primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, em 1971, com o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo – PPGSS/ PUC/SP e em 1972 , o Programa de Pós-Graduandos em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PPGSS/PUC/RJ, e ainda na década de 1970 os Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS⁷. Registra-se que não cabe nesse breve ensaio tratar da abertura de todos os 36 Programas de Pós-Graduação em funcionamento hoje no Brasil, todavia, apresentar a abertura desses 4 primeiros programas para sinalizar a centralidade da região Sudeste no que tange à consolidação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil.

Na região Norte o primeiro programa de Pós-Graduação é instituído quase duas décadas depois da criação do primeiro programa na Área de Serviço Social no Brasil, com o PPG em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, em 1993 e, posteriormente, o PPG em Serviço Social na Universidade Federal do Pará em 1996, sendo estes, por toda a década de 1990 os únicos Programas de Pós-Graduação na regional Norte da ABEPSS.

Atualmente, a região conta com 05 programas de pós-graduação, distribuídos nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Amazonas e Tocantins, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Sistematização dos PPGs na área de Serviço Social – Região Norte da divisão da ABEPSS

Estado	IES	Curso	Área de formação	Área de concentração	Ano de criação	Nota na Capes
	Universidade Federal do Amazonas – UFAM		Serviço Social e	Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e	2007	4
Pará	Universidade Federal do Pará – UFPA		Serviço Social	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais	1996	5

⁷ Não há como não manifestar repúdio à administração da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com o anúncio realizado em 2022 que não fará mais processos seletivos para um Programa que tanto contribuiu para a construção da pesquisa e do conhecimento desde os anos de 1970.

	Universidade Federal do Tocantins Obs: Campus de Miracema		Serviço Social	Serviço Social Políticas Sociais e Direitos	2018	3
	Universidade Federal do Maranhão		Políticas Públicas	Políticas Públicas e Movimentos Sociais, Políticas Sociais e Programas Sociais	1993	6
Piauí	Universidade Federal do Piauí		Políticas Públicas	Estado, Sociedade e Políticas Públicas	2002	5

Fonte: Capes (2019); Site dos PPG (2020), apud RIBEIRO, SILVA e SILVA, 2020, p. 38 atualizada as notas dos PPG de 2022.

Conforme pode ser observado, em quase vinte anos foram criados apenas cinco programas na região, que se encontram distribuídos, em termos de área, um em Serviço Social e Sustentabilidade, dois em Serviço Social e dois em Políticas Públicas. No que se refere ao nível, os dois mais recentes (Amazonas e Tocantins) oferecem mestrado, e os demais mestrado e doutorado. A região conta com mais de 60 grupos e núcleos de pesquisas nos PPG, evidenciando seu potencial para a produção do conhecimento.

Cabe destacar que a pesquisa em Serviço Social colabora para a afirmação e reafirmação do Projeto Político Profissional assumido nos finais dos anos de 1970, principalmente no que tange à dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão; e ainda pensar que os procedimentos da pesquisa em Serviço Social possibilitam a mediação, reflexão com a realidade social, e que na perspectiva crítico-dialética questiona o "status quo" da sociabilidade burguesa, isso significa afirmar que o método dialético permite que a pesquisa vá além das explicações fatuais (do fato), pois possibilita relacionar as contradições do mundo e da sociedade e ainda a construção e a apreensão das expressões da "questão social" para além de um método de aplicabilidade.

E na perspectiva de pensar a pesquisa "[...] como ferramenta reveladora do real, também assume no contexto amazônico uma

posição de enfrentamento às expressões da questão social, às quais se acirram com a acumulação do capital, seja no meio rural ou urbano" (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2020, p. 360), a área do Serviço Social se centra em pesquisar e desvendar as variadas manifestações da "questão social", e com elas as relações entre sujeitos Estado, Sociedade e Mercado, sendo possível:

[...] afirmar que a Amazônia e sua diversidade de povos ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas, coletores e outros, têm sido os informantes mais recorrentes das oportunidades de se fazer pesquisa (FREITAS, 2009), ao mesmo tempo, estes povos são os grupos mais atingidos pelas formas arbitrárias do desenvolvimento capitalista na Região (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2020, p. 360).

Há que se destacar a necessidade de análise no movimento da realidade, e que o Serviço Social não está isolado ou protegido das investidas do conservadorismo, pois mesmo com todo o processo de "intenção de ruptura com o conservadorismo" (NETTO, 1995, p. 247) não se extinguiu no interior da profissão o conservadorismo, e hoje com a ascensão de forças reacionárias no mundo, ele também se faz cada vez mais presente no interior do Serviço Social, e os ditames e a defesa dos costumes da autocracia burguesa estão presentes nas pesquisas e na produção do conhecimento, todavia, como já se afirmou nesse ensaio, é na contraditoriedade que se constrói a luta coletiva, e hoje se vivencia uma intensificação do conservadorismo, somada à desigualdade regional do país e ao fascismo governamental, momentos de desqualificação da Pesquisa e da Ciência, principalmente das áreas de Ciências Sociais Aplicadas.

Uma desqualificação que inicia nos anos 2000 com o aligeiramento da formação e da pesquisa para responder aos ditames dos organismos internacionais, pautando o produtivismo concorrencial, individual e não coletivo chegando após 2016 com cortes consecutivos no financiamento da pesquisa, ameaçando até o fechamento das agências de fomento à pesquisa como o caso do CNPq. O financiamento pelas agências de fomento é importante, porque possibilita a formação de novos pesquisadores no âmbito do Serviço Social e possibilita a ampliação da pesquisa interdisciplinar, intercultural, interinstitucional e internacional, pois em um país em

que a desigualdade territorial e de acessos, inclusive na construção do conhecimento, em regiões periféricas como a região Norte do país, muitas vezes têm prejuízos na lógica concorrencial, por ser uma região com o menor número de Programas de Pós-Graduação e com PPG ainda em processo de reestruturação.

Diante disso, o desafio para a pesquisa em Serviço Social se coloca à graduação e à pós-graduação em todo o Brasil, mas intensifica para algumas regiões do país e esse é o caso da regional Norte da ABEPSS que precisa criar estratégias de fortalecimento e manutenção dos Programas de Pós-Graduação na Regional, considerando que numa regional com 9 estados, somente 5 possuem programas de Pós-Graduação, sendo os Programas da UFAM, UFPA, UFT, UFMA e UFPI. Todavia quando analisada pela divisão geográfica e não a da ABEPSS, divisão essa considerada pelas agências de fomentos, a região Norte passa a ter somente 3 programas em um território de 7 estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo histórico do Serviço Social e da ABEPSS, como entidade acadêmica e política da categoria, vários são os desafios na Regional Norte, que se manifestam em múltiplas dimensões como:

Em termos geográficos, com sua imensa extensão geográfica, que exige esforços físicos e econômicos para o acesso às Unidades de Formação Acadêmica. A locomoção em muitas áreas dos estados só é possível através de barco ou avião, o que implica em maior dispêndio de tempo e de recursos financeiros. A distância física entre as UFAS reduz a capacidade de comunicação e articulações entre cursos de graduação e pós-graduação, assim como o desenvolvimento de atividades conjuntas, como pesquisa e extensão.

Em termos tecnológicos, a dificuldade de acessos a aparelhos e, principalmente, à rede mundial de computadores, compromete a utilização de recursos áudio visuais na formação, mas também incide na capacidade de comunicação e articulação entre as UFAS, conforme tratado acima. A região apresenta uma diversidade étnico racial, que envolve as populações indígenas, quilombolas, negras, ribeirinhas, ciganas e extrativistas, os povos das florestas e das águas, que precisam

ser reconhecidos e apoiados nas suas lutas e causas. Lembramos ainda que todas estas populações apresentam suas particularidades estaduais, o que acresce a complexidade da questão social na região, compreendida na totalidade da questão nacional. Destaca-se que, embora seja a regional com maior número de estados e extensão territorial, é a região do país com menos universidades públicas e com menor investimento em educação e pesquisa. Na dinâmica da reprodução do capital, a região também vive o aprofundamento da precarização dos processos de trabalho e de educação.

Particularmente, no que se refere ao trabalho do/da assistente social, principalmente com o aligeiramento da formação organizado pela EaD, observa-se, dentre vários desdobramentos, formas precarizadas de trabalho, desvio de função no exercício profissional e condições estruturais de trabalho inadequadas. Esta precarização do trabalho profissional foi intensificada com a pandemia da Covid-19, pela imposição do ensino emergencial remoto que impactou de forma profunda a graduação, a pós-graduação e, conseqüentemente, o trabalho profissional.

Os processos precarizados de ensino e trabalho constituem mais uma bandeira de luta da ABEPSS, daí a importância dos cursos de Serviço Social para o enfrentamento da questão social, nas formas e expressões que se apresentam na região, formando profissionais comprometidos com a superação da exploração, da opressão e humilhação a que se encontram submetidas as populações locais. Para tanto, defendemos uma formação crítica, que possa compreender as determinações da questão social enquanto totalidade sócio-histórica.

Diante do exposto, muitos são os desafios atuais para a ABEPSS na região Norte, que passam pela construção da unidade graduação e pós-graduação, pelo fortalecimento das diretrizes curriculares, dos programas de pós, e da defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, a luta pela vida e diversidade humana.

Com a clareza dos limites e desafios que têm sido, estão sendo e serão enfrentados pela ABEPSS é que dizemos que na Regional Norte “Se respira luta!”

REFERÊNCIAS

ALVES, V. E. L. Expansão do Agronegócio e os Impactos Socioambientais na Região de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA). *Confins Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 45, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/28049>. Acesso em: 21 set. 2022.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. In: *Estudos Avançados*, n. 45, São Paulo: USP, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>. Acesso em: 20 set. 2022.

MARQUES, G. S. *Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MATHIAS, M. MATOPIBA: na fronteira entre vida e o capital. *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>. Acesso em: 20 set. 2022.

RIBEIRO, P. A.; SILVA, A. F. L. da; SILVA, O. M. T. A Questão da Pesquisa na Formação Pós-Graduada em Serviço Social na Região Norte do Brasil. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. *Serviço Social: formação, Pesquisa e trabalho Profissional em Diferentes Contextos*. Teresina: EDUFPI, 2020.

SANTOS, R. *ABEPSS 75 anos de luta*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wzVo6MCascw>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, R.; RODRIGUES, A. B.; BURGINSKI, V. M. Formação em Serviço Social no Estado do Tocantins no Contexto da Contrarreforma do Ensino Superior. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. *Serviço Social: formação, Pesquisa e trabalho Profissional em Diferentes Contextos*. Teresina: EDUFPI, 2020.

SOARES, R.; BURGINSKI, V. M. Estado e Política Social no Capitalismo Dependente Diálogos com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 39, 2021, Proteção Social em Tempos de Crise. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/110>. Acesso em: 20 set. 2022.

SPOSATI, A. Pesquisa e Produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Revista Katálisis*, n. 10, Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrgjF/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 set. 2022.

UFAM. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social de Manaus, 2019.

UFAM. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social de Parintins, 2012.

UFMA. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, 2016.

UFPA. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social de Belém, 2010.

UFPA. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social de Breves, 2016.

UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, 2012.

UFT. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, 2010.

UNITINS. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFMA: 30 ANOS DE COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES/AS E DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.

Cristiana Costa Lima
Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira
Mariana Cavalcanti Braz Berger
Valéria dos Santos de Almada Lima
Zaira Sabry Azar.

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA) tem, ao longo dos seus 30 anos de existência, uma trajetória de dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão. Comemora, em 2023, três décadas de seu compromisso em construir uma universidade de qualidade, crítica, referenciada socialmente, na formação de pesquisadores/as e profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento, orientando-se desde o início pelo objetivo de “formar recursos humanos para refletir e intervir criticamente na realidade social, no campo das políticas públicas, seja na vida acadêmica, seja em órgãos governamentais ou entidades da sociedade civil” (REGIMENTO INTERNO PPGPP/UFMA, 2011, p. 1).

O debate sobre a pós-graduação no curso de Serviço Social da UFMA se inicia a partir do final dos anos de 1970, diante da necessidade de discussão de uma política de pesquisa que articulasse ensino, extensão e pós-graduação, que se tornava decisiva frente ao processo de renovação pelo qual passava a profissão no contexto do Movimento de Reconceituação.

Destaca-se que o marco da pós-graduação em Serviço Social da UFMA foi o Curso de Especialização em Serviço Social, criado em 1980, com a perspectiva de se transformar em mestrado. O curso formou especialistas em planejamento e metodologia do Serviço Social, pesquisa em Serviço Social e desenvolvimento de comunidade, no período de 1980-1983, tendo sido interrompido por

uma ação arbitrária do reitor à época, mas retornando no período de 1985-1989. A partir dos anos de 1990, consolida-se uma política de pesquisa com a criação dos grupos de pesquisa e avanços nessa área, o que coloca a necessidade de um curso de mestrado que atendesse às demandas da sociedade, portanto, com caráter interdisciplinar e interdepartamental.

É nos marcos deste movimento que o PPGPP/UFMA foi criado e consolidou-se como espaço de articulação de grupos de pesquisa em torno de duas áreas de concentração: “Políticas Públicas e Movimentos Sociais” e “Políticas Sociais e Programas Sociais”. Ambas, por meio dos projetos de pesquisa e de dissertações e teses, expressam a formação comprometida com as demandas da sociedade, oriundas das expressões da questão social, sobretudo num estado como o Maranhão, marcado por altíssima concentração de renda, elevada desigualdade social, palco de grandes projetos econômicos transnacionais – a exemplo de empreendimentos minero-metalúrgicos, siderúrgicos, de monocultivos de bambu, soja e eucalipto, sob a lógica de enclave econômico guiado pelo percurso “mina-ferrovia-porto”, voltada à exportação de produtos primários – e, trazendo consigo, contradições e conflitos que rebatem nas condições de vida dos setores subalternizados maranhenses, em sua formação social fortemente delineada pela estrutura oligárquica, latifundiária e opressora.

Trata-se de um programa referenciado internacionalmente, consolidado com conceito 6 (seis) da CAPES, nas avaliações de 2010, 2013, 2017 e 2021², na Área de Conhecimento de Serviço Social, isto o coloca entre os 25% melhores Programas de Pós-Graduação em todas as áreas do conhecimento, em desenvolvimento no Brasil, o que o torna uma referência nacional, a despeito da conjuntura de duros ataques à ciência, à educação e, em especial, à pós-graduação, com

1 A área de concentração “Políticas Públicas e Movimentos Sociais” possui quatro linhas de pesquisa: Estado, Cultura e Políticas Públicas; Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente; Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas; Estado, Trabalho e Políticas Públicas. Igualmente, na área de concentração “Políticas Sociais e Programas Sociais”, existem quatro linhas de pesquisa: Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social; Política Social e Serviço Social; Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero.

2 A CAPES avalia os programas de pós-graduação utilizando uma escala de conceitos que varia progressivamente de zero a sete.

políticas ultraneoliberais e de corte de recursos e bolsas de pesquisa, sobretudo nos últimos quatro anos.

A partir de uma caracterização da realidade socioeconômica maranhense, sustentada nos principais indicadores fornecidos pelas mais referenciadas instituições de pesquisa do país, este artigo resgata a inserção do PPGPP/UFMA na realidade do Maranhão, estado de caráter dependente, periférico e de subordinação aos interesses do centro econômico e político do país, demonstrando que o Programa desafia, ano após ano, a lógica e a estrutura da produção científica brasileira que pouco permite a ascensão de programas de pós-graduação fora do eixo de produção acadêmica existente no Brasil. Apresenta ainda suas principais contribuições para a realidade do estado do Maranhão e delinea o que tem sido, nesse período, as principais produções científicas na sua área de pesquisa.

Trata-se, portanto, de um texto que almeja sintetizar a contribuição de um programa de pós-graduação construído, nesses 30 anos, por diversas mãos, entre dissensos e consensos, no objetivo de consolidar uma formação profissional de excelência, comprometida socialmente, com uma visão crítica e propositiva acerca das políticas públicas.

Caracterização socioeconômica do Maranhão

Situado na Região Nordeste, numa faixa de transição, em termos climáticos, compreendida entre o sertão semiárido e a Amazônia quente e úmida, o estado do Maranhão abrange uma área de 331.983,3 km², possuindo 217 municípios.

Após o esgotamento dos ciclos das *plantations*, inicialmente o da cana-de-açúcar e, posteriormente, o do algodão, a pecuária extensiva e a agricultura familiar voltaram a ser predominantes no estado, acrescidas do extrativismo, da criação de animais de pequeno porte, da pesca e do uso comum dos recursos naturais, configurando uma economia camponesa, responsável pelo sustento de parte significativa de sua população (SILVA; LIMA, 2019, p. 40).

A partir da segunda metade da década de 1970, deu-se início, no estado, à fase dos grandes projetos, sob a égide do Projeto Grande Carajás, concebido no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento

(II PND), formulado no governo Geisel (1974-1978). Nesse contexto, instalou-se, no Maranhão, a Companhia Vale do Rio Doce, aproveitando a estrada de ferro existente, além da ALUMAR (consórcio multinacional direcionado à produção e exportação de lingotes de alumínio), bem como assistiu-se à expansão de projetos agroindustriais destinados à produção de eucalipto e bambu para a celulose, cana-de-açúcar, álcool e à pecuária bovina (SILVA; LIMA, 2019, p. 40).

Mais recentemente, crescentes flexibilizações às restrições impostas pela legislação ambiental têm impulsionado investimentos no estado voltados para a produção de carvão, a partir do “reflorestamento” de eucalipto. Cumpre destacar que, desde o final da década de 1970, no sul do estado, surge uma nova frente de ocupação econômica, expressa no avanço da agricultura graneleira, voltada, principalmente, para a produção de soja, mas também de milho, arroz e algodão. Na década de 1980 surgiu, na região leste do estado, um segundo polo de agricultura graneleira mecanizada, abrangendo as microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba, e mais recentemente, entre 2010 e 2016, assistiu-se a um novo ciclo de investimentos concentrados nos ramos de petróleo e gás, de geração e distribuição de energia elétrica e de logística (SILVA; LIMA, 2019, p. 41).

Tais cadeias produtivas não reverberam para a melhoria das condições do estado. Segundo dados sistematizados pelo IMESC (2022), referentes ao ano de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes do Maranhão, equivalia a R\$ 97,340 bilhões, representando apenas 9,3% do PIB nordestino e 1,3% do PIB brasileiro. Já o PIB per capita do estado correspondia a R\$ 13.757,94, equivalendo a 75% da média do Nordeste e a 39% da média brasileira.

Em termos de mercado de trabalho, segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2022), 14,1% das pessoas em idade ativa ocupadas no Maranhão se concentram no setor agrícola, enquanto na região Nordeste esse percentual é de 13,1% e, no Brasil, corresponde a 8,9%. Já a participação do setor industrial (indústria geral mais indústria de transformação) equivale a 9,9% da população ocupada, enquanto no Nordeste são 21,2% e, no Brasil, 24,5%.

Se considerada somente a indústria de transformação, os percentuais da população ocupada nesse setor no Maranhão, no Nordeste e no Brasil são de 4,2%, 8,1% e 11,6%, respectivamente.

Portanto, o Maranhão se destaca com um ainda forte peso do setor agrícola, se comparado às médias do Nordeste e do Brasil. De fato, esse setor perde apenas para o de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e o setor de serviços, em termos de percentual da população ocupada, sendo que este último (o setor de serviços) sobressai, no plano estadual, assim como nos planos regional e nacional, com os maiores percentuais da população ocupada, correspondentes a 47,2%, 48,6% e 51,2%, respectivamente. No âmbito do setor de serviços, merece destaque especial a grande participação do setor de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais que absorvem 20,7% da população ocupada no Maranhão, enquanto no Nordeste esse percentual é de 18,8% e, no Brasil, é de 17,4%.

Quanto à distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por posição na ocupação, no segundo semestre de 2022, chama a atenção o elevado grau de desestruturação do mercado de trabalho do Maranhão, se comparado ao do Nordeste e do Brasil. Com efeito, enquanto no estado o percentual de empregados sem carteira assinada no setor privado, no setor público e nos serviços domésticos corresponde a 33,5%, nos planos regional e nacional são de 29,0% e 20,5%, respectivamente. Se somados esses empregados sem carteira assinada com os autônomos e os trabalhadores familiares auxiliares, no Maranhão o percentual de trabalhadores predominantemente sem proteção trabalhista e previdenciária salta para 67,1%, enquanto no Nordeste é de 60,8% e no Brasil de 48,5% (IBGE, 2022).

Do ponto de vista da remuneração da força de trabalho, pode-se depreender que, no Maranhão, no segundo trimestre de 2022, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos, efetivamente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência é de R\$ 1.574,00 (um mil, quinhentos e setenta e quatro reais), equivalendo a 91,5% do rendimento médio mensal do Nordeste, que é de R\$ 1.720,00 (um mil, setecentos e vinte reais) e a 60,4% do rendimento médio mensal do Brasil, como valor de R\$ 2.605,00 (dois mil, seiscentos e cinco reais) (IBGE, 2022).

Em termos educacionais, constata-se, a partir dos dados do censo de 2010 (IBGE, 2010), o baixo nível de instrução da população de 10 anos ou mais, no Maranhão, se comparado às médias do Nordeste

e do Brasil. De fato, 61,0% desse universo não possuíam instrução ou tinham apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto no Nordeste e no Brasil os percentuais eram de 59,0% e de 50,0%, respectivamente.

Quanto à oferta de serviços básicos, no ano de 2018, no Maranhão, apenas 75,3% dos domicílios particulares permanentes eram cobertos por rede geral de abastecimento de água, contra 80,2% no Nordeste e 85,8% no Brasil. Já a cobertura do serviço de esgotamento sanitário, no estado, correspondia a somente 22,6%, enquanto no Nordeste era de 44,6% e no Brasil de 66,3%. No tocante ao serviço de coleta do lixo, no Maranhão, o percentual de cobertura era de apenas 51,2% dos domicílios particulares permanentes, representando o segundo serviço básico mais deficitário no estado, superando apenas o serviço de esgotamento sanitário em termos de cobertura (IBGE, 2018).

Do ponto de vista da classe de rendimento domiciliar per capita, cumpre ressaltar que, no Maranhão, em 2020, 22,8% dos domicílios se situavam na faixa de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e 30,3% na faixa de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Tais índices retratam o elevado nível de pobreza do Maranhão comparativamente à região Nordeste, onde esses percentuais são de 17,1% e 27,2%, respectivamente, e ao Brasil, com respectivamente 8,7% e 18,7% dos domicílios situados nessas faixas de rendimento (IBGE, 2021). Já tomando como referência o nível de renda de até 5,5 dólares diários, outro critério para definir a linha de pobreza em países considerados, pelo Banco Mundial, como de renda média-alta, como é o caso do Brasil, o percentual de domicílios situados nessa faixa de rendimento no Maranhão em 2020 era de 48,3%, contra 40,5% no Nordeste e 24,1% no Brasil (IBGE, 2021).

Considerando-se, finalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Maranhão ostentava, em 2010, um índice equivalente a 0,639, inferior, como esperado, às médias do Nordeste e do Brasil, correspondentes a 0,660 e 0,727, respectivamente (IBGE, 2010).

Os dados socioeconômicos apresentados evidenciam o Maranhão como um dos estados mais pobres da Federação, posto que ostenta significativa defasagem, em todos os indicadores aqui considerados, em relação a seu desempenho nas médias regional e nacional. Com tal configuração, o PPGPP/UFMA, enquanto programa de uma universidade pública e socialmente referenciada, assume

papel no sentido do enfrentamento de tal realidade tão adversa, sobre o que será abordado a seguir.

Contribuição do PPGPP/UFMA frente à situação maranhense

São diversos os critérios e indicadores que podem ser utilizados para a mensuração de impactos que um programa de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, com conceito 6, pode ter em um estado como o Maranhão, como já demonstrado, um dos estados mais pobres e com maiores índices de desigualdades sociais da federação. Dentre eles, os critérios e indicadores utilizados pela Capes, no processo de avaliação dos programas da área de Serviço Social, na qual o PPGPP/UFMA também se insere. São eles:

1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do Programa;
2. Impacto econômico, social e cultural do Programa; e
3. Internacionalização, inserção local, regional, nacional e visibilidade do Programa, com destaque para os indicadores relativos ao Impacto econômico, social e cultural do Programa.

No critério “Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa”, em face de sua natureza, o PPGPP/UFMA tem gerado diversos impactos políticos e sociais, expressos especialmente pela formação de recursos humanos no campo das políticas públicas, enquanto formuladores, implementadores e avaliadores, mas também nas demais áreas de concentração do Programa.

Outra demonstração desse impacto se presentifica na oferta de mestrados e doutorados interinstitucionais, onde o PPGPP/UFMA atuou como a instituição promotora, com cursos ofertados para outras universidades federais da região Norte e Nordeste do país. Todos esses cursos foram bastante exitosos em termos de conclusão e defesa das dissertações e teses pelos alunos.

Cumpra também ressaltar que a maioria dos ingressos no PPGPP/UFMA trazem como objeto de suas dissertações e teses

questões formuladas no âmbito de seus exercícios profissionais e que, no decorrer do curso, a partir dos aportes teóricos e metodológicos adquiridos nas disciplinas, tais objetos são ampliados e/ou redimensionados. Esse processo faz com que, após a finalização dos cursos, estes egressos levem para as instituições e seus processos de trabalho os conhecimentos que foram adquiridos no Programa, contribuindo, assim, para o aprimoramento institucional, promovendo impactos significativos, uma vez que transferirão tais aprendizados para outros sujeitos, qualificando cada vez mais a prestação de serviços à população.

Ademais, destacam-se as diversas articulações mantidas via grupos de pesquisa em trabalhos de extensão junto a grupos e movimentos sociais como fóruns, conselhos de gestão e de controle de políticas públicas, sindicatos e outras entidades da sociedade civil, além de diversos trabalhos de assessoria que são realizados por docentes e discentes que também provocam impactos sociais e políticos importantes na sociedade. Além disso, toda a produção docente e discente tem sido publicizada em livros, capítulos de livros e artigos científicos, dentre outras formas.

O Programa também possibilita a inserção em disciplinas na condição de alunos especiais de pessoas externas. Nessa modalidade, registra-se a participação de diversos técnicos de instituições públicas, sobretudo nas disciplinas “Metodologia de Avaliação de Políticas e Programas Sociais”, “Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas e em Gestão de Políticas e Programas Sociais”, o que reforça sua contribuição com a formação de recursos humanos.

Por meio de sua Revista de Políticas Públicas e eventos científicos que organiza e/ou apoia, promove a divulgação de resultados de pesquisa não só de seus professores e alunos, mas também de pesquisadores de outras instituições do Brasil e do mundo. A Revista de Políticas Públicas (RPP), editada desde 1995, é um periódico acadêmico semestral do Programa e possui, atualmente, conceito A1 no Sistema *Qualis* Periódicos, na área de Serviço Social, atribuído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC). Ela publica trabalhos científicos de pesquisadores brasileiros e de outros países, com o propósito de promover e disseminar a produção do conhecimento, o debate e a socialização de experiências consideradas relevantes para o avanço teórico-prático

das políticas públicas. Não cobra taxas para processamento de artigos para aos autores e nem para os leitores, possui ISSN 2178-2865 e está indexada em dez bases de dados.

Quanto aos eventos, o PPGPP/UFMA organiza, há 20 anos, a Jornada Internacional de Políticas Públicas, que é realizada de dois em dois anos, desde o ano de 2003, estando em sua 11ª edição, em 2023. Com essa estratégia, busca ampliar e intensificar sua inserção na comunidade científica nacional e internacional, no sentido de elevar o padrão da formação acadêmica e da pesquisa científica no âmbito das políticas públicas.

No item “Impacto econômico, social e cultural do programa”, entendemos que impacto provocado pelo PPGPP/UFMA, se faz através de sua produção intelectual que decorre das atividades de ensino, pesquisa e extensão, haja vista que muitas delas são realizadas em articulação com movimentos sociais e, também, com instituições que operacionalizam as políticas públicas de modo geral.

Nesse sentido, há produção intelectual nas mais diversas áreas de conhecimento abordando temáticas como: avaliação de políticas e programas sociais; pobreza; questão étnico racial; questão agrária e agrícola; segurança alimentar e nutricional; a questão dos povos indígenas e comunidades tradicionais; questão ambiental; direitos humanos e dos animais; questão de gênero e violências; mundo do trabalho: mercado de trabalho, emprego, desemprego, reestruturação produtiva, qualificação e educação profissional; políticas públicas de corte social: assistência social, políticas de transferência monetária, seguridade social: previdência e saúde, dentre outras.

Alguns desses trabalhos requisitam a elaboração de material didático e/ou instrucional, a oferta e organização de cursos de formação política ou de capacitação de recursos humanos, sobretudo na área de avaliação de políticas públicas, em assessorias e consultorias, particularmente para órgãos da administração pública, mas também para entidades da sociedade civil e movimentos sociais. Outro fator de impacto importante da produção do PPGPP/UFMA tem a ver com o seu caráter interdisciplinar que se expressa nos diversos objetos de pesquisa das teses e dissertações que se voltam, em grande parte, para analisar aspectos da realidade empírica vivenciada no estado ou na região onde o Programa se insere. E, também, onde os discentes se vinculam profissionalmente, pois a maioria deles traz como objetos

de pesquisa questões construídas no âmbito de seus espaços e realidades profissionais, o que significa dizer que esses discentes, ao finalizarem seus cursos, levam novos aportes de conhecimentos para esses espaços sócio ocupacionais, promovendo impactos significativos e transferindo tais aprendizados para outros sujeitos. Desse modo, podemos destacar ações desenvolvidas conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Ações desenvolvidas pelo PPGPP/UFMA

Produção de material didático e/ou instrucional para um curso de especialização no contexto de uma assessoria técnica para o Habitat Urbano e Rural, com vistas a orientar a formulação de propostas indicativas de políticas públicas urbanas - moradia e saneamento básico - para municípios maranhenses situados na região metropolitana de São Luís;
Realização de curso de Aperfeiçoamento sobre “Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Africana e Afro-brasileira”, ofertado em três municípios maranhenses: São Luís, Bacabal e Pinheiro, tendo como público-alvo profissionais da Educação Infantil e Básica e membros da sociedade civil;
Realização de seminário itinerante em diferentes escolas, e junto às famílias e às comunidades circunvizinhas, destinadas a estudantes da educação infantil e básica, e do ensino superior, visando à valorização da identidade e da diversidade étnica, contribuindo, assim, para a inclusão, permanência e aprendizagem de crianças e jovens negros na rede educacional;
Participação na formulação e implementação de políticas, como: formulação da Política Pública Estadual de Assistência Social, no âmbito das conferências estaduais e municipais; formulação do Programa Estadual de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas a de Escravos; Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil; Plano Estadual de Socioeducação; Plano Estadual de Capacitação do SUAS;
- Assessorias aos Fórum de Mulheres Maranhenses e Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís e aos Grupos e movimentos de mulheres em São Luís e outros municípios do estado; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Rede Maranhense de Justiça Juvenil; Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS - NUEPP/SUAS; Núcleo Gestor da Escola de Socioeducação do Maranhão; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Terreiros de cultos às religiões africanas; Escola de Socioeducação do Maranhão; Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;

- Participação em sociedades científicas nacionais e internacionais como: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR); Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais – CEMRI, da Universidade Aberta (UAb) de Lisboa; Rede Amiga da Mulher; Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres – NIEPEM; Grupo de Pesquisa Seguridade Social e Serviço Social do DESSO/UFRRN; Observatório de Políticas Públicas e Lutas sociais da UFAL; Fórum de Mulheres do MERCOSUL; Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida no Maranhão; Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais da PUC/SP - NEILS; Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS; Basic Income Earth Network (BIEN), rede internacional que coordena o mais significativo debate sobre programas de transferência de renda, mais especificamente, sobre renda básica; International Gramsci Society (IGS) via IGS /Brasil, Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social - ALAEITS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS; Timbira Foundation and Education Research Washington-DC; Fórum Universitário do Mercosul - FoMerco;

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Essas ações desenvolvidas por docentes e discentes, geram impacto econômico social e cultural na medida em que são resultantes do envolvimento de diferentes sujeitos e instituições sociais, assim como de formas de colaboração diversas, expressando inserção, presença e relevância desse Programa na sociedade maranhense e seu entorno. Elemento também importante é a política de ações afirmativas, com reserva de vagas para pessoas com deficiência, pessoas negras e indígenas, com destaque para a titulação de duas mestras, uma deficiente visual e outra com deficiência dupla: visual e auditiva.

Em relação ao ponto “Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa”, o PPGPP/UFMA envolve ações com vistas a sua internacionalização, às quais destacamos conforme quadro 2:

Quadro 2 – Ações desenvolvidas pelo PPGPP/UFMA no âmbito da internacionalização

Realização da Jornada Internacional de Políticas Públicas, estratégia que tem possibilitado a interlocução do PPGPP/UFMA com a comunidade acadêmica nacional e internacional e o estabelecimento de diversos intercâmbios de cooperação acadêmico-científica para o desenvolvimento de pesquisas e publicações conjuntas, em parceria com instituições nacionais e estrangeiras;

Realização de pesquisas por meio dos grupos de pesquisa vinculados ao PPGPP/UFMA, em intercâmbios/parcerias com pesquisadores de universidades brasileiras, latino-americanas e europeias, como por exemplo: projeto de pesquisa “Produção de conhecimento sobre e para África na Alemanha e no Brasil” (pesquisa via rede de universidades que inclui a Universidade de Leipzig, Unicamp e UFBA, com recursos do Edital PROBAL/CAPES – Brasil/Alemanha; “Programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19: acompanhamento e análise da realidade internacional na América Latina e Caribe” (articulação de uma rede formada por 04 instituições de ensino: PPGPP/UFMA, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Universidad de la República (Udelar- Uruguai), Facultad de Ciencias Humanas - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (Argentina); “Projeto Fábrica de Ideias” (seminário temático Timbira, que reúne pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos que estudam povos Timbira - etnia indígena).

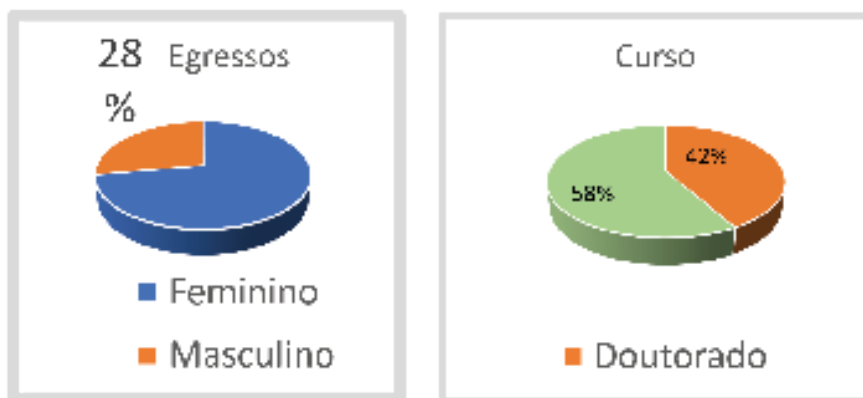
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Há também esforços para a inserção de discentes estrangeiros no Programa, assim temos recebido alunos provenientes de países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Colômbia, Venezuela e Peru e da África (Guiné-Bissau e Angola), para cursarem o mestrado; doutorado completo ou sanduiche e, também estágio pós-doutoral. Além disso, a articulação internacional também tem se concretizado por meio de convênios para a realização de processos de cotutela com universidades da Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, México e Portugal. A natureza social referenciada do PPGPP/UFMA se evidencia nos aspectos apresentados, mas também no perfil discente, na particularidade dos egressos.

Isso posto, apresenta-se aqui o perfil dos egressos (mestrado e doutorado) do PPGPP/UFMA a partir de indicadores de sexo, formação acadêmica, atuação profissional, nacionalidade, crescimento quantitativo dos egressos e tempo médio de conclusão dos cursos. De acordo com as informações disponibilizadas na página eletrônica do PPGPP/UFMA, no período de 2012 a 2022³, tivemos 94 concluintes, sendo 72% do sexo feminino e 28% do sexo masculino, com um total de 58% concluintes do mestrado e 42% do doutorado, conforme demonstra o gráfico 1 abaixo.

3 Os dados disponibilizados na página eletrônica do PPGPP/UFMA do ano de 2022 são do primeiro semestre.

Gráfico 1 – Egressos do PPGPP/UFMA 2012 - 2022 (por sexo e curso concluído)

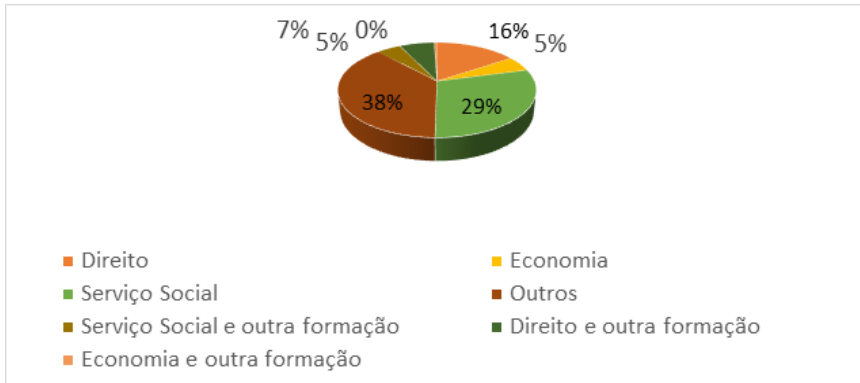


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do PPGPP/UFMA

O corpo de egressos reflete a diversidade de formações acadêmicas profissionais, tendo em vista o caráter interdisciplinar e interdepartamental que marca o Programa.

Contudo, o Serviço Social exerce um protagonismo ao identificarmos, por exemplo, a formação acadêmica dos egressos. Entre os egressos, no período de 2012 a 2022, 29% são graduados em Serviço Social, 16% em Direito, 5% em Economia, além de mestres e doutores em Políticas Públicas que possuem mais de uma formação nessas áreas e em outras, como: Administração, Comunicação Social, Pedagogia, Geografia, Enfermagem, História, Letras, Medicina, entre outros, correspondendo a 38% das formações acadêmicas entre os egressos, consoante o gráfico 2 a seguir.

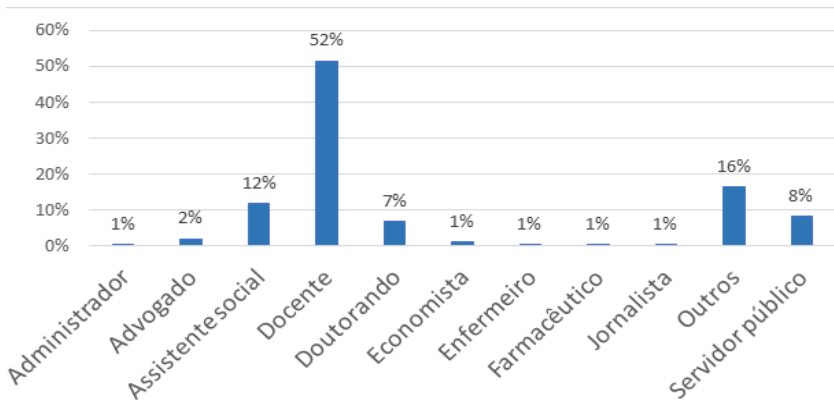
Gráfico 2 – Formação acadêmica dos egressos do PPGPP/UFMA (2012 - 2022)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do PPGPP/UFMA

Os registros disponíveis a respeito do perfil dos discentes após a conclusão do mestrado e doutorado são restritos. Assim, são apresentados elementos que constituem um perfil dos egressos do PPGPP/UFMA, a partir das informações disponibilizadas na plataforma Lattes, consultando cada currículo. Após esse mapeamento, pode ser observado, conforme o gráfico 3, que a atuação profissional predominante, entre os egressos no referido período, corresponde a 52% de docentes, seguido de assistentes sociais, doutorandos e outros. Cabe ressaltar que há profissionais com mais de um vínculo empregatício.

Gráfico 3 – Atuação profissional dos egressos do PPGPP/UFMA (2012 - 2022)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do PPGPP/UFMA.

Na direção de um dos objetivos do Programa, o de “formar professores e pesquisadores e capacitar profissionais no campo das políticas públicas”, destaque para o fato de que muitos de seus egressos compõem o atual quadro de docentes tanto na condição de permanente quanto de colaborador; muitos participam de bancas examinadoras de qualificação e defesa pública de dissertações e teses; e também como conferencistas; havendo, ainda, os que são orientadores e/ou coorientadores de dissertações e teses. Para além da atuação profissional na Universidade Federal do Maranhão, existem profissionais advindos de outras instituições públicas e particulares no estado maranhense e de outras cidades do país. Quanto à nacionalidade, os egressos são majoritariamente brasileiros e, ao longo do período analisado, há egressos de nacionalidades colombiana, peruana, uruguaia e bissau-guineense.

Também foi identificado um quantitativo crescente de egressos, alcançando de 4 (2 mestres e 2 doutores), em 2012, a 20 concluintes por ano letivo, aproximadamente. O tempo médio de conclusão dos cursos oferecidos corresponde à recomendação da CAPES e do próprio Programa, sendo, em sua maioria, de dois anos para o mestrado, visto que entre os egressos 68% concluíram o mestrado em 2 anos, e entre os egressos do doutorado, 57% realizaram em quatro anos.

Com as informações elencadas no quadro geral que caracteriza o perfil dos egressos do Programa, apreendem-se possibilidades de sua contribuição para a sociedade, nos campos da pesquisa e da pós-graduação em políticas públicas, como exposto anteriormente.

Dessa maneira, uma das principais contribuições do PPGPP/UFMA tem sido a formação e qualificação de quadros para a pesquisa, reflexão e, também, proposição, execução e avaliação de políticas públicas, sobretudo para a realidade maranhense. Desafio tão grande quanto as dificuldades encontradas no estado do Maranhão.

Conclusões

O Maranhão se configura como economia de enclave, grande produtor de commodities agrícolas e minerais, como: soja, eucalipto bambu, dentre outras. Insere-se, portanto em um modelo de exploração econômica que destrói os recursos naturais de forma agressiva e deixa às populações passivos sociais, ambientais e culturais.

Como resultante desta forma predatória de exploração das riquezas existentes, os indicadores estaduais evidenciam a desigualdade social e econômica extremada, onde convivem avançadas tecnologias adotadas pelo agronegócio com práticas rudimentares da agricultura familiar camponesa; mansões ao lado de palafitas; filhos doutores com pais analfabetos.

É neste contexto que o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA) se insere, com caráter interdisciplinar, desde sua criação, em 1993. Assume compromisso sociopolítico de contribuir com a sociedade, principalmente maranhense, a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão. Os 30 anos de existência, caracterizados pelo trabalho e compromisso, o referenciam como um programa de excelência no cenário nacional e internacional. Também é marcante sua estreita relação/articulação com a graduação, particularmente com o Serviço Social, tanto de docentes – cabe saber que dos 31 docentes do PPGPP/UFMA, 17 são desse curso – quanto por intermédio de grupos de pesquisa, que reúnem discentes e profissionais pesquisadores.

Em relação à articulação política de lutas, o Programa tem docentes compondo as mais diversas entidades representativas, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a APRUMA, a sessão sindical do ANDES na UFMA, dentre outras.

São muitas conquistas, principalmente com a formação de mestres e doutores, filhos do estado, mas também de outras regiões e de outros países, especialmente da África e América Latina. Egressos que levam os conhecimentos adquiridos para seus espaços profissionais, contribuindo cada um a seu modo, na organização de processos que incidem na superação de suas realidades sociais.

Também muitos são os desafios. Neste sentido, imprescindível considerar os elementos da crise estrutural do capitalismo, que para sua reestruturação promove alterações no Estado, com profundos impactos nas políticas públicas, dentre elas a educação, principalmente a superior. O avanço do ultraconservadorismo que assolou o país agudizou as dificuldades vividas pela pós-graduação, principalmente com a negação sistêmica da ciência no governo passado, que aprofundou as desigualdades entre as áreas de conhecimento, com a

priorização dos recursos financeiros às Ciências Exatas em detrimento das Ciências Sociais. Articulando a isso, tem-se a histórica desigualdade regional no acesso a esses recursos, agravada nesse processo.

A esse contexto, juntam-se a precária infraestrutura do Programa, com salas de aula e de gestão com problemas na estrutura física e de recursos materiais e tecnológicos, a exemplo do laboratório de internet, que não apresenta capacidade de atendimento adequado aos alunos e docentes, e a precarização do trabalho docente, com sobrecarga de trabalho e o não reconhecimento das horas excedentes pelo Plano Individual Docente (PID), que considera apenas 40 horas semanais de trabalho.

Um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo Programa é o produtivismo acadêmico preconizado pelas agências de fomento, que estimulam o individualismo e a competição acadêmica e criam parâmetros de avaliação substanciados no quantitativo, negligenciando a qualidade da produção científica. Nessa perspectiva, há necessidade de maior articulação entre os grupos de pesquisa, no sentido de articulações temáticas e produções coletivas, tanto internamente, mas também com a graduação, e ainda em termos regionais, aprofundando as relações entre os programas da região Norte, e possibilitando a visibilidade do debate e da ciência produzida a partir das particularidades da questão social, mas também fortalecendo os programas existentes na região, através da solidariedade.

Isto posto, conclui-se que, apesar das dificuldades e desafios inerentes a um programa de pós-graduação de uma universidade pública em um estado periférico, o PPGPP/UFMA reitera seu compromisso sociopolítico com a educação pública, com a universidade socialmente referenciada e com a construção de uma sociedade atendida em suas necessidades pelo Estado por meio de políticas públicas que considerem as diversidades e pluralidades sociais.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1394#notas-tabela>. Acesso em: 01 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio contínua – anual. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatísticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>. Acesso em: 23 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio contínua, 2º trimestre/2022. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 01 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2022.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC. Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense, v. 8, n. 2. São Luís, 2022. Acesso em: 15 jul. 2022. (Obs.: Site indisponível no momento – 01/09/2022 – pelo cumprimento da Lei Eleitoral).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (PPGPP/UFMA). Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/concluidos_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893. Acesso em: 30 set. 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Pontuando a realidade socioeconômica das regiões, estados e municípios espaços da pesquisa empírica. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidades e especificidades. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Regimento interno. 2011. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/documentos_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893&idTipo=2. Acesso em: 30 set. 2022.

INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFPA NA SOCIEDADE: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES.

Cilene Sebastiana da Conceição Braga
Joana Valente Santana
Reinaldo Nobre Pontes
Vera Lúcia Batista Gomes
Fernanda Iracema Moura Arnaud

INTRODUÇÃO

O presente capítulo objetiva apresentar a influência social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA) na Região Norte, considerando sua trajetória, mas com ênfase nos resultados da última avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2017-2020).

Na primeira parte do capítulo, fez-se breve contextualização da Região Norte do país - particularmente o estado do Pará - caracterizada pela exuberância de suas riquezas naturais e diversidade humana de povos originários, mas contraditoriamente, espoliada desde os tempos das invasões coloniais. A população nortista vivencia a pobreza e a desigualdade social e econômica, agravadas progressivamente até os dias atuais tendo em vista as formas de ocupação e “desenvolvimento” econômico baseadas no latifúndio, patrimonialismo, na escravidão, no capitalismo tardio (predatório de enclave, extrativista mineral e agropecuário).

Tal realidade somente se agravou nas distintas etapas históricas, com destaque para os períodos pós-ditadura militar e redemocratização com a adoção da programática neoliberal. Com a chegada do neoliberalismo esses impactos atingiram, de forma intensa, a área da educação superior, cujos dados relativos à região revelam aumento do acesso quantitativo (pelo barateamento do ensino remoto) e perda de qualidade.

Nesse cenário, é que se insere o PPGSS/UFPA, objeto de análise da segunda parte do capítulo, demonstrando-se a relevância acadêmica,

social e política de sua criação para a região. Considerou-se, também, o Relatório do Quadriênio 2017-2020 inserido na Plataforma Sucupira/CAPES, no qual se estabelece a estrutura de área de concentração e linhas de pesquisa, ancoradas nos eixos trabalho e política social, que considera as demandas sociais e as orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS para a pós-graduação no Brasil.

Apresentam-se, ainda, os grupos de pesquisa ligados a cada linha de pesquisa do PPGSS-UFPA, bem como as pesquisas desenvolvidas e seus respectivos projetos de extensão, buscando ressaltar a diversidade de formas de atuação do conjunto dos projetos sobre diversos segmentos da sociedade, tanto na esfera pública, quanto privada e por óbvio na publicação da produção científica de cada grupo, manifestada por dissertações e teses, relatórios de pesquisa, através de coletâneas, artigos científicos, jornais, eventos, palestras, conferências, etc.

A mensuração do impacto desse volume de produção científica e de ações nas relações sociais é objeto da terceira parte do capítulo com interferência em área de políticas públicas tais como habitação, assistência social, trabalho, formação profissional, direitos da mulher, direitos de povos tradicionais, impacto de projetos extrativistas/conflitos socioterritoriais, segurança pública e direitos dos jovens. Outra dimensão de impacto social é a participação do corpo docente e discente nas diversas entidades em várias instâncias. Considera-se inegável o avanço da maturidade do programa em face de sua própria história e da sociedade em que está em curso, não somente na territorialidade da região norte do país, mas em outras regiões e, inclusive, internacionalmente.

Desigualdade social, econômica e cultural no estado do Pará e as expressões da questão social

A pobreza e a desigualdade social, no Brasil, têm raízes históricas, devido quatro séculos de escravidão, o seu caráter específico de um capitalismo tardio, o acelerado processo de urbanização, a ausência de uma reforma agrária e a falta de políticas urbanas e sociais consistentes (PEDROSO, 2020). Trata-se de um dos países mais desiguais do mundo, cujas estruturas econômica e social tenderam muito mais

para a reprodução da exclusão, do que para a inclusão social, as quais persistem ao longo do tempo. Contudo, a desigualdade social se acentuou, no país, nos anos de Ditadura Civil-Militar, tornando-se, ainda mais, robusta com as crises econômicas que afetaram o país nos anos de 1980 quando, além das deficiências estruturais do modelo de desenvolvimento econômico perseguido, os problemas sociais se tornaram verdadeiros obstáculos à conformação de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Assim,

O período situado entre o imediato Pós-Guerra até a década de 1960 (1945-1964) foi marcado por um processo de continuidades e contraposições em relação ao período iniciado em 1930. O predomínio das ideias desenvolvimentistas levou ao aprofundamento da industrialização, sobretudo, no governo JK (1956-1960). Porém, mais uma vez, os pilares da desigualdade não foram atacados. Foi somente com a crise de esgotamento do modelo de substituição de importações, nos primeiros anos da década de 1960, que foram propostas reformas nas quais propunham mudanças na estrutura social brasileira (PEDROSO, 2020, p. 33).

Desta forma, o ciclo de expansão produtiva que perdurou dos anos 1930 a 1980 estabeleceu à economia social um papel secundário, visto que, o governo atribuía à dinâmica do rápido crescimento econômico a própria responsabilidade pela trajetória de distribuição da renda. Com efeito, o processo de industrialização das décadas de 1950 e 1960 não produziu “um movimento natural de superação do quadro de desigualdade e pobreza” (POCHMANN, 2011, p. 127 apud PEDROSO, 2020, p. 34). Embora na década de 1980, momento em que se vivia no país, o período de redemocratização com intensas e significativas manifestações da sociedade civil, a situação de pobreza e da desigualdade social foram trazidas à tona, culminando com a promulgação da Constituição de 1988 que dentre outras importantes medidas foi instituída a seguridade social formada pelo tripé: saúde, previdência e assistência social. Contudo, “a redemocratização do país e as reformas de proteção social coincidiram com o esgotamento do Estado nacional” (PEDROSO, 2020, p. 34).

Somando-se ao avanço das ideologias neoliberais, nos anos 1990, as recomendações prescritas na Carta Constitucional de 1988 foram seguidas de maneira pontual e restrita, interrompendo de forma mais efetiva os anseios pela equidade social e, portanto, de combate à desigualdade e à pobreza.

No período de uma década, ou seja, de 2012 a 2021, o estado do Pará apresentou índices que medem a desigualdade social, ou seja, o índice de GINI¹, instáveis, a saber: Em 2012 e 2013, obteve os maiores índices de 0,512 e 0,500, enquanto que nos anos 2015, 2016 e 2017 esses índices diminuíram 0,485; 0,484 e 0,483, respectivamente. Assim, o rendimento médio mensal domiciliar por pessoa caiu 6,9%, em 2021 e passou de R\$ 1.454, em 2020 para R\$ 1.353. Este é o menor valor da série histórica, iniciada em 2012, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua divulgada pelo IBGE, em 2021. Norte e Nordeste foram as regiões que apresentaram os menores valores (R\$ 871 e R\$ 843, respectivamente) e também as maiores perdas entre 2020 e 2021 (de 9,8% e 12,5%, nessa ordem). Já as regiões Sul e Sudeste se mantiveram com os maiores rendimentos (R\$ 1.656 e R\$ 1.645, respectivamente).

Nos anos de 2020 e 2021, isto é, período em que o mundo, em particular, o Brasil e o estado do Pará vivenciaram o auge da crise sanitária provocada pela COVID-19, esse quadro se agravou. Sendo assim, os dados acima mencionados permitem inferir que em decorrência das medidas ultraneoliberais, dentre as quais as contrarreformas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nº 13.467/2017, a Emenda Complementar – EC 103/2019 que altera a previdência social, no Brasil, bem como, a aprovação da Lei da Terceirização Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017, têm se constituído uma deterioração nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e, conseqüentemente, implicado na diminuição dos índices de GINI do estado do Pará, sobretudo, com a aceleração das referidas medidas ultraconservadoras e ultraneoliberais, no governo do presidente Jair Bolsonaro, que encontraram um solo fértil para se alastrar, sem medidas, em especial, no contexto de crise sanitária ocasionada pela pandemia do Novo Coronavírus.

A diminuição da renda na sociedade capitalista tem relação direta com a situação de emprego e desemprego. Sendo assim, verifica-se que, no estado do Pará, em particular, a cidade de Belém apresentou alta de desemprego durante o primeiro trimestre de

¹ O Índice de GINI ou Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade de dados muito utilizada para medir o nível de desigualdade na distribuição de renda de um país ou região. Os valores deste coeficiente são representados entre 0 e 1, em que quanto mais próximo de zero menor é a desigualdade social. Sendo igual a um, a desigualdade atinge o seu máximo.

2020. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – Pará, a capital paraense possuía cerca de 100 mil pessoas desempregadas no primeiro trimestre de 2020. Os dados revelam alta de 18,6% de pessoas desocupadas, em Belém, no primeiro trimestre do ano, cerca de 16 mil pessoas a mais em relação ao último trimestre do ano passado. Ainda segundo o estudo, Belém é segunda capital da Região Norte com maior número de desempregados com um total de 102 mil pessoas, seguida por Macapá (43 mil pessoas); Porto Velho (34 mil pessoas); Rio Branco (27 mil pessoas); Boa Vista (32 mil pessoas) e Palmas (15 mil pessoas). Manaus lidera a lista com 216 mil pessoas. O estado do Pará, também apresentou aumento no número de desempregados entre os meses de janeiro e março de 2020, com avanço de 16% em relação ao último trimestre do ano anterior. Além disso, o mercado de trabalho informal cresce na capital paraense, pois com a queda de empregos formais, em Belém, vários setores econômicos foram atingidos, com destaque para serviço, comércio e construção:

Com isso, ocorre uma conjuntura totalmente, desfavorável que está levando a paralisação quase que total das atividades econômicas, uma parcela significativa dos trabalhadores que perderam emprego, está buscando outras formas de ocupação e acesso a renda, com isso o trabalho por conta própria tornou-se a única saída. Segundo o Dieese, Belém apresenta 36,5% de trabalhadores ocupados por conta própria no primeiro trimestre de 2020. A maioria dos setores econômicos estão em situação financeira difícil. Em Belém, estima-se que nos shoppings 190 lojas efetivaram destratos de aluguel, com 30 a 40% estabelecimentos de rua não retornem às atividades (CORECON, 2020, s.p.).

A análise sobre emprego e desemprego, no estado do Pará, efetuada pelo DIEESE mostra um aumento na taxa de desocupação das 22 unidades federadas do Brasil, no segundo trimestre de 2022, de acordo com o IBGE.

A taxa de ocupação, no Brasil, aumentou no segundo trimestre de 2022 e 73,3% dos empregados do setor privado tinham carteira de trabalho assinada. As Regiões Norte (58,4%) e Nordeste (56,8%) apresentaram as menores taxas. Contudo, a taxa de informalidade para o Brasil foi de 40,0% da população ocupada. As maiores taxas ficaram com Pará (61,8%), Maranhão (59,4%) e Amazonas (57,7%) e as menores, com Santa Catarina (27,2%), São Paulo (31,1%) e Distrito Federal (31,2%).

Esses dados mostram que mesmo a taxa de desemprego tenha diminuído, as condições de trabalho na informalidade, não alteram a situação de desigualdade social, na medida em que, em geral, essa forma de trabalho não assegura o acesso aos direitos sociais, sobretudo, em um contexto de cortes de gastos sociais para as políticas públicas.

A propósito, considerou-se importante evidenciar o percentual de pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos que frequentaram o ensino superior, no período de 2012-2020.

Os estados da Região Norte tiveram um percentual inferior dentre as pessoas de 18 a 24 anos que frequentaram o Ensino Superior, em relação aos percentuais nacional no período de 2012-2020. Exceto o estado de Roraima que, em 2012, teve o maior percentual, isto é, 22,4% das pessoas na referida faixa etária frequentaram ensino superior, ou seja, ficou acima da média nacional que nesse mesmo ano, teve um percentual de 16,6%. Contudo, esse estado, em 2020, teve o menor percentual, dentre os demais estados da Região Norte. Este fato pode ser compreendido devido ao baixo rendimento dos trabalhadores provocado pela crise econômica do país agravada pela pandemia da COVID-19, sobretudo, se considerar que no Brasil, o acesso ao ensino superior se dá, preponderantemente, na rede privada. Assim, é possível inferir que a queda nos rendimentos de pessoas que frequentam o ensino superior no estado de Roraima, tenha implicado no acesso a este nível de ensino.

O Estado do Pará, no período acima mencionado, foi o que teve entre 2012 até 2019, os menores percentuais de pessoas na faixa etária entre 18 a 24 anos, ou seja, de 0,8 a 15, 0. Somente, no ano de 2020 é que obteve um aumento nesse percentual, qual seja: 21,7. O acesso ao ensino superior é condição imprescindível para o acesso aos cursos de Pós-Graduação. Assim, considerou-se importante evidenciar o percentual de mestres e doutores na Região Norte do Brasil.

Se o estado do Pará apresentou um dos menores percentuais de acesso de pessoas ao ensino superior, no período de 2012 a 2020, na Pós-Graduação, sobretudo, em nível de mestrado, este apresenta um percentual acima da média nacional, ou seja, 84,2%, enquanto que a média nacional foi 83,4%. Em termos de formação pós-graduada, em nível de doutorado, o Pará apresenta um percentual que se aproxima da média nacional, isto é, 43,3%, enquanto que a média nacional foi 45,6%. Importa registrar que se o acesso ao ensino de graduação se

dá pela rede privada, o ensino de Pós-Graduação tem se dado por estabelecimentos de ensino público. Apesar dos dados evidenciados no Anuário de IBGE (2019) sobre a educação superior, mostrarem um avanço na formação Pós-Graduada, no Brasil, as metas da política de educação, indicam a elevação anual do número de titulados de mestres para 60.000 e para doutores 25.000.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará teve início em 1996 e foi reconhecido pela CAPES em 2004. Ele foi criado para atender uma demanda regional em função de não existir nenhum outro curso de mestrado e doutorado em Serviço Social na Região Norte. Dessa forma, era pequeno o número de profissionais qualificados para realizar pesquisas sobre importantes questões presentes na região.

Assim, o curso foi criado para auxiliar os profissionais para a realização de investigações que dessem subsídios para o trabalho profissional e terem qualificação necessária para a formulação, execução, análise e avaliação de Políticas Públicas, com esses conhecimentos poderiam contribuir para a melhoria das condições de vida da população da Região Norte.

A missão do PPGSS é "Formar cientificamente pesquisadores e docentes de alto nível para intervenção qualificada nas diversas expressões nacionais e regionais da 'questão social' e contribuem para a formação de massa crítica na Região" (UFPA, 2016, p. 2).

O Programa foi criado apesar de muitos desafios, dentre eles, não havia um corpo próprio de professores(as) qualificados.

Foi avaliado com conceito três (03) até a Avaliação Trienal de 2013 da CAPES², quando mudou para conceito quatro (04) e, a partir desse momento, iniciaram-se os estudos e ações para a criação do doutorado, cuja primeira turma teve início em março de 2017. Tendo como eixo principal a categoria trabalho:

2 CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório de Avaliação 2010-2012. Trienal 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/SevioSocial.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

explicita a compreensão da base das relações sociais que estabelece a próprio modo de produção e de sociabilidade reinante, no qual a forma como a produção incorpora o trabalho e como este ontologicamente se estabelece condiciona tanto as relações econômicas (produção), quanto as políticas, ou seja, a forma assumida pelo Estado, pela Política Social e pela sociedade civil em face das consequências trazidas pelas expressões da “questão social”. (UFPA, 2020a, p. 7).

O desenvolvimento de pesquisas promoveu maior consolidação ao curso e, ao mesmo tempo, criou uma identidade ao primeiro curso de mestrado e doutorado de Serviço Social da Região Norte.

O curso apresentou no Quadriênio 2017-2020 duas linhas de pesquisa: a primeira Serviço Social e Políticas Sociais na Amazônia na linha 1, na qual objetiva: analisar o Serviço Social na relação entre a consolidação do modo de produção capitalista; o surgimento da “questão social” e suas expressões e as políticas sociais; as tendências históricas e teórico metodológicas no Serviço Social; a formação profissional, o exercício profissional e os espaços sócio ocupacionais; o projeto ético-político do Serviço Social; o Serviço social nas diferentes expressões das políticas sociais, com ênfase na seguridade social (assistência social, previdência e saúde), habitação, entre outras; os conflitos e os movimentos sociais no enfrentamento às expressões da “questão social” e suas particularidades na Amazônia³.

Os grupos de pesquisa vinculados a essa linha desenvolvem projetos de investigação que têm como temáticas as expressões da questão social na região que historicamente sempre sofreu forte exploração, tanto no campo de suas riquezas minerais, como no campo do trabalho, com forte exploração de trabalhadores ribeirinhos, quilombolas entre outros.

Os grupos de pesquisa vinculados a essa linha são 04: Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano – GEP-CIHAB; Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Território e Resistências na Amazônia – GESTERRA; Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional- GEPSS; e Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais GPPUMA. Na linha 1, observamos que os projetos desenvolvidos no último quadriênio se vinculam as demandas advindas das questões

3 Ver em: <https://ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>.

presentes no âmbito das necessidades dos trabalhadores da região, principalmente no que tange aos estudos do território e trabalho profissional do Assistente Social.

No último quadriênio foram os seguintes projetos desenvolvidos pela linha 01. No GEP-CIHAB foram desenvolvidos 03 (três); "Acompanhamento da implementação da política habitacional em pequenos municípios no estado do Pará"; "Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil" e "Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil: requisições e respostas profissionais". No GESTERRA, foram 05 (cinco) projetos de investigação desenvolvidos, "Avaliação da produção habitacional e ocupação humana em assentamentos precários na Amazônia: Estudo de caso"; "Diálogos de Saberes: projeto de assessoria e formação de lideranças na região do Baixo Tocantins"; "Os efeitos da destinação de terras na produção das desigualdades na Amazônia"; "Mulheres quilombolas em movimento: o protagonismo feminino na organização social e política do território"; "Alternativas de desenvolvimento decolonial: uma contra-cartografia dos territórios urbanos de povos tradicionais no Pará e Minas Gerais, Brasil".

O GEPSS desenvolveu 02 (dois) projetos, "A realidade dos (as) assistentes sociais no Estado do Pará: estudo da formação e atuação profissional num contexto de avanço neoliberal e desmonte das políticas sociais pós-golpe institucional de 2016" e "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do Assistente Social do Pará/ Amazônia legal".

O GPPUMA desenvolveu 05 (cinco) projetos, o programa "Minha casa minha vida no estado do Pará na produção da segregação socioespacial"; "Programa de implementação de regularização fundiária de interesse social"; "Reconfiguração Urbana e Redefinição de Uso do Solo: experiências de intervenções urbanísticas em Belém"; "Mercado Imobiliário e a Verticalização na Produção da Segregação Socioespacial em Belém"; "Habitação, Famílias e Serviço Social: uma reflexão sobre o Programa Minha Casa Minha Vida". Recentemente, ingressaram docentes da linha 1 vinculados ao Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia (CESIP-MARGEAR), que desenvolveu 02 (dois) projetos; "Margem da governamentalidade neoliberal: o extermínio da juventude periférica da Amazônia brasileira" e "Os dispositivos normativos neoliberais

em face ao apagamento da bio-sociodiversidade na Amazônia" (UFPA, 2020b). A linha 2 tem como eixo Serviço Social e Trabalho na Amazônia, na qual busca debater "o trabalho como fundamento da constituição do ser social. O modo de produção capitalista; a crise do capital e sua particularidade na Amazônia; as diferentes formas de organização e gestão do trabalho, bem como os seus impactos na vida social; expressões da questão social na Amazônia e o trabalho do Assistente Social"⁴.

Os grupos de pesquisa presentes na linha são 2 (dois): Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (Gep-TESA) e Grupo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS). As pesquisas desenvolvidas nesta linha no último quadriênio foram: no Grupo TRADHUSS foram desenvolvidos 02 projetos de investigação, "Políticas familiares direcionada para a conciliação entre trabalho profissional e trabalho familiar da mulher chefe de família no Brasil e em Portugal" e "Las sociedades Civiles latino-americanas em la crisis estatal de América Latina – PAPIIT". O grupo GEP-TESA desenvolveu também 02 (dois) projetos, "Processo de trabalho e saúde dos e das assistentes sociais que atuam nos serviços de seguridade social nos estados Acre, Amazonas e Pará" e "O trabalho da/o assistente social na gestão da política social no Pará" (UFPA, 2020b).

No decorrer do curso foram criadas parcerias do Programa com outras instituições de pesquisa, com destaque para a realização de PROCADS – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica. O primeiro foi estabelecido com o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Com o título "Questão Social e Direitos Sociais na Amazônia e no Nordeste Brasileiro".

A referida cooperação foi encerrada em 2015 e proporcionou o intercâmbio dos mestrados na modalidade sanduíche e pós-doutoramento de parte do quadro permanente do Programa.

A mobilidade promoveu a publicação de duas coletâneas, a primeira denominada "O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão. 1ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, organizada pelas professoras Vera Lúcia Batista Gomes; Ana Cristina de Souza Vieira; Maria Antônia Cardoso Nascimento" e a segunda, com

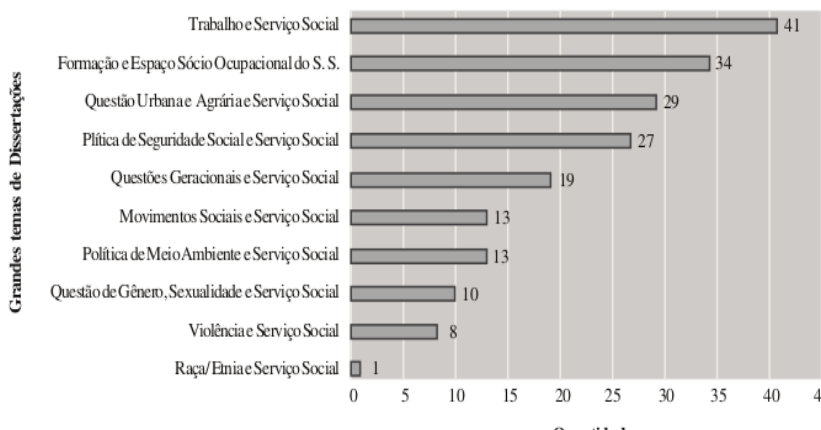
⁴ Ver em: <https://pggss.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>.

o título “O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão II, organizada por Vera Lúcia Batista Gomes; Ana Cristina de Souza Vieira; Maria Antônia Cardoso Nascimento. 1ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2016” com pesquisadores das duas universidades envolvidas.

A segunda cooperação ocorreu em 2019, denominado de PROCAD-Amazônia, cujo projeto apresentou como título “A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil”, atendendo a chamada do EDITAL PROGRAMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA nº 21/2018, com a participação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas; PPGSS-UFPA e PPGSS-PUC/Rio Grande do Sul, para o período de 2018 a 2022. Desde seu início, promoveu a realização de missões de pesquisas, seminários, reuniões entre as equipes da PPGSS/PUC-RS, PPGSS-UFAM e do PPGSS/UFPA. A cooperação viabilizou somente para da UFPA bolsas de Professor Visitante Senior para docentes no exterior, assim como a mobilidade discente de doutorado sanduíche igualmente no exterior. A equipe da UFAM recebeu bolsas de pós-doutorado para o corpo docente em nível nacional que seriam desenvolvidas na PUC-RS, além de mobilidade discentes em nível de mestrado, e a PUC-RS promoveu mobilidade para os discentes do doutorado na UFAM e UFPA. Quanto a publicações, a referida cooperação produziu duas coletâneas, denominada de “PROCAD Amazônia: formação e trabalho do Assistente Social Norte e Sul do Brasil, Volumes 1 e 2, já publicadas, sendo que a terceira será publicada em 2023. A referida Cooperação serviu para fortalecer ainda mais o programa, principalmente quanto ao aumento de publicações e fortalecimento de parcerias interinstitucionais.

Mathis, Santana, Silva e Cruz (2017) sistematizaram a produção discente em nível de Mestrado do PPGSS-UFPA, entre 1998 e 2016 e demonstraram que, nesse período, foram defendidas 195 (cento e noventa e cinco) Dissertações de Mestrado, com temas de pesquisa sistematizados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Temas de Dissertações de Mestrado defendidas PPGSS/UFPA (1998-2016)
TEMAS DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS - PPGSS/UFPA (1998-2016)



Fonte: Mathis, Santana, Silva e Cruz (2017, p. 220).

A sistematização mais recente revela que os temas das pesquisas das dissertações defendidas versaram sobre o trabalho do Assistente Social na política habitacional e na política de segurança pública; política de assistência social na área da infância e adolescência; planejamento territorial e conflitos sócio territoriais, além da questão da saúde em comunidades quilombolas. As pesquisas estudaram as expressões da questão social na capital paraense, na Região Metropolitana de Belém, em pequenos municípios do estado Pará e na capital do Estado do Amapá (Macapá). As dissertações defendidas são vinculadas às linhas de pesquisa e área de concentração do Programa.

No Quadriênio 2017-2020, entre os temas de pesquisa das dissertações, há preponderância nos estudos do trabalho profissional do assistente social (na política de assistência social, política habitacional, área jurídica e segurança pública). Também se destacam estudos sobre a política de assistência social, com ênfase na assistência estudantil, infância e adolescência, famílias, idosos, e em programas de transferência de renda. Um número expressivo dos trabalhos estuda a política habitacional (urbana e rural) e a questão do remanejamento urbano/rural. O trabalho profissional é tema de investigação presente em todos os grupos de pesquisa, o que mostra que as diretrizes de qualificar os profissionais para a pesquisa em

demandas da região, um dos objetivos do curso, vem sendo atendida tanto na linha 1 (um) como na linha 2 (dois).

Os resultados das pesquisas sobre o trabalho profissional mostram fragilidades evidenciadas no cotidiano profissional. Existe dessa forma, a necessidade de fortalecer a formação profissional de assistentes sociais buscando qualificá-los nos campos teórico, metodológico e político para enfrentar as adversidades presentes nos conflitos na Amazônia. Além disso, os resultados dos estudos também mostram que o atendimento das necessidades humanas é colocado em segundo plano na região e que a coloca entre os maiores índices de pobreza, isso requer constantes reflexões sobre o resultado do trabalho profissional na região com o maior índice de concentração de renda.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de conhecer com mais profundidade os desafios presentes no cotidiano de Assistentes Sociais do Pará para que se busque construir mecanismos e criar diferentes estratégias, individuais e coletivas, para a defesa dos direitos sociais e humanos, bem como das políticas públicas no Pará e no Brasil.

Outra questão que chama atenção nos estudos é a particularidade dos conflitos socioterritoriais na Amazônia, e da presença de povos e comunidades tradicionais, parte significativa dos estudos versaram sobre grandes projetos e comunidades tradicionais, relações de trabalho e comunidade ribeirinha, territórios e modos de vida na Amazônia, planejamento territorial e saúde em comunidades quilombolas. As crises apresentadas durante o primeiro ano do governo Bolsonaro foram materializadas na grande taxa de desemprego, fechamento de fábricas, aumento do uso de agrotóxicos, aumento do feminicídio, do racismo, além de uma crise ambiental como nunca vista na história. Na região amazônica houve o aumento de 55% de desmatamento, segundo registros do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), na comparação entre o primeiro quadrimestre de 2019 e o de 2020 (UFPA, 2020b). O resultado desse processo que cada vez mais empobrece e retira direitos da classe trabalhadora foram tematizados e estudados pelos discentes do programa.

Ressalta-se que o estado do Pará é um dos territórios de disputa pela riqueza mineral, destacando-se nesse contexto uma pesquisa sobre a organização sindical na mineração. E também na ótica da organização social, foi produzido um trabalho sobre o movimento

negro na cidade de Belém. Trabalhos que mostram a precarização do trabalho na região e as dimensões presentes da diferença de raça e classe.

Outros temas presentes nos trabalhos de conclusão discutiram o Serviço Social e conservadorismo religioso; a questão do ensino à distância e os impactos na formação em Serviço Social e o trabalho do Jovem Aprendiz.

No campo da internacionalização dos discentes, destaca-se um estudo sobre a questão da migração de trabalhadores (as) haitianos e exploração de sua força de trabalho no estado de São Paulo e uma discente oriunda da Costa Rica, pesquisou sobre a questão do Extrativismo na América Latina e movimentos de Resistência.

As pesquisas do PPGSS/UFGA demonstram a centralidade do trabalho e o processo de "consolidação do modo de produção capitalista e a 'questão social'; a configuração do Estado burguês e a relação com as políticas sociais no Brasil e na Amazônia, além dos conflitos e movimentos sociais no enfrentamento das expressões da "questão social" e suas particularidades na Amazônia" (BRASIL, 2020, s.p.).

Ações do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFGA na sociedade

Conforme sinalizado no primeiro item deste capítulo, a Região Norte possui indicadores sociais e econômicos graves no que se refere às condições de vida e trabalho da grande maioria da população que vive tanto em áreas urbanas como rurais. Não por acaso, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFGA, objetiva formar pesquisadores e docentes com alta qualificação e que respondam às expressões da "questão social" na particularidade histórica da Região Amazônica.

O Programa considera que há uma intrínseca relação entre os processos formativos e interventivos, motivo pelo qual vem desenvolvendo ações direcionadas ao público externo, tais como, os usuários de políticas sociais, as lideranças comunitárias e os movimentos sociais. Os Grupos de Estudos e Pesquisas são responsáveis pela maioria das ações de impacto social, econômico e cultural do

Programa, com destaque para as atividades de extensão⁵ e formação profissional. Há que se ressaltar que os Grupos de Pesquisa possuem ativa participação na socialização dos resultados das pesquisas por meio de livros, capítulos de livros, artigos científicos, apresentação de trabalhos em eventos, publicação de trabalhos em anais de eventos científicos, além da realização de eventos acadêmicos. O Quadro 1 apresenta uma sistematização das atividades realizadas pelos Grupos de Estudos e Pesquisas do PPGSS/UFPA e que demonstram as ações de impacto na sociedade.

Quadro 1 – Atividades realizadas temáticas e público-alvo das ações dos Grupos de Estudos e Pesquisas do PPGSS/UFPA

Atividades Realizadas	Temáticas	Público-alvo
Ações de formação e assessoria	Questão urbana e habitacional	Segmentos afetados por projetos habitacionais e urbanísticos na cidade de Belém e do estado do Pará
Projeto Quintas Urbanas	Planejamento público habitacional e urbano	Discentes, mestrandas(os), doutorandas(os), pós-doutorandas(os), estudiosas(os) e militantes do tema
Realização de seminários e lives	Trabalho profissional da(o) assistente social na política urbana e habitacional	Assistentes Sociais que trabalham em projetos habitacionais, discentes de graduação e pós-graduação
Convênio de cooperação com a Companhia de Habitação do Estado do Pará/COHAB	Particularidade da questão da habitação em pequenas cidades do estado do Pará	Gestores de políticas habitacionais do Estado do Pará
Participação no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS)	Habitação	Moradores da cidade de Belém

⁵ Ressalte-se que o curso de Serviço Social da UFPA tem uma tradição na realização de programas e projetos de extensão. Nos anos 1970, foi criado o Serviço de Prática do Serviço Social, o qual tinha por objetivo, dentre outros, acompanhar a Política de Estágio realizada mediante os programas e projetos de extensão do curso. Atualmente esse serviço é realizado pela Coordenadoria de Ensino da Prática em Serviço Social/CEPRASS, vinculado à Faculdade de Serviço Social da UFPA.

Projeto de Extensão Produção de Cartilhas e mapas	Projetos de mineração, monoculturas, barragens, deslocamentos forçados	Segmentos populacionais de indígenas, quilombolas, ribeirinhos
Seminários regulares Projeto de extensão "Formação continuada em Serviço Social no diálogo com a população usuária das políticas sociais"	Estudos sobre o Serviço Social, trabalho das(os) assistentes sociais e políticas sociais, particularmente a assistência social	Usuários das políticas sociais Categoria das(os) assistentes sociais Escolas de Serviço Social privadas e EAD
Pesquisas, redes regionais e nacionais e representações em entidades nacionais	Trabalho das(os) assistentes sociais, particularmente nas pesquisas que investigam a saúde dessas(es) profissionais; políticas de seguridade social.	Assistentes Sociais
Eventos acadêmicos	Serviço Social, trabalho, direitos humanos e família	Assistentes Sociais
Eventos acadêmicos	Ex t e r m í n i o s , feminilidade(s), estados de exceção, racismos, colonialismos, lutos, criminalizações, interseccionalidades e hierarquizações sociais; violência do Estado e da sociedade praticada contra jovens negros das periferias de Belém e contra outras minorias	Operadores do direito Instituições do sistema judiciário e penal, entidades não-governamentais de defesa de coletivos ameaçados de direitos humanos.

Fonte: Elaborado a partir das informações do Relatório do PPGSS/UFGA na Plataforma Sucupira, 2021.

Considerando-se os indicadores sociais da Região Norte e, particularmente do estado do Pará, o PPGSS da UFGA vem mantendo um papel fundamental no retorno da produção de conhecimento à sociedade, por meio de diversas atividades que buscam dar respostas

às expressões da questão social na Região, a exemplo das atividades sobre a questão da desigualdade no acesso à habitação, a questão da mineração e dos conflitos socioterritoriais decorrentes da expansão do capital na Amazônia, a questão do extermínio da juventude e da violência estatal. Dessa forma, o Programa gera impactos na sociedade ao socializar - por meio de projetos de extensão, produção de eventos, mapas, cartilhas - os conhecimentos produzidos voltados ao trabalho profissional do assistente social, às lideranças de movimentos sociais, gestores, usuários de políticas públicas, moradores, discentes de graduação e pós-graduação.

Importante destacar a participação de docentes dos PPGSS em gestões do Grupos de Estudos e Pesquisas (GTPs) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), GTP "Trabalho, Questão Social e Serviço Social" e GTP "Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social", o que tem contribuído para as trocas entre os pesquisadores e para o fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Diante da exacerbação da desigualdade social na Região Norte, que vem avançando pelo processo de crise do capital, da ocorrência da pandemia global do Novo Coronavírus e das práticas ultraconservadoras do governo federal, que em diversos aspectos contribuiu para a piora nas condições de vida, disseminou o obscurantismo na produção do conhecimento, produziu uma apologia à ignorância e diminuiu recursos para a política educacional, resta manter a força da produção do conhecimento crítico voltado aos interesses da sociedade. Ressalte-se que, somado a essa conjuntura, amplia-se a necessidade de defesa da pesquisa e pós-graduação na área de Serviço Social na Região Norte, dado que essa Região possui apenas 3 Programas de Pós-Graduação nessa área. (SANTANA; STAMPA; FERREIRA, 2021; SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo buscou apresentar, sinteticamente, dentro de uma perspectiva de totalidade, o impacto social do PPGSS/UFGA, a partir dos dados do último relatório do PPGSS/UFGA apresentado à CAPES, demonstrando que o programa efetivamente vem alcançando seus objetivos e expandindo o alcance de suas ações seja territorialmente, seja em âmbito da qualidade e volume de suas produções intelectuais e ações dirigidas à sociedade, considerando-se o compromisso das universidades públicas com a diminuição das desigualdades sociais e o acesso à educação pública pelos discentes da Região Norte.

Tais afirmações sintetizam as conclusões do capítulo e se justificam devido: 1) o PPGSS ao estar inserido na região mais pobre do país estabelece as bases de sua formação de docentes, pesquisadores e profissionais de alta qualidade para atuarem nas políticas públicas da região e fora dela com foco teórico-metodológico e temático consentâneo com as demandas mais graves das expressões da questão social regional; 2) os grupos de pesquisa que o compõem estão distribuídos sobre um amplo conjunto de demandas produzindo um elevado e crescente número de pesquisas, com financiamento público muitas delas, em parceria com entidades públicas e movimentos sociais; 3) os grupos também possuem relevantes iniciativas em programas de extensão consolidados articulando movimentos sociais e políticas sociais, favorecendo pesquisas de mestrados e doutorandos; 4) a participação docente nas entidades da categoria (CFESS, CRESS e ABEPSS) seja na direção, seja nas comissões, na organização de eventos e de publicações se revela de grande importância, dando conta do crescimento da importância do programa em nível regional e nacional. Essa participação também inclui ocupação de cargos na mais importante agência de fomento, exigido para tanto, seriedade e respeito acadêmico nacional; 5) a participação de discente nas mesmas entidades mencionadas merece registro já que vem se elevando quanti-qualitativamente; exemplo disso é o fato da presidência do CRESS do estado estar sob a direção de egressa do programa (Gestão “Não se render, nem recuar, o CRESS em todo lugar, 2020-2023).

Por fim, considerando as características já mencionadas da região, as urgentes demandas que os governos teimam em ignorar, as riquezas que o capital teima em se apropriar, o PPGSS/UFGPA alcançou real consolidação, razão porque teve sua nota elevada para “5” na última avaliação quadrienal (2021). Mas novos desafios provenientes da própria realidade social e do Sistema Nacional de Pós-Graduação vão colocar a prova a coletividade composta por docentes, discente, técnicos, egressos e aliados externos na defesa desse bem coletivo inestimável que é a “Pós” na Região Norte.

REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro da Educação Básica. Todos pela educação. São Paulo: Moderna, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Plataforma Sucupira. *Relatório de Dados Enviados do Coleta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFGPA)*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020.

CORECON. *Belém apresenta alta de desemprego durante 1º trimestre de 2020*. Disponível em: <https://www.coreconpara.org/copia-aposentados-e-pensionistas-co>. Acesso em: 20 set. 2022. Estado de Minas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/12/03/internas_economia,1327996/mg-ibge-aponta-queda-no-rendimento-e-dificuldade-em-conseguir-trabalho.shtml. Acesso em: 1 out. 2022.

IBGE. Desemprego tem queda em 22 estados no 2º trimestre de 2022. *Agência IBGE Notícias*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34643-desemprego-tem-queda-em-22-estados-no-2-trimestre-de-2022>. Acesso em: 1 out. 2022.

MATHIS, Adriana de Azevedo; SANTANA, Joana Valente; SILVA, Max Nazareno Miranda da; CRUZ, Jaqueline do Nascimento. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFGPA: elementos históricos e temas de pesquisa em 20 anos. *Revista Katálisis* (Impresso), v. 20, p. 216-224, 2017.

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. A pobreza e a desigualdade: uma realidade brasileira no século XXI. *Leituras de Economia Política*, Campinas, (31), p. 31-54, jul./dez. 2020. Disponível em: https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L31/07_Artigo03.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

SANTANA, Joana Valente; STAMPA, Inez; FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro. Pós-Graduação no Brasil e temas de pesquisa na Área de Serviço Social: resistências em tempos de crise social e política. In: LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia Suárez (org.). *Pós-Graduação e produção de conhecimento em Serviço Social: Conjuntura, Tendências e Desafios*. 1. ed. Uberlândia/MG: Navegando Publicações, 2021. v. 1, p. 41-63.

SANTANA, Joana Valente.; STAMPA, Inez; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. A Pós-Graduação em Serviço Social no contexto ultraneoliberal. In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GOMES, Vera Lúcia Batista (org.). *Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 63-86.

UFPA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. *Resolução n. 4.868, de 25 de outubro de 2016*. Belém-Pará, 2016.

UFPA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. *Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA*, Belém-Pará, 2020a.

UFPA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. *Relatório do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social referente ao ano de 2020 na Plataforma Sucupira/CAPES*. Belém-Pará, 2020b. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.jsf;jsessionid=Zl2He4l+n-85xz-Pl6LV2uLY.sucupira-204>. Acesso em: 17 out. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFPI: IMPACTOS E DESAFIOS.

Solange Maria Teixeira
Edna Maria Goulart Joazeiro
Jairo de Carvalho Guimarães
Maria Aparecida Milanez Cavalcante

INTRODUÇÃO

De forma inegável e abrangente, o papel que a Pós-Graduação no Brasil – contemplando os mais diversos campos do conhecimento – vem desempenhando nas últimas duas décadas, demonstra concretamente avanços não somente quantitativos, mas na impulsão da pesquisa que na área de humanidades contribui para pensar uma sociedade mais justa, igualitária, menos submissa aos regramentos cartesianos e mercadológicos e mais atenta para o desvendamento das múltiplas expressões da questão social e das formas de enfrentamento que reforçam os direitos sociais. Neste aspecto, discorrer sobre as imbricações que dão contorno à implementação de Políticas Públicas voltadas para o enfrentamento da questão social se torna o ponto de partida para estabelecer uma visão crítico-analítica dos indicadores, metas, desafios e possibilidades que a Pós-Graduação tem pela frente.

Como destacam Mendes e Behring (2020, p. 87) “o ensino de pós-graduação brasileiro cresceu muito em quantidade e qualidade, impulsionado pelas estratégias adotadas pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação e pelas agências de fomento”, uma vez que, por mais de 15 anos, o governo federal ampliou o financiamento na formação de novos pesquisadores, docentes e demais profissionais. É nesse contexto que, segundo as autoras, a Pós-Graduação e a pesquisa em Serviço Social se desenvolveu, cresceu e vem se consolidando enquanto área de conhecimento.

Atualmente, e desde 2016, o cenário político do país se alterou com a ascensão ao poder da direita e extrema-direita, e com eles a adoção do ultraneoliberalismo e neoconservadorismo que exacerbam o autoritarismo e o anti-democratismo. A política

de austeridade neoliberal retoma a agenda pública e, com ela, os cortes de gasto social na ciência e tecnologia. Esta política é utilizada como argumento para criar prioridades nos financiamentos que vêm promovendo uma reconfiguração das agências de fomento à pesquisa, como o enquadramento do financiamento da pesquisa pelo CNPq às diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, nas quais as Ciências Humanas e Sociais são invisibilizadas e não consideradas dentre as áreas prioritárias para fins de investimentos.

O caldo cultural destas tendências políticas nega a ciência e a desqualifica, especialmente, as Ciências Humanas e Sociais, consideradas excessivamente críticas e não-neutras, além do ataque à autonomia universitária e à liberdade acadêmica no processo de produção do conhecimento, especialmente, com as diretrizes epistemológicas e críticas que buscam demonstrar as determinações que produzem as contradições das relações sociais e que visam às proposições em defesa da vida e da equidade social e em respostas às demandas das classes subalternas.

O financiamento da pesquisa e da Pós-Graduação foi redefinido e marcado por: i) elitismo, mediante a priorização das ciências duras que geram inovação/patentes e a fusão de programas, especialmente, os das Ciências Humanas e Sociais ou de descredenciamentos; ii) desfinanciamento ou subfinanciamento, especialmente, para a Área de Humanidades, ativos no processo de deslegitimação do conhecimento produzido por estas ciências, privilegiando critérios rígidos e limitadores no acesso aos recursos para eventos científicos; bolsas de pós-doutorado; pesquisador visitante; bolsa de produtividade, dentre outros, e iii) centralidade nas áreas tecnológicas e de inovação que acentua o fosso entre ciências duras e as Ciências Sociais e Humanas.

No âmbito da Pós-Graduação, as mudanças que alteram a dinâmica da coleta de informações para avaliação dos Programas, com novas regras e critérios de avaliação no último ano da quadrienal 2017-2020, tendem a prejudicar as notas de muitos Programas, mostrando o desrespeito ao seu planejamento com bases nas regras anteriores.

Este é o quadro em que a área de Serviço Social e os Programas de Pós-Graduação cadastrados e nela avaliados, estão inseridos e sofrem suas determinações. Os desafios se ampliam e é nele que situamos a

Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí, UFPI. O objetivo deste capítulo é apontar seus impactos na formação altamente qualificada de assistentes sociais e das demais profissões que nele têm se tornado mestres, doutores e pós-doutores, além de analisar os desafios, em especial, da internacionalização que estão postos, no momento de ampliação de sua nota, situando-o como um programa de excelência.

Serviço Social como área de conhecimento: o lugar privilegiado da Pós-Graduação

Conforme Netto (1992) sobre as condições sócio-históricas da profissionalização do Serviço Social, a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, vai constituir a demanda por determinado tipo de profissional, ou seja, tem sua base nas modalidades por meio das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais, criando assim a necessidade social deste agente profissional e o seu mercado de trabalho. Essa requisição, via políticas sociais, dá-se em dois planos, segundo o autor: “o da sua formulação e o da sua implementação. Neste último, onde a natureza da prática técnica é essencialmente executiva” (NETTO, 1992, p. 70-71), ou seja, no patamar da ação executiva, como executores das políticas sociais.

Trata-se de uma profissão que se legitimou socialmente no marco das ações executivas, tendo um caráter nitidamente interventivo, aquele em que “os diversos vulnerabilizados pelas sequelas e refrações da “questão social” recebem a direta e imediata resposta articulada nas políticas sociais setoriais” (NETTO, 1992, p. 71). Além desta delimitação, como ressaltou Martinelli (1991), a profissão surge com uma identidade atribuída, embora houvesse uma perfeita sintonia entre a formação profissional e o projeto conservador burguês.

Entretanto, a profissão enquanto expressão do coletivo, ao longo do seu processo histórico, pensa não apenas seu objeto e formas de intervenção sobre ele, mas pensa e posiciona sobre si mesma, assumindo uma direção e recusando uma identidade atribuída. Isso tem permitido atuar como sujeito, em condições dadas e na busca de modificá-las, reescrevendo suas atribuições e buscando legitimá-las socialmente.

Nessa perspectiva, segundo Mota (2013), uma das tendências mais significativas da profissão de Serviço Social hoje é sua particularidade como área de produção de conhecimento, o que expressa o seu amadurecimento no âmbito da pesquisa, algo pouco presente no seu processo de profissionalização e institucionalização, mas constitutivo do seu modo de ser na contemporaneidade.

A literatura é consensual que isso se deve ao processo de renovação da profissão iniciado a partir da década de 1960, mais especificamente a tendência “*intenção de ruptura*” nos anos 1970 e, posteriormente, sua ruptura com o Serviço Social Tradicional, na qual a pesquisa passa a constituir uma das dimensões essenciais da formação e do exercício profissional, sendo um dos eixos articuladores da formação e do trabalho profissional, claramente postos nas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS. O processo de renovação da profissão foi a pedra angular deste processo. Apesar de nem todas as propostas terem objetivos de superar o Serviço Social Tradicional, todas elas incluíram aportes teórico-metodológicos importantes para pensar o trabalho profissional, tornando essa profissão plural e com uma base científica consistente para pensar sobre seu objeto de trabalho.

Vale ressaltar, que os estudos de Netto (2005) identificaram três tendências, assim denominadas: i) *modernização conservadora* que com base no estrutural/funcionalismo ou teoria sistêmica, ampliaram o leque de leitura da realidade e iluminaram o trabalho profissional numa perspectiva de modernização, mas sem rupturas; ii) *reatualização do conservadorismo*, assim denominada pela adesão à tendência teórico-metodológica fenomenológica e a manutenção da lógica no indivíduo, no seu cotidiano, logo, no micro dissociado das estruturas geradoras de exploração e opressões; iii) *intenção de ruptura*, que teve o mérito de buscar romper com o Serviço Social Tradicional e adesão ao referencial teórico-metodológico marxista.

Entretanto, somente nos anos 1980 e 1990 esse referencial teórico-metodológico marxista assume a hegemonia na profissão porque vai encontrar na realidade de mobilização e de lutas, além da Constituição Federal/CF/88, as condições objetivas para redirecionar o seu projeto de profissão. Assim, a intenção se transforma em ruptura, embora, ela não elimine outras formas de pensar e de posicionar a profissão e sua relação com os projeto ideo-políticos das classes sociais.

Para Netto (2004, p. 15), nos últimos anos, resultante desse processo de ruptura, de consolidação da profissão e de seu amadurecimento, começou a mudança de fato, na posição do Serviço Social em face das Ciências Sociais: “a condição de vazadouro das suas produções tende a ser deslocada para uma postura crítica dos seus fundamentos, o que implica o seu conhecimento específico”, produção de conhecimento dos seus objetos de trabalho, dos seus procedimentos de trabalho, na qual a pesquisa científica jogou papel essencial.

A produção científica ganhou espaço e permitiu o salto que constituiu o Serviço Social como área de conhecimento, reconhecido pelas agências de fomento. A pesquisa, como um dos eixos da formação profissional, tem uma mudança significativa com a criação da Pós-Graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e de doutorado. Assim, a formação de pesquisadores e as pesquisas ganham um patamar mais qualificado e se consolida com a criação de novos cursos no país.

Como a literatura da profissão aponta, com os primeiros cursos de Pós-Graduação em Serviço Social ocorrem avanços na apropriação qualificada dos clássicos, especialmente de Marx e dos marxistas. Mas, além disso, possibilita pensar diferentes expressões da questão social pelo método histórico-dialético, dando visibilidade e criticidade a estes estudos e pesquisas.

Segundo Netto (2009), a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então, e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx.

O final do século XX é o palco da maioria intelectual da profissão, que pode ser verificada pelas aprovações das Diretrizes Curriculares, renovação do Código de Ética, Lei de regulamentação da profissão, manutenção de seus mecanismos políticos de organização que constituem o que se denomina de Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) em que a pesquisa é colocada como princípio estruturante da formação profissional e para o exercício profissional.

Essa maioria e reconhecimento como área de conhecimento e de produção científica, pode ser visualizada na ampliação da participação dos profissionais nos eventos internacionais, formando uma vanguarda crítica; incorporação da produção bibliográfica dos intelectuais do Serviço Social nas Ciências Humanas e Sociais no país;

abertura do mercado editorial às produções da Área; aumento de alunos de áreas afins na Pós-Graduação de Serviço Social em busca de conhecimento mais críticos (MOTA, 2013).

Assim, destaca-se o protagonismo da Pós-Graduação na formação de pesquisadores, de docentes e de técnicos com dimensão intelectual e que avança com as novas pesquisas nos seus espaços sócio-ocupacionais.

Com efeito, merece destaque a Pós-Graduação da Região Norte da ABEPSS¹, especialmente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), registrado e avaliado na área do Serviço Social, por contar com a maioria dos seus docentes com formação em Serviço Social. Na próxima seção, serão apresentados um panorama atual do PPGPP e as suas contribuições enquanto *lócus* de formação qualificada de profissionais.

A contribuição na formação de recursos humanos altamente qualificados: O PPGPP

O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da Universidade Federal do Piauí - PPGPP-UFPI, teve início em 2002 com o Mestrado e em 2011 com o Doutorado a partir de um núcleo básico de professores dos Departamentos de Serviço Social e de Ciências Sociais e docentes de outras unidades de ensino (História, Economia, Direito) que, como professores permanentes, visitantes ou colaboradores, ingressaram no Programa sob a aprovação do Colegiado.

Um dos primeiros programas de Pós-Graduação da UFPI (5º Mestrado e 3º Doutorado) e o primeiro do Centro de Ciências Humanas e Letras, favoreceu experiências aos docentes em ensino pós-graduado e em pesquisa que os habilitou a integrar as equipes proponentes de APCN de novos Programas, contribuindo para o crescimento da Pós-Graduação na UFPI, dentre eles: Programa de História do Brasil (2004),

¹ Na região Norte da ABEPSS existem cinco programas de Pós-Graduação na área de conhecimento Serviço Social: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, na UFAM; Programa de Pós-graduação em Serviço Social, na UFPA; Programa de Pós-graduação em Serviço Social, na UFT; Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, na UFMA; Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, na UFPI.

Ciências e Saúde (2004), Ciência Política (2007), Antropologia (2008) e Sociologia (2011), inserindo-se no esforço de consolidação da Pós-Graduação e da pesquisa previstas nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI. Desse modo, colabora para que a IES/UFPI cumpra a sua missão de:

[...] propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional (UFPI/PDI, 2020, p. 31).

O Programa se insere no estado do Piauí, na Região Nordeste e em outros estados brasileiros com a formação de recursos humanos para atuar no ensino, na Administração Pública e na pesquisa, contribuindo para a consolidação do Serviço Social e as Ciências Sociais Aplicadas. O PPGPP tem reconhecimento de sua *expertise* na formação no estado do Piauí, mas tem atraído candidatos do Ceará e do Maranhão em maior proporção que outros estados.

A formação de mestres e doutores é feito de duas maneiras interrelacionadas: a formal e curricular, prevista no curso regular de mestrado e doutorado em Políticas Públicas; e a outra, complementar no oferecimento de cursos de iniciação, aperfeiçoamento e capacitação, via minicursos, cursos, eventos, projetos e programas de extensão, a qual amplia a inserção social do programa e sua visibilidade, além de reforçar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa segunda modalidade, os cursos são na própria UFPI ou fora dela nas instituições solicitantes, em eventos científicos em que os professores são convidados e outros.

O PPGPP tem como área de concentração, “Estado, Sociedade e Políticas Públicas” que, conforme preconiza a Resolução nº 081/2010-CEPEX-UFPI que aprovou o Projeto de criação do Programa,

[...] foi pensada como núcleo central de aglutinação das discussões acerca do papel do Estado na sociedade contemporânea, observando-se sua natureza na formação econômico-social capitalista, especificando-se o seu formato na realidade brasileira, compreendendo a estrutura federativa e as sucessivas reformas que no processo histórico redesenharam o seu perfil, as suas funções e as relações com a sociedade civil.

Além disso, o documento aborda “as reflexões sobre a sociedade brasileira, procurando-se apanhar em termos históricos e estruturais o seu processo de estruturação e organização, sua interface com o Estado na perspectiva do exercício do controle social [...]” (UFPI, 2020, p. 136). Nesse caminho, são contempladas as reflexões acerca do potencial de respostas do Estado às demandas da sociedade, materializadas em iniciativas no campo das Políticas Públicas tanto na perspectiva do reconhecimento, quanto na efetivação de direitos e de cidadania, na perspectiva das relações sociais disputadas em torno do Estado Social capitalista.

Essa área de concentração desdobra-se nas linhas de pesquisa: *“Cultura, Identidade e Processos Sociais”* e *“Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”*. A primeira, conforme o Projeto, enfoca as interconexões de processos culturais, políticos e identitários, envolvendo a relação entre sujeitos sociais em suas organizações, na perspectiva de (re)construção da identidade e investindo-se na dinâmica interna e externa, “relativas à relação entre sociedade civil e Estado”, e aos “diversos sujeitos coletivos e as subculturas de um mundo urbano e rural em seus processos de permanência” (UFPI, 2010, p. 137) e mudanças.

Quanto à primeira linha de pesquisa do PPGPP, as questões são abordadas pelo ângulo das culturas, das identidades e da dinâmica interna dos movimentos sociais e diversos segmentos sociais. Nesta linha de pesquisa, temos as seguintes sublinhas: a) Questões de classes, gênero, raça/etnia e gerações e políticas de enfrentamento às desigualdades; b) Produção social da loucura, saúde mental, política de saúde mental, álcool e outras drogas e saúde pública; c) Ruralidades, relações urbano/rural, memória e cultura; d) Processos de trabalho e formação profissional; e) Violência, territorialidade e direitos sociais.

No que concerne à segunda, linha de pesquisa *“Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”*, conforme o projeto instituidor, refere-se aos estudos no âmbito das relações entre Estado e Sociedade Civil, tanto no que remete às práticas sociais e às mobilizações dos movimentos sociais como em torno da formulação, gestão e controle das Políticas Públicas. Seu objetivo é “refletir sobre o papel dos movimentos sociais nas transformações sociais e políticas da sociedade brasileira e piauiense e na construção de novas relações entre as organizações da sociedade civil e a esfera

governamental” (UFPI, 2010, p. 137). Seus eixos básicos são as relações entre Estado e sociedade civil, entre público e privado, as formas atuais de mobilização das camadas populares do campo e da cidade e a formulação e execução das políticas públicas. Nesta linha, temos as seguintes sublinhas: a) Políticas de Seguridade Social; b) Política de educação; c) Políticas urbanas; d) Políticas de desenvolvimento socioeconômico; e) Movimentos sociais, participação, coletivos e políticas públicas.

Nessas duas décadas de existência, o PPGPP formou 193 mestres (sendo 93 deles assistentes sociais) e 43 doutores (sendo 35 assistentes sociais). Assim, o Programa cumpre sua missão de formar e capacitar profissionais de instituições públicas e privadas, municipais, estaduais e federais, seja nas IES ou em funções e cargos públicos, a maioria, atuando na gestão e na implementação de Políticas Públicas contribuindo para qualificar os serviços públicos e privados com os recursos humanos capacitados para a pesquisa e a intervenção nas múltiplas dimensões da questão social e em serviços, programas e projetos das várias políticas setoriais de enfrentamento.

Assim como tem produzido impacto na região, respondendo ao critério avaliativo da *inserção social* que “deve qualificar a relevância econômica, ético-política, social e cultural da pós-graduação em formar recursos humanos e produzir conhecimentos para responder aos problemas do país” (CARVALHO; STAMPA; SANTANA, 2020, p. 418). Dentre os 20 docentes permanentes (DP), 13 deles têm formação básica em Serviço Social correspondendo a 65%, entre os colaboradores apenas um deles (a professora visitante) tem formação básica em Serviço Social, correspondendo a um perfil que garante a hegemonia do Serviço Social e a manutenção da avaliação do PPGPP na área de Serviço Social.

Dos 20 DP, 07 deles têm Pós-Doutoramento, sendo um feito no estrangeiro e 01 docente colaborador tem Pós-Doutoramento, sendo ao total de 08 docentes (32%) com estágio pós-doutoral. As áreas de doutoramento dos professores são: em Serviço Social (06); em Sociologia ou Ciências Sociais (05), Políticas Públicas (04), Educação (02), Desenvolvimento e Meio Ambiente (02), Outros (Direito, Geografia, Administração, Enfermagem e Ciência, Economia – 06). Dentre os docentes permanentes 05 são egressos do PPGPP que passaram em concurso público para a UFPI. Todos atualmente desenvolvem pesquisas, a maioria na condição de coordenadores.

A contribuição na formação *stricto sensu* de assistentes sociais

Políticas Públicas fazem parte do ramo de conhecimento denominado *Policy Science* que surgiu nos Estados Unidos e na Europa, no segundo pós-guerra. *Policy Science* destaca-se por ter como objeto o que os governos efetivamente fazem, por isso seu objeto privilegiado é a política pública – dinâmica de sua formação e processamento (PEREIRA, 2008). Ainda segundo Pereira (2008), a política pública é um campo multidisciplinar; intervencionista e normativo. O campo é competitivo de interpretações pelas várias áreas que abrigam estes estudos, dentre eles o Serviço Social. Por ter como maior empregador o Estado atuando na execução de políticas sociais, os assistentes sociais buscam formação no campo das Políticas Públicas. A política social refere-se às ações que exercem – pelo menos em tese – um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos. As ações a ela vinculadas teriam caráter compensatório e/ou redistributivo, estando destinada a proporcionar consumos específicos e encontrando no Estado seu agente privilegiado, entendidas como importantes instrumento de controle social dos antagonismos sociais. Nessa perspectiva, devem ser vistas como respostas às “necessidades” do trabalho e às “necessidades” do capital, compatibilizando-se entre si, com vistas a garantir o consenso em torno da ordem, via integração social².

O PPGPP, por ser cadastrado e avaliado na área de Serviço Social e ter corpo docente na sua maioria com formação em Serviço Social, trabalhando e pesquisando as políticas sociais setoriais, é um dos Programas com grande demanda de assistentes sociais. Embora a procura e a aprovação no Curso de Mestrado seja variável entre os anos, desde o surgimento do Programa, desde 2010 o percentual de Assistentes Sociais nunca foi inferior a 30%, com destaque para 2014 e 2018 que a aprovação foi de 73% e 78% respectivamente, conforme

2 Conforme Mandel (1982) o Estado Capitalista possui três funções articuladoras da ordem do capital: a) desempenha uma função econômica intervindo na economia para garantia do processos de acumulação ou superação de crises do capital; b) Função coercitiva com uso do aparelho militar, policial e judicial para a manutenção da ordem e dos interesses do capitalismo; c) Função integradora com a concessão de certos benefícios às classes dominadas e/ou frações das classes dominantes sem colocar em cheque os interesses gerais da hegemonia capitalista.

Tabela 1 – Quantidade de Assistentes Sociais aprovadas para o Mestrado

ANO	TURMA	TOTAL DE APROVADOS	TOTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS APROVADAS/OS	%
2002	1ª	10	03	30%
2003	2ª	15	05	33,0%
2004	3ª	12	00	00
2005	4ª	12	02	16,7%
2006	5ª	15	03	20%
2007	6ª	15	02	13,3%
2008	7ª	13	00	00
2009	8ª	08	01	12,5%
2010	9ª	15	08	53,3%
2011	10ª	15	05	33,3%
2012	11ª	15	06	40%
2013	12ª	13	06	46%
2014	13ª	15	11	73%
2015	14ª	15	07	46,6%
2016	15ª	15	09	60%
2017	16ª	10	05	50%
2018	17ª	13	10	77%

2019	18 ^a	12	07	58%
2020	19 ^a	14	09	64%
2021	20 ^a	19	07	37%
2022	21 ^a	17	08	47%
Total	21 ^a	288	114	40%

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Os temas abordados são as políticas sociais setoriais, como a de seguridade social, e expressões da questão social envolvendo violências contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos/as, questões agrárias e urbanas. A política de assistência social foi a mais investigada pelos assistentes sociais/discentes do Programa, 30 dissertações, seguida da saúde mental 16 dissertações e saúde em geral com 10 dissertações. A Tabela 2 traz o panorama dos temas mais abordados nas dissertações no âmbito do PPGPP/UFPI.

Tabela 2 – Temas abordados por discentes com formação em Serviço Social

TEMAS	QUANTIDADES	%
Política de Assistência Social	30 dissertações	32,2%
Política de Saúde Mental	16 dissertações	17,2%
Política de Saúde	10 dissertações	10,7%
Envelhecimento e políticas públicas	08 dissertações	8,6%
Violências contra mulheres, crianças e adolescentes e política pública	06 dissertações	6,4%
Questões ambientais, reforma agrária, rural, desenvolvimento local	05 dissertações	5,3%

Política de Educação e assistência estudantil	06 dissertações	6,4%
Programa Lagoas do Norte	03 dissertações	3,2%
Serviço Social: formação e estágio	03 dissertações	3,2%
Outros	06 dissertações	6,4%
Total	93 dissertações	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Em relação à porcentagem de assistentes sociais com mestrado que se inseriram no Programa para cursar o curso de Doutorado, depois de 2016 estabilizou a procura e a aprovação com cerca de 30% na maioria dos anos, com destaque para os anos 2017 com o percentual de 71,04% e 2019 e 2020 com 50% cada ano, e com ocorrência de nenhuma aprovação de assistentes sociais apenas nos anos de 2011 e 2015. A Tabela 3 sintetiza a participação dos assistentes sociais no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Tabela 3 – Porcentagem de assistentes sociais aprovados para o Doutorado, por turma

ANO	TURMA	TOTAL DE APROVADOS	TOTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS APROVADAS/OS	PERCENTUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO PROGRAMA
2011	1ª	05	00	00
2012	2ª	07	03	42,86
2013	3ª	06	01	16,66
2014	4ª	07	02	28,57
2015	5ª	04	00	00

2016	6 ^a	08	04	50,0
2017	7 ^a	07	05	71,43
2018	8 ^a	10	03	30,0
2019	9 ^a	06	03	50,0
2020	10 ^a	10	05	50,0
2021	11 ^a	11	04	36,36
2022	12 ^a	12	05	41,67
Total		93	35	37,63%

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Conforme a Tabela 4, os temas investigados nas teses de doutorado também, como no mestrado, foram a política de assistência social, seguida da saúde mental, juntos totalizando 60,7% do total de teses defendidas. Estas produções têm contribuído para a formação e capacitação de assistentes sociais que atuam em Políticas Públicas que desde 2004 com a formulação da Política Nacional de Assistência Social e a constituição de um Sistema Único de Assistência Social, têm ampliado o quadro de profissionais que atuam em nível estadual e municipal, especialmente na capital. Do mesmo modo, tem formado profissionais qualificados no processo de implementação dos dispositivos da Reforma Psiquiátrica, garantindo uma intervenção profissional articulada aos princípios ético-políticos da luta antimanicomial.

Em termos de formação e produção acadêmica em nível de doutorado, o tema da política de Assistência Social concentra 35,71 do total de teses defendidas, e a política de Saúde Mental concentra 25% do total de teses defendidas.

Tabela 4 – Temas pesquisados no Doutorado por Assistentes Sociais de 2011 a 2022

Temas	Quantidade de teses	%
Política de Assistência Social	10	35,71
Política de Saúde Mental	7	25,0
Outros	11	39,29
Total	28	100

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Desafios para o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas no atual contexto

Um dos desafios na atualidade do Programa em Políticas Públicas da UFPI é permanecer no caminho de ampliação de seus resultados no que tange ao processo de qualificação tanto dos assistentes sociais quanto de áreas afins na Pós-Graduação em Serviço Social, com ênfase nas políticas públicas numa perspectiva crítica incluindo, portanto, as diversas profissões que hoje buscam esse campo de conhecimento, atualmente com nota 5 na avaliação da quadrienal 2017-2020.

Em contexto de mundialização do capital, a ciência também deve se internacionalizar, o que amplia as metas a serem atingidas, implicando em desafio adicional com vistas ao necessário avanço no que se refere à socialização do conhecimento e à difusão dos encaminhamentos que são pensados, discutidos e aplicados no curso da produção científico-acadêmica. A definição de uma política de internacionalização já iniciada no quadriênio 2017-2020 no PPGPP avança com a formação de uma comissão de internacionalização responsável por pensar numa política para o Programa.

O documento do Grupo de Trabalho da Internacionalização denominado Relatório e Recomendações (2019) da Capes, definiu que “a avaliação da internacionalização dos programas de pós-graduação não pode ser tratada como equivalente de avaliação da internacionalização da ciência brasileira”, o fato de que o “principal objetivo do modelo de pós-graduação sustentado pela CAPES é a formação de quadros qualificados para atuação em diversos setores da sociedade, dentro os quais a ciência”.

Ao longo do trabalho, a premissa norteadora do trabalho do GT foi de que a avaliação da internacionalização dos Programas de Pós-Graduação não pode ser tratada como equivalente de avaliação da internacionalização da ciência brasileira. O principal objetivo do modelo de pós-graduação sustentado pela CAPES é a formação de quadros qualificados para atuação em diversos setores da sociedade, dentro os quais a ciência. A partir deste momento, o grupo produziu uma definição conceitual de internacionalização voltada para o processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação abrangendo todas as áreas do conhecimento. A definição foi expressa nos seguintes termos: A avaliação da internacionalização refere-se à forma e ao conteúdo da formação oferecida pelos programas de pós-graduação, indicada por pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes em colaboração e atuação institucional, além de condições institucionais específicas de apoio. O processo de internacionalização do PPGPP começou com:

1. Transformação do evento bianual do Programa de caráter nacional para internacional, tendo sua primeira edição na condição de internacional em 2016, a segunda em 2018, a terceira em 2020 e a quarta e mais recente edição em 2022. Trata-se do Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas – SINESPP, atualmente o melhor produto técnico/tecnológico e científico do PPGPP;
2. Professores visitantes estrangeiros no Programa financiados pelo Edital da CAPES- Escola de Altos Estudos de 2018. Em 2019 duas professoras: Maria Irene Bogalho de Carvalho da Universidade de Lisboa e María Paula Lehner da Universidade de Buenos Aires e do Instituto Gino Germani de pesquisa da Argentina ministraram aulas e participaram de eventos abertos à comunidade na UFPI e continuam colaborando com pesquisas e produções conjuntas;
3. Produção conjunta com estrangeiros. Da inserção das professoras estrangeiras como visitantes deu origem a três livros com a participação das pesquisadoras em capítulo de livro sobre envelhecimento e políticas sociais. Os contatos com outros pesquisadores estrangeiros de outro projeto aprovado, continuaram e geraram novas parcerias, em outros eventos do programa e em produções

- conjuntas, como o livro: “Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos”, com participação de 03 pesquisadores estrangeiros de Angola, Portugal e Argentina nos capítulos e vários pesquisadores brasileiros;
4. Encontro satélite com pesquisadores estrangeiros e brasileiros. Durante o III SINESPP (2020), na programação do evento foi criado espaço reservado para encontro de pesquisadores, com o interesse de formar parcerias. Foram criados dois encontros satélites, coordenado por duas professoras do Programa.
 5. Pesquisas multicêntricas ou interinstitucionais com profissionais de várias instituições brasileiras e estrangeiras. Estão envolvidos nestas pesquisas conjuntas 04 professores do Programa, em quatro projetos de pesquisas diferentes.

Um grande passo para a internacionalização do Programa são as pesquisas em redes, nacionais e internacionais, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Ações desenvolvidas pelo PPGPP para fortalecer a internacionalização

<p>O projeto intitulado <i>“Infancias y juventudes latinoamericanas: violencias, conflictos, memorias y procesos de construcción de paz”</i>. Tem como objetivo apreender múltiplos olhares de jovens sobre a cidadania em diversos países latinoamericanos (Colômbia, Equador, Brasil e Argentina). A investigação é uma proposição de pesquisadores do Grupo de Trabalho sobre “Juventudes e Infâncias” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), vinculado ao CEANJ (Centro de Estudios Avanzados en Ñez y Juventud), da Universidad de Manizales, com a participação de uma professora do PPGPP, como membro pesquisadora.</p>
<p>O projeto intitulado <i>“Juventudes na pandemia: dificultades e ações coletivas”</i>, coordenado por uma professora do Programa. Trata-se de uma pesquisa interinstitucional, multicêntrica, desenvolvida pelo Grupo de Trabalho Infâncias e Juventudes do CLACSO, no eixo “participação política”, e que reúne as seguintes universidades e centros de pesquisa: Universidad Nacional de Educación a Distancia e Universidad Computense de Madrid de Espanha, Universidade Católica de Lovaina da Bélgica; UPS de Equador; Universidad de Bueno Aires, Universidad Nacional de la Plata e Universidade Nacional General Sarmiento da Argentina; Camará Calunga, Universidade Federal do Piauí e Universidade Federal do Rio de Janeiro, ambas do Brasil; Universidad Católica Silva Henríquez do Chile; Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo do México e Corporación Región e Uniminuto da Colômbia.</p>

O projeto de pesquisa *“Protesta social, ciclos políticos y democracia en América Latina (2018-2020): un estudio comparado de las movilizaciones recientes en la Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Ecuador”*, coordenado por uma professora do Programa e com a participação das pesquisadoras estrangeiras: Melina Vázquez (Universidade de Buenos Aires) e Camilla Ponce.

Estudo Multicêntrico: *“Problemas e desafios do trabalho contemporâneo de profissionais de saúde em Hospitais de Ensino: Estudo comparado Brasil, França e Argélia”*, coordenado por docente da Universidade de Brasília (UnB), Magda Duarte dos Anjos Scherer, da qual uma docente do Programa é pesquisadora do projeto e membro do Comitê Diretivo da Associação Latina de Análise de Sistemas de Saúde, Espanha (ALASS) com promoção de vários eventos científicos na UFPI com participação de profissionais nacionais e estrangeiros; também membro Fundador da *Société Internationale d'Ergologie* (SIE), Paris, França e membro do Comitê Executivo do Réseau International Ergologie, Travail et Développement. Trata-se de pesquisa financiada pela Chamada Universal CNPq, tendo a docente participado de todas as missões do projeto no Brasil, na Espanha, na França e na Argélia. A sistemática de análise adotada no projeto, tornou possível a realização de diversos Seminários Internacionais do Estudo Multicêntrico com a presença de pesquisadores dos três países em Strasbourg, França (setembro, 2012); em Tlemcem, Argélia (outubro, 2013); em Sierre, Suíça (maio, 2014); em Granada, Espanha (setembro, 2014), em Ancona, Itália (setembro, 2015); no Congresso da Associação Latina de Análise de Sistemas de Saúde, realizado na Universidade de Brasília, no CALASS 2016 (julho, 2016); no 3.^a *Congrès da SIE, realizado na Aix-Marseille Université*, (agosto, 2016) e, finalmente, o Seminário Internacional sobre o trabalho em hospitais Universitários: Argélia, Brasil e França, que teve lugar na Universidade de Brasília, no Brasil (dezembro, 2017) e no Colloque Penser et réaliser la transformation du travail: l'apport de la démarche ergologique et de l'œuvre d'Yves Schwartz realizado no CNAM, em Paris, França (outubro, 2017).

Projeto de pesquisa da Rede de Pesquisa sobre Envelhecimento Humano na perspectiva da totalidade social, denominado *“Mulheres idosas em distanciamento social na pandemia covid-19: acesso a direitos sociais no Brasil e Cuba”*, com envolvimento das Instituições: Universidade Estadual de São Paulo/Franca – Unesp, Hospital Universitário Oswaldo Cruz – Huoc/Upe, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Federação Estadual dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco – FETAPE, Universidade de Franca – UNIFRAN e Universidade de Havana – UH.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Outro braço forte na impulsão da internacionalização, assim como na consolidação das parcerias nacionais, regionais e locais, são os eventos científicos, com destaque para aqueles envolvendo estrangeiros e pesquisadores de reconhecimento nacional. No PPGPP/UFPI destacamos a importância de dois eventos centrais no processo de internacionalização: *SINESPP, Curso Diálogos locais, nacionais e internacionais sobre a pandemia de Covid-19 em diferentes contextos* e os *Eventos Ateliês UFPI ALASS*. As articulações nacionais e

regionais também vêm crescendo no Programa com a participação de seus docentes. A título de exemplo podemos citar a rede de pesquisa em torno do envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social, composta pela UFPI, da UNESP de Franca, do Hospital Universitário Osvaldo Cruz da UPE. Rede Nacional de Pesquisa sobre Família e Políticas Sociais – REFAPS com sede e coordenação da UFSC, participação da UFPI, UnB, UEL, dentre outras.

Os intercâmbios internacionais realizados por discentes do PPGPP, pela via de recebimento de estudantes de outros países, como o Peru e estágio doutoral no exterior de discente do Programa, que está sendo realizado no Conservatoire Nationale des Arts et Metiers, CNAM, no Centre de Recherche sur le Travail et le Développement (Centro de Pesquisa sobre o Trabalho e Desenvolvimento), no CNAM, em Paris. A participação dos docentes em Associações Científicas, nacionais e internacionais, também se constitui uma estratégia para ampliar as possibilidades de participação em pesquisas em redes. Compõem este segmento no âmbito do PPGPP as seguintes ações/parcerias:

1. Com o Centro Latino-Americano de Ciências Sociais – parceria desta organização com o NUPEC - Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Criança e Adolescente – NUPEC no Eixo Infância e Juventudes, da pesquisa “Infância e Juventudes: violências, conflitos, memórias e processos de construção de paz”.
2. Com a Associação Latino-americana de Ciência Política - ALACIP – parceria que possibilitou a participação de duas professoras no X Congresso Latino-Americano de Ciência Política, intitulado “Nova configuração de poder e desafios atuais de democracia na América Latina”, realizado em Monterrey – México;
3. Com a Asociación Latina para el Análisis del Sistemas de Salud (ALASS) por meio do qual tem-se realizados, duas vezes por ano, ateliês que dão visibilidade à formação profissional e à pesquisa realizadas pela UFPI, coordenado por docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas ao tempo em que possibilita o contato de professores, discentes e profissionais com estudiosos de renomados centros de pesquisa na área, envolvendo vários pesquisadores nacionais e internacionais.

4. Com a RED de Trabajo Social/Servicio Social Ibero Americana (RTSSI) junto ao Consejo General de Trabajo Social, com sede em Madrid, que aglutina os pesquisadores da área de Serviço Social/ Trabajo Social de países de língua espanhola e portuguesa, e
5. Com o CLACSO – Conselho Latinoamerica de Ciências Sociales, vinculados ao CEANJ através do qual participa da pesquisa *Infancias y juventudes latinoamericanas: violencias, conflictos, memorias y procesos de construcción de paz*, com a participação com membro pesquisadora do Programa.
6. Com o Projeto de Pesquisa Territórios, temporalidades e desigualdade social: trabalho profissional das profissões nas Políticas Públicas de Saúde e de Assistência Social em diferentes contextos nacionais e internacionais em tempos de Pandemia da Covid-19, Brasil, Chile e França, que é coordenado por docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, financiado pela Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021, Universal, 2022-2025, envolvendo pesquisadores do CNAM, Paris, França e da Universidad Católica de Valparaíso, Chile.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se confira o crescimento da área de Serviço Social, ela enfrenta desafios por ser uma área jovem – surgimento da Pós-Graduação em Serviço Social foi nos anos 1970, mas as primeiras bolsas do CNPq para a área datam dos anos 1980 – recebendo menores recursos que outras áreas, uma vez que estes são distribuídos conforme as demandas em cada edital de financiamento de pesquisas e bolsas.

O PPGPP/UFPI tem 20 anos e só recentemente conquistou a nota 5 e apenas em torno de 30% das pesquisas de seus docentes são financiadas o que mostra as dificuldades de se fazer pesquisa no país, em especial, na Região Nordeste.

Apesar das dificuldades e do atual cenário de forte contingenciamento de recursos para prover a pesquisa de qualidade no Brasil, o PPGPP tem impacto na formação qualificada e *stricto sensu* de assistentes sociais e de outras profissões no estado do

Piauí, razão pela qual assume a tarefa de avançar, especialmente, no seu processo de internacionalização. Mas, o sucesso da área e da pesquisa no país depende da ruptura com o quadro político e com a política econômica adotada atualmente (Governo Jair Bolsonaro), comprovadamente desfavoráveis ao aprimoramento das condições estruturais e humanas capazes de conduzir o país a um patamar de destaque no cenário mundial. Neste aspecto, somente as resistências, as mobilizações estrategicamente configuradas e as permanentes e ativas lutas anticapitalistas podem reverter o atual quadro de desmonte da ciência no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Grupo de Trabalho Internacionalização: Relatório e Recomendações*. Brasília, nov. 2019.

CARVALHO, D. B.; STAMPA, I.; SANTANA, J. V. Inserção Social nos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 139, p. 415-426, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RKkJsJwJ9yPRTxL4KJWF56z/abstract/?lang=en>. Acesso em: 20 set. 2022.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1991.

MENDES, J. M. R.; BEHRING, E. R. Tendências e tensões da pesquisa e da pós-graduação na área de serviço social no CNPq. In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GOMES, Vera Batista. (org.). *Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 87-114.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálisis*, v. 1, p. 17-27, 2013.

NETTO, J. P. "A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova.". *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 79, p. 5-26, 2004.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 100, p. 650-678, 2009.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. *et al.* (org.). *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

UFPI. *Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: 2020-2024*. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2020.

UFPI. *Resolução nº 081/2010-CEPEX-UFPI* que aprovou a criação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Teresina, 2010.

DEBUTANDO NA AMAZÔNIA: OS 15 ANOS DO PPGSS DA UFAM E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIEDADE.

Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Hamida Assunção Pinheiro
Lidiany de Lima Cavalcante
Escarlete Raíssa Evangelista da Silva

INTRODUÇÃO

A pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social na Região Norte ainda é jovem. Especificamente no estado do Amazonas, completou 15 anos em 2022. O Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) nasceu com o propósito de formar recursos humanos capazes de analisar, pesquisar e trabalhar considerando as especificidades da Região Amazônica. Na visão de Pinheiro, Andrade e Cunha (2020, p. 224), “tal empreitada teve o desafio de construir um programa que – para além dos debates próprios do Serviço Social, comuns à formação profissional no Brasil – pudesse expressar as particularidades da realidade amazônica”.

Este capítulo se propõe à reflexão crítica acerca dos percalços e dos avanços que permearam essa década e meia de vida do PPGSS/UFAM, bem como permite a emissão de algumas notas e possibilidades para o seu fortalecimento no futuro. Para sua construção, as pesquisas bibliográfica e documental se configuraram como as fontes primordiais, sendo importante salientar a utilização da base de dados do PPGSS/UFAM que alimentou a redação do Relatório Sucupira (2017-2020) referente ao desempenho do programa nos três eixos previstos na ficha de avaliação, a saber: programa, formação e inserção social.

Para isso, o texto está estruturado em 3 momentos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro tópico, o intuito foi desenvolver uma breve apresentação acerca da origem do PPGSS/UFAM, os elementos motivadores para sua criação e sua vinculação com as especificidades da Região Amazônica. No segundo tópico, o propósito foi mostrar como o programa tem materializado o projeto de formação, assinalando seus grupos de pesquisas e os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo corpo discente e docente. Por fim, o

terceiro tópico visou abordar os avanços relacionados às parcerias de pesquisa e de pesquisadores, destacando a importante articulação entre estas e a necessária inserção social.

Debutando na Amazônia: PPGSS e sua trajetória de 15 anos

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) está situado na Amazônia, com sede na capital Manaus, sendo o único Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* do estado do Amazonas na área de Serviço Social.

A Amazônia é reconhecidamente uma região de grande beleza e exuberância de recursos naturais, característica esta que contrasta com os preocupantes indicadores sociais que, progressivamente, têm se tornado cada vez mais críticos. A Amazônia está situada na Região Norte do país, a qual possui dimensões continentais, riquezas naturais, humano-sociais e culturais inestimáveis, mas, paradoxalmente, altos índices de pobreza, desemprego, fome etc. Conforme dados da PNAD Contínua, divulgados pelo IBGE em maio de 2021, a taxa de desocupação nesta região passou de 12,4%, no último trimestre de 2020 para 14,8% no primeiro trimestre de 2021. O Norte e o Nordeste têm tido as maiores taxas de desocupação desde 2012. Quanto à taxa de informalidade no primeiro trimestre de 2021, esta ficou em 53,3% no Nordeste e em 55,6% no Norte. Foram as únicas regiões que registraram taxa acima da média nacional (39,6%) (IBGE, 2021).

Estes indicadores dão pistas do quanto as desigualdades sociais são graves na região e, conseqüentemente, de como é importante formar e qualificar profissionais engajados com os princípios democráticos e com os direitos de cidadania como são os/as assistentes sociais, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação. No que concerne ao ensino, tanto graduado como pós-graduado, a Região Amazônia ainda é a que menos forma recursos humanos no país. Na área de Serviço Social, informações do relatório de área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de 2017, dão conta de que dos 34 Programas de Pós-graduação existentes naquele momento, apenas 2 estão na Região Norte. Em 2018, foi aberto mais um (01) Programa de Pós-graduação em Serviço Social no estado do

Tocantins, mas, na realidade atual, ainda temos 4 estados brasileiros da Região Norte que não têm cursos de pós-graduação em Serviço Social, a saber: Roraima, Acre, Rondônia e Amapá.

É nesta trilha de resistência que o PPGSS/UFAM, que completou 15 (quinze) anos de existência em 2022, ganhou especial relevo enquanto locus de qualificação profissional dos/as assistentes sociais e de profissionais de áreas afins, sendo ainda, por conseguinte, um pilar no estado do Amazonas para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social. Pinheiro, Andrade e Cunha (2020) assinalam que o PPGSS/UFAM foi o segundo programa *stricto sensu* da Região Norte a entrar em funcionamento, pela sua localização estratégica (situado no maior estado da Região Norte em termos de dimensão territorial e notadamente em território de grande biodiversidade) não tinha como deixar de priorizar reflexões, discussões e pesquisas acerca das expressões da questão social e ambiental na Amazônia. As autoras demarcam que apenas a Universidade Federal do Pará (UFPA) antecedeu a UFAM na abertura de curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social. A UFPA abriu um curso de mestrado acadêmico em Serviço Social em 1996.

Conforme as autoras, a abertura do PPGSS/UFAM significou o atendimento de uma demanda reprimida por muitas décadas no estado do Amazonas, uma vez que havia passado mais de 60 anos da fundação do primeiro curso de graduação em Serviço Social, o que ocorreu em 1941. Até 2006, ano de aprovação da Avaliação de Proposta de Curso Novo (APCN) do mestrado do PPGSS/UFAM junto à CAPES, não havia outro curso na área de Serviço Social no Amazonas, como até hoje não existem outros. Assim, os profissionais que desejavam se qualificar até o início dos anos 2000 precisavam se deslocar para outras regiões do país ou ainda, como assinalam Pinheiro, Cunha e Andrade (2020, p. 222-223),

se inseriam nos programas existentes no próprio estado do Amazonas, ofertados pela própria Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ou pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). Na UFAM, as alternativas eram nas Áreas de Educação, Biologia e os programas multidisciplinares, como Natureza e Cultura na Amazônia (fundado em 1998, atualmente denominado Sociedade e Cultura na Amazônia) e Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (iniciado em 1996), dentre outros. No INPA, um dos programas acessados era o de Biotecnologia (fundado em 2001, com uma área

de concentração em gestão da inovação voltada para profissionais da área social). Para muitos, a inserção em programas vinculados à Agronomia, Biologia, Educação, favoreceu (e ainda favorece, já que são programas que continuam existindo) a aproximação a outras Áreas do conhecimento e desafio à realização de outras leituras e aprofundamentos teórico-metodológicos de caráter interdisciplinar.

Esse breve resgate ao passado fornece ricos elementos para a compreensão do significado e das contribuições do PPGSS/UFAM para a sociedade amazonense e também para os estados circunvizinhos. Não se pode deixar de registrar que a criação e a manutenção de um Programa de Pós-graduação em um estado tão rico e diverso, como é o Amazonas, também possui um papel fundamental para a área de Serviço Social enquanto produtora de conhecimento. É nessa esteira permeada de desafios que o PPGSS/UFAM tem caminhado e envidado esforços para se fortalecer e se ampliar, sendo pioneiro em muitas empreitadas para o avanço do conhecimento na região.

Nesses quinze anos de vida, mais especificamente até setembro de 2022, o PPGSS/UFAM formou 148 mestres em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e tem adensado as discussões e as pesquisas nas matérias mais caras ao Serviço Social situado na Região Amazônica, com destaque para as particularidades regionais, mas sem perder de vista a dimensão mais ampla da conjuntura nacional e internacional. O Programa goza de um bom reconhecimento por parte de estudantes, pesquisadores e profissionais da área de Serviço Social e de áreas afins, fato este que promove processos seletivos com expressivo número de candidatos concorrentes. Considerando o período de ingresso de 2017 a 2022, o PPGSS/UFAM teve processos seletivos com respectivamente: 167, 136, 156, 87, 109 e 71 candidatos, para uma média de aproximadamente 18 vagas anuais.

Pinheiro, Cunha e Adrade (2020) destacam que, além dos diversos candidatos advindos dos interiores do estado do Amazonas, têm participado dos processos seletivos pessoas de diferentes estados brasileiros, tais como: Goiás, Roraima, Pará, Santa Catarina, Minas Gerais, Acre etc. O reconhecimento público da formação oferecida também pode ser atribuído à posição de destaque que vários egressos têm ocupado na gestão e na operacionalização das políticas sociais, a exemplo uma Secretária Executiva de Estado da

Assistência Social entre os anos de 2019 e 2020; bem como a atuação docente em instituições públicas e privadas. Se considerarmos os dois (02) *campi* da UFAM que têm o curso de Serviço Social, temos nove (09) egressos do PPGSS/UFAM que atualmente são docentes efetivos.

Nessa década e meia de vida, o PPGSS/UFAM, que ainda é bastante jovem, tem buscado melhorias em sua organização, sendo assim, nesse período já passou por dois processos de revisão curricular e do regimento, o primeiro ocorreu em 2015 e o segundo mais recentemente em 2021. Estes processos de revisões tiveram como objetivo a melhoria na qualidade da formação oferecida, com vistas ainda ao atendimento das recomendações advindas da CAPES por meio dos três processos avaliativos pelos quais já passou o PPGSS/UFAM e nos quais recebeu a nota 3 (três).

No ano de 2022, o PPGSS/UFAM recebeu a avaliação referente ao quarto processo avaliativo feito pela CAPES, com base no desempenho no quadriênio de 2017 a 2020 e, felizmente, como fruto de todo um investimento do quadro docente, do quadro discente e do conjunto de egressos e técnicos, obteve o aumento da sua nota de avaliação para quatro (04). Com este conceito, o Programa detém o requisito mínimo para estruturar um curso de doutorado.

O PPGSS/UFAM como espaço de formação *stricto sensu*

A formação na pós-graduação tem o objetivo de formar pesquisadores em Serviço Social com potencial analítico para compreender as contradições e implicações do capital na sociedade. A pós-graduação busca fortalecer a produção de conhecimento crítico por meio de uma formação que privilegie o adensamento da capacidade investigativa de pesquisadores para o aprimoramento do trabalho do/a assistente social (PRATES; KUNZLER, 2015). A formação, a pesquisa e a produção de conhecimento, ao longo dos 15 anos do PPGSS/UFAM, foram centradas nas áreas de Serviço Social, Políticas Sociais, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia, trajetória marcada pela existência de três propostas, que denotam o processo de amadurecimento do programa, conforme demonstra o quadro 1:

Quadro 1 – Propostas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

Período	1ª Proposta (2007-2014)	2ª Proposta (2015-2021)	3ª Proposta (2022)
Área de concentração	Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia	Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia	Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia
Linhas de Pesquisa	1. Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia. 2. Serviço Social, Diversidade Socioambiental e Sustentabilidade na Amazônia.	1. Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional. 2. Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.	1. Serviço Social, trabalho e Políticas Públicas. 2. Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade.

Fonte: Esquematizado com base em Silva e Andrade (2022).

É importante destacar que, as três propostas de formação do PPGSS/UFAM buscaram evidenciar as particularidades regionais da realidade amazônica, pois seu objetivo central sempre foi formar mestres com capacidade crítica para exercer a docência fundamentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, com capacitação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa para produzir conhecimento científico sobre as expressões da questão social, pensar em estratégias e elaborar políticas coerentes ao contexto amazônico, além de contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social (PPGSS, 2021).

As propostas também nortearam o desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimento científico nos últimos 15 anos. De acordo com Silva e Andrade (2022), a maturidade científica e a formação interdisciplinar dos professores do programa promovem uma ampla e extensa possibilidade de desenvolvimento de pesquisas sobre as particularidades do Serviço Social e Sustentabilidade Socioambiental na Amazônia. Até setembro do ano de 2022, o PPGSS/UFAM contemplava oito grupos de pesquisas vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como apresenta o quadro 2:

Quadro 2 – Linhas de Pesquisa desenvolvidas pelos Grupos de Pesquisa do PPGSS/UFAM

Grupos de Pesquisa	Áreas de Pesquisa do Grupo
Grupo de Estudos e Pesquisa em Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Responsabilidades sociais e trabalhistas. 2. Mercado de trabalho. 3. Políticas públicas. 4. Avaliação de impactos. 5. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.
Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (GRUPO INTER-AÇÃO)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agroecologia e desenvolvimento sustentável. 2. Economia Criativa, Cultura e Políticas Públicas. 3. Educação, políticas públicas e desenvolvimento regional. 4. Inovação e Propriedade Intelectual. 5. Inovação Social e Tecnológica. 6. Políticas Públicas e Socioambientais. 7. Tecnologias Sociais na Amazônia. 8. Turismo de Base Comunitária e Sustentabilidade.
Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas (GEPPSSAM)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proteção Social, Seguridade Social e Sujeitos Sociais. 2. Questão social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Sustentabilidade.
Grupos de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gênero, Feminismo e Movimentos Sociais. 2. Gênero, Trabalho e Práticas Sociais. 3. Manifestações Simbólicas e feminino indígena na Amazônia.
Grupo de Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos do Serviço Social, formação e trabalho profissional; 2. Estado, direitos sociais, políticas sociais e questão social; 3. Filosofia e pensamento social na Amazônia; 4. Processos de trabalho e mercado de trabalho;
Grupos de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão Social, Políticas Públicas, Ambiente e Sustentabilidade. 2. Direitos Humanos, Cidadania, Participação Social e Sustentabilidade. 3. Desenvolvimento Regional, Trabalho e Tecnologias voltadas para Sustentabilidade.

Grupos de Estudos e Pesquisa da Complexidade Amazônica (GEPCA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agricultura familiar e agroecossistemas amazônicos. 2. Complexidade e religação de saberes amazônicos. 3. Economia solidária, circular, cultural, criativas e Políticas Públicas. 4. Relações sociais e ambiente. 5. Serviço Social e Sustentabilidade.
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TEMPPUS)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estado, Trabalho e Classes Sociais no Brasil. 2. Relações sociais de exploração e opressões de sexo/gênero, étnico-raciais e de classe. 3. Teoria Social Crítica e Movimentos Sociais. 4. Teoria Social Crítica e Políticas Sociais.

Fonte: Adaptado com base em Silva (2022).

Observa-se no quadro que as linhas de pesquisas desenvolvidas concentram estudos em diversas áreas, dentre as principais: políticas públicas e sociais, sustentabilidade, tecnologias sociais na Amazônia, relações sociais, formação profissional, trabalho e economia (SILVA, 2022). Os grupos de pesquisa são espaços propícios para aprimoramento das habilidades investigativas de um pesquisador e para a produção de conhecimento científico. Destaca-se ainda que os projetos guarda-chuvas desenvolvidos pelos grupos contribuíram para a produção, desde 2018, de quatro coletâneas do PPGSS/UFAM, dois livros vinculados ao PROCAD/AMAZÔNIA, e mais de uma dezena de livros organizados por professores permanentes do programa, os quais contemplam capítulos produzidos em articulação entre os docentes, discentes e egressos.

Em relação aos projetos ativos, em 2022 estão em desenvolvimento estudos vinculados a dez (dez) projetos guarda-chuvas, intitulados: 1) A formação e o trabalho profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil, 2) Serviço Social no Amazonas entre sombras e luzes: historiografia, formação e trabalho profissional, 3) Serviço Social e políticas públicas na Amazônia: aproximações a partir do PPGSS, 4) Produção de conhecimento: interfaces entre condições de vida, saúde e velhice no Amazonas, 5) Sujeitos & territórios tradicionais na Amazônia, 6) Multidiversidades de contextos e abordagens dos sujeitos sociais na realidade Amazônica,

7) Economia Criativa como alternativa de Desenvolvimento Local: a produção do artesanato e o turismo comunitário nas regiões do Alto e Baixo Rio Negro, 8) O trabalho do assistente social: projeto profissional e dilemas cotidianos em tempos de regressão de direitos; 9) Saúde em tempos de crise: os rumos do SUS e as implicações para o trabalho dos assistentes sociais; 10) Identificação e difusão de inovações tecnológicas para enfrentamento de desastres desenvolvidas pelo Serviço Social no Brasil, Austrália, Itália e África do Sul (SILVA, 2022).

Desde a formação da primeira turma em 2009 até o mês de setembro de 2022, os egressos do PPGSS/UFAM produziram 148 dissertações que abarcam diversas temáticas. Especificamente, entre os anos 2017-2020, todas as dissertações produzidas pelos egressos estavam vinculadas aos grupos de pesquisa do programa, por meio dos projetos guarda-chuvas acima supracitados. No que concerne à aderência e articulação com a proposta do programa, 100% das dissertações estavam vinculadas à área de concentração e às linhas de pesquisa do programa, onde 42% encaixaram-se na linha 1, e 58% pertenciam à linha 2. Entretanto, especificamente no ano de 2020, 60% das dissertações passaram a ser atreladas à linha 1 e 40% vinculadas à linha 2 (PPGSS, 2020).

Em relação às temáticas no quadriênio 2017-2020, verifica-se que 28,6% estavam centradas na formação e trabalho profissional, 23,8% abordaram sobre gestão, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas, 26,2% discutiram sobre violação de direitos e movimentos de resistência social, 14,3% acerca de sustentabilidade socioambiental, e 7,1% em torno da diversidade sexual. Os objetos de pesquisa foram diversos e trouxeram discussões em torno dos temas de saúde, assistência social, educação, controle social, violência contra mulher, violência obstétrica, violência contra crianças e adolescentes, relações de poder, movimentos de mulheres, populações tradicionais, conhecimentos tradicionais, segurança alimentar e nutricional, transcidadania e preconceito (PPGSS, 2020).

Ressalta-se que, as dissertações buscaram apresentar e investigar como se espriam as expressões da questão social nos municípios do interior e capital do Amazonas, na busca de fortalecer seu enfrentamento por meio de estratégias e elaboração de políticas públicas coerentes com as particularidades do Estado (PPGSS, 2020). O que evidencia a importância do PPGSS/UFAM na produção de

conhecimento científico e formação de mestres e pesquisadores em solo brasileiro, levando em consideração que a Região Norte só contempla três programas¹ vinculados à área de conhecimento de Serviço Social, e, por ser o único dos 36 programas de pós-graduação da área 32 da CAPES, a tratar a sustentabilidade como uma temática transversal ao Serviço Social.

É importante mencionar a qualidade da produção intelectual de discentes e egressos. Especificamente no quadriênio 2017-2020, foram elaboradas diversas produções vinculadas às temáticas de dissertação em coautoria com os docentes e outros pesquisadores dos grupos de pesquisa. Durante os quatro (04) anos foram publicados exatamente 311 trabalhos, sendo 109 em 2017, 57 em 2018, 93 em 2019 e 52 no ano de 2020. Destes, 74% dos trabalhos foram socializados em anais de evento, 17% em livros ou capítulos de livro, 7% em artigos de periódicos, e 2% em artigos de jornais ou revistas.

Um dos principais destaques do ano de 2019 foi a publicação de 88 trabalhos nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), sendo 78,4% dos trabalhos publicados por discentes e 21,6% dos trabalhos pelos egressos. Ainda durante o quadriênio, os egressos foram responsáveis pela elaboração de 78 produtos, sendo 45 por meio da participação e publicação de livros e/ou capítulos de livros, o que demonstra que houve diversas contribuições dos egressos, uma vez que parte significativa dos trabalhos apresentam particularidades da realidade amazônica, como também abordam parte do que foi desenvolvido nas dissertações vinculadas ao PPGSS/UFAM (PPGSS, 2020).

A formação *stricto sensu* busca, além de formar pesquisadores com densidade teórico-metodológica em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, também favorece a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, sendo este, inclusive, um quesito de avaliação da CAPES. Dos mestres formados entre os anos 2017-2020, 82,35% estão inseridos no mercado de trabalho. Destes 61% trabalham como assistentes sociais ou gestores de diferentes políticas (saúde, assistência, educação) na administração pública. Ressalta-se

¹ Na Região Norte, existem programas de pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA), na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e na UFAM. Apenas na UFPA é oferecido curso de mestrado e doutorado, na UFAM e na UFT há somente curso de mestrado.

que 25% estão exercendo a docência, 11% trabalham em instituições sem fins lucrativos e 3% estão vinculados a empresas. Além disso, 25% dos egressos titulados deram continuidade na formação e recebem bolsa de doutorado ou de projeto de pesquisa (PPGSS, 2020).

Ao longo desses 15 anos, também houve um amadurecimento intelectual e acadêmico dos professores que compõem o programa, o que vai refletir na qualidade das orientações, mas também nas produções científicas dos docentes. No quadriênio 2017-2020 houve um aumento quantitativo significativo das publicações em veículos qualificados, sendo 21 artigos em periódico dos estratos superiores. Nesse sentido, o PPGSS/UFAM como espaço de formação de mestres e pesquisadores tem contribuído para apresentar a realidade do Amazonas ao mundo por meio de suas pesquisas e produções científicas.

Compromisso da Pós-graduação na Amazônia: a inserção social e suas contribuições

O PPGSS/UFAM protagonizou plataformas relevantes no eixo de inserção social, principalmente no que tange à amplificação das redes de pesquisa, parcerias e projetos de cooperação. Para Silva, Nazabielli e Rodrigues (2020), a inserção social se configurou como marco, apresentado em 2007 pela CAPES, com o objetivo de incentivar e analisar ações dos programas que envolvam melhorias não apenas para a ciência brasileira, mas ao país em seu eixo de diversidade, através dos impactos de natureza: tecnológica e econômica, educacional, social e cultural.

Trata-se de apresentar uma política educacional de pós-graduação, sob patamares que envolvam não apenas o desenvolvimento da ciência, como também seus rebatimentos e respostas à sociedade, a partir de suas expressões sociais, culturais, éticas e políticas. No Serviço Social, a proposta da inserção social vai além das demandas alavancadas pela CAPES, mas envolvem, sobretudo, o compromisso da profissão com as demandas societárias e o compromisso com o projeto ético-político profissional.

Em tempos nebulosos que envolvem as contrarreformas do Estado, a ascensão ultraneoliberal como estratégia da racionalidade

neoliberal, a partir da qual ocorre a naturalização do caos, das expressões de violências e do discurso da meritocracia, ponderar a inserção social dos programas de pós-graduação configura-se como estratégia de reconhecimento e resistência, já que o avanço da ciência se pauta também nos compromissos direcionados à sociedade como um todo.

Um dos desafios contemporâneos postos ao Serviço Social se refere à onda neoconservadora presente na categoria profissional. Não se trata de um assunto novo, mas, diante do cenário de necropolítica estabelecido no Brasil, o viés de agudização da barbárie assume contornos de naturalização das expressões da questão social, que direcionam a legitimação das pautas reacionárias e de intolerância, que não apenas negam, mas também criminalizam os direitos humanos. Frente a este cenário, explicitar a inserção social dos programas de pós-graduação revela não apenas a necessidade do alcance social das ações, como também o tensionamento exposto pela ausência de recursos, pela precarização das condições de trabalho e pelo produtivismo.

Silva, Nazabielli e Rodrigues (2020) ressaltam que a inserção social traz um relevante debate na perspectiva política e acadêmica para a profissão, já que possibilita conhecimentos, diálogos e intervenções, entretanto, não podemos olvidar que a demanda da CAPES também reflete o viés neoliberal, privatista, tecnicista e que implica no aumento da produtividade. Ao mesmo tempo, tal inserção é um espaço peculiar para a materialização do projeto ético-político profissional, visto o compromisso com as demandas e projetos societários no bojo da sociabilidade capitalista.

Dentre as estratégias de inserção social, o PPGSS/UFAM aprofundou no debate sobre o trabalho e a formação profissional por meio de um projeto contemplado no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD/Amazônia, intitulado “A formação e o trabalho profissional do assistente social: aproximações e particularidades entre Amazônia e o Sul do Brasil”. A proposta, aprovada e ainda vigente, conta com a participação da Universidade Federal do Pará-UFPA e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. O PROCAD/Amazônia fomentou o intercâmbio entre as referidas universidades, além da mobilidade acadêmica de discentes e docentes para trocas de

conhecimentos, culturas e, sobretudo, desenvolvimento de parcerias.

O PROCAD fomentou, entre 2018 e 2020, cerca de dez produções/dissertações de mestrado no PPGSS/UFAM com temáticas relacionadas ao trabalho e à formação profissional do assistente social, como oportunidade de aprofundar o diálogo com as variáveis apresentadas no PROCAD/Amazônia.

Outro elemento importante na construção da inserção social refere-se às redes de pesquisa. O colegiado do PPGSS/UFAM desenvolve atividades em oito (08) grupos de pesquisa, os quais apresentam inclusive parcerias com outras universidades. Dentre as discussões realizadas pelos grupos, destacam-se: trabalho e formação profissional, seguridade social, gestão social, dinâmica socioambiental na Amazônia, sustentabilidade e desenvolvimento regional, gênero e relações de poder, modos de vida das populações tradicionais, Estado, movimentos sociais e políticas públicas, com foco nos estudos que abordam as particularidades da Região Amazônica.

A conexão entre as redes de pesquisa se expressou também pela construção de projetos de extensão, os quais perfazem a plataforma da inserção social. Dentre as ações, ponderaram-se parcerias com comunidades tradicionais, organizações de sociedade civil, escolas e com o hospital universitário, em temáticas que abordaram desde a importância da comunicação como mecanismo de cidadania e combate às *fake news*, família e saúde, ativismo feminista, práticas de sustentabilidade e desenvolvimento regional, dentre outras.

Mesmo diante da pandemia da Covid-19, as parcerias sinalizavam novas construções, com formatos peculiares, mas não deixaram de atender às demandas da sociedade. Um exemplo foi a parceria do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia/Inter-Ação com o Movimento Ações pela Vida, para desenvolver ações socioeducacionais, socioeducativas e de geração de renda durante o período pandêmico, junto a moradores da zona leste da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. As ações envolveram distribuição de cestas básicas, *kits* de higiene e o fomento à geração de renda através do artesanato e confecção de máscaras de proteção facial, além de atendimentos em saúde de forma remota, em ocorrências de casos suspeitos do novo coronavírus.

Ainda no quesito inserção social, o PPGSS/UFAM participa do programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC), o qual se encontra vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e conta com apoio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O programa apoia graduados residentes nas Américas com bolsas de estudos e apoios pedagógicos, para que discentes sejam acolhidos nos programas de pós-graduação em território nacional. O PPGSS/UFAM já recebeu três ingressantes na referida condição, sendo dois oriundos da Venezuela e um do Haiti. A internacionalização se faz relevante não apenas para os estudantes, mas, sobretudo, para o programa, que cresce com a troca de experiências e conhecimentos, os quais abrangem docentes e discentes.

Para Carvalho, Stampa e Santana (2020, p. 418), a inserção social “deve qualificar a relevância econômica, ético-política, social e cultural da pós-graduação em formar recursos humanos e produzir conhecimento para responder aos problemas do país”. As autoras sinalizam ainda a necessidade de efetivo planejamento no processo de autoavaliação das universidades, para que as propostas estejam em consonância com os apontamentos da sociedade. A rigor, trata-se de fomentar o diálogo com os projetos societários, para que a categoria possa direcionar suas ações em conformidade com o direcionamento ético-político da profissão.

Diante do amplo leque que envolve a inserção social dos programas, evidencia-se que o PPGSS/UFAM desenvolve protagonismo relevante na construção de produções e ações que objetivem um olhar direcionado para a sociedade contemporânea, sobretudo, no que tange ao reconhecimento das peculiaridades da Região Amazônica, entretanto não se pode olvidar os tensionamentos que conduzem desafios inerentes ao processo de manutenção da pós-graduação brasileira, os embates com o tecnicismo, com o produtivismo e com o privatismo.

Urge ponderar que a inserção social pode se desenvolver ainda mais, comprometida com as resoluções e normativas do conjunto CFESS/CRESS, pautada na materialização do projeto ético-político profissional. Para Mendes, Santos e Werlang (2017), é relevante ter olhar crítico quanto às estratégias de avaliação da CAPES, baseadas na competitividade e no formato quantitativo alicerçado no

produtivismo, os quais buscam responder aos anseios e às agruras do capital em todas as suas dimensões, olvidando a construção social, econômica, cultural, ético-política e regional dos programas de pós-graduação no Brasil. É preciso, então, resistir à conjuntura imposta nas avaliações, assim como também amplificar a inserção social como plataforma de contribuição para a sociedade, pois como dizia Thiago de Mello: “como sei pouco e sou pouco, faço o pouco que me cabe, me dando por inteiro.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão da pós-graduação, nas mais diversas áreas do conhecimento, envolve muitos desafios no tempo presente, sobretudo, quando consideramos os processos de contingenciamento de recursos públicos para as políticas sociais, a negação da ciência e a desvalorização da política educacional em seus diferentes níveis. Discutir a pós-graduação na Amazônia ganha ainda um elemento a mais nesse cenário que já é bem desfavorável, que é o fato de ser a região que menos abriu e desenvolveu programas de pós-graduação em tempos pretéritos. Assim, o PPGSS/UFAM é símbolo de resistência e, para além disso, representa a convicção em dias melhores e o compromisso social que o Serviço Social assume como parte do seu projeto ético-político.

O PPGSS/UFAM chega ao seu décimo quinto ano de vida com uma importante vitória, que é seu avanço na avaliação da CAPES para nota quatro (04). Esta nota, muito mais que um atributo quantitativo, simboliza todo o processo de lapidação da formação e das contribuições sociais que o programa vem desenvolvendo nesse período. Os avanços são bem significativos, mas ainda há muitos obstáculos a serem ultrapassados. Os caminhos não são tranquilos, mas a trajetória desses quinze anos demonstra que o PPGSS/UFAM tem buscado se fortalecer e encarar os limites que se impõem com criatividade, entusiasmo e compromisso ético-político.

REFERÊNCIAS

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 da área de Serviço Social*. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-servico-social-quadrienal-pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente. Inserção Social nos programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 139, p. 415-426, set/dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Norte e Nordeste puxam desocupação recorde no primeiro trimestre no país. *Agência IBGE Notícias*. PNAD Contínua, maio de 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30785-norte-e-nordeste-puxam-desocupacao-recorde-no-primeiro-trimestre-no-pais#:~:text=A%20taxa%20recorde%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o,taxa%20j%C3%A1%20registrada%20desde%202012>. Acesso em: 25 set. 2022.

MENDES, Jussara Maria Rosa; SANTOS, Andréa Mendes dos; WERLANG, Rosângela. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. *Revista Katalisys*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, mai/ago. 2017.

PINHEIRO, Hamida Assunção; CUNHA, Marinez Gil Nogueira; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. A pós-graduação em serviço social no estado do Amazonas: as particularidades da discussão da sustentabilidade socioambiental na UFAM. In: JOAZEIRO, Edna; GOMES, Vera Lúcia Batista (org.). *Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. Teresina: EDUFPI, 2020.

PINHEIRO, Hamida Assunção; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; CUNHA, Marinez Gil Nogueira. A Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas: contribuições para a sociedade. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez Editora, n. 139, set./dez. 2020, p. 488-499.

PRATES, Jane Cruz; KUNZLER, Rosilaine Brasil. Direção da Formação e a produção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e a importância dos Grupos e Núcleos de Pesquisa na constituição desse processo. In: ENCUESTRO REGIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, VI, 2015. Tandil. Argentina. *Anais de Educación, Formación y Trabajo*, v. 1, 2015. Disponível em: <https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/9366> Acesso em: 28 set. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. *Plano de autoavaliação e planejamento estratégico do Programa de pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS - 2021 - 2024*. Manaus, 2021. Disponível em: Banco de Dados do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Acesso em: 26 set. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. *Relatório Sucupira*. Manaus, 2020. Disponível em: Banco de Dados do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Acesso em: 28 set. 2022.

SILVA, Escarlete Raíssa Evangelista da. Avaliação da pós-graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia. 2022. 180 f. *Dissertação* (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SILVA, Escarlete Raíssa Evangelista da; ANDRADE, Roberta Ferreira de. *Resgatando memórias para escrever o futuro: 15 anos do PPGSS/UFAM*. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de Andrade; PINHEIRO, Hamida Assunção; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. *Questão Social e Serviço Social na Amazônia*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022 (no prelo).

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; NOZABIELLI, Sandra Regina; RODRIGUES, Terezinha de Fátima. Inserção Social como Função Política da Universidade: resistências e perspectivas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 139, p. 427-439, set/dez. 2020.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFT: IMPACTOS NO ESTADO DO TOCANTINS E REGIÃO.

Cecília Nunes Froemming
Célia Maria Grandini Albiero
Eliane Marques de Menezes Amicucci
Giselli de Almeida Tamarozzi
Kátia da Silva Farias

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), através do Mestrado em Serviço Social (MASS) nasceu de uma luta interna dos docentes e discentes da graduação em Serviço Social (2007) do Campus de Miracema desta universidade (2000), que fica cerca de 80 km de Palmas, capital do estado do Tocantins, o qual foi criado em 1988.

O trabalho na construção deste PPGSSocial da UFT perdurou aproximadamente uma década, o qual foi aprovado em 2018, com início de suas atividades em 2019, com a primeira turma de 10 alunos (as), hoje já egressos (as) e mestres distribuídos (as) no estado do Tocantins. O PPG é marcado pela sua importância na região norte pois o programa mais próximo em Serviço Social público dessa região é no estado do Pará, sendo que os estados de outras regiões mais próximas como Maranhão, Goiás, Brasília (DF) não possuem especificamente mestrados públicos na área de Serviço Social, mas em Políticas Públicas e Sociais. Vale ressaltar que dentre os (as) 37 ingressos (as) e permanentes no programa, este formou até 2022.1 14 mestres.

Este texto busca apresentar significativas informações do PPG em Serviço Social, abordando sua recém criação num estado novo, e em uma universidade nova, acrescido de impactos marcantes da crise capitalista que enfrenta o Brasil e o mundo há décadas, a qual foi acirrada e evidenciada pela pandemia da COVID-19 nos anos de 2020-2021, coincidindo com o processo inicial de criação do programa.

Dessa forma buscar-se-á trazer à tona uma reflexão envolvendo os impactos deste programa de Serviço Social na sociedade, bem como as suas contribuições e perspectivas, divididas em três partes, abordando essa realidade do PPGSSocial e a sua importância para a UFT, para o estado do Tocantins e para a região Norte.

Na primeira parte serão abordados os *aspectos históricos: desigualdade social, econômica e cultural do estado do Tocantins*, expondo dados que demonstram o processo sócio histórico e cultural da sua criação, perpassando informações características da região com a sua extensão territorial, a sua composição geográfica e populacional e ainda a sua beleza e sua riqueza natural, envolvendo a biodiversidade entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. Os dados socioeconômicos serão explanados para a compreensão da desigualdade social existentes nesta realidade.

Numa segunda parte intitulada *histórico do PPGSSocial na realidade tocantinense*, procurar-se-á evidenciar os dados históricos da recém criação, traçando a direção social e política do programa atrelada ao projeto ético político da profissão mediante as necessidades da região em que se localiza o mesmo através de sua área de concentração e linhas de pesquisa, bem como de sua produção acadêmica neste período marcado pelos impactos sociais e econômicos do país, em especial no período pandêmico com uma formação com lastros remotos e emergenciais, num contexto de perdas, de medo e de inseguranças.

Na terceira e última parte que envolve o *impacto do PPG na sociedade*, serão apresentadas ações que vêm sendo desenvolvidas no PPGSSocial através dos dados contidos no Relatório Coleta Capes de 2021, com destaque para o impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa; impacto econômico, social e cultural do programa e internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa.

E finalizando algumas considerações finais serão explanadas a fim de demonstrar as contribuições e perspectivas iniciais deste programa na realidade estadual.

Aspectos históricos: desigualdade social, econômica e cultural do estado do Tocantins

O processo de formação sócio-histórica do estado do Tocantins é marcado por diversas peculiaridades, nasce de um movimento político separatista que objetivava o desmembramento da região Norte do estado de Goiás, que durou décadas.

O movimento separatista do norte goiano iniciado no século XIX idealizava o desmembramento da capitania goiana, pois ao longo de sua formação, as porções norte e centro-sul da capitania tinham discrepâncias econômicas, sociais e culturais relevantes e que prejudicavam a região norte, que posteriormente ao processo mineratório, se mantinha isolada e sem investimentos estruturais para se desenvolver (LIMA, 2017, p. 2).

Dentre os principais motivos em prol da emancipação política do Norte do Goiás, destaca-se o abandono administrativo, as diferenças econômicas e o aumento das desigualdades. “Pôde-se observar que as justificativas da criação do estado ao longo dos séculos eram baseadas em três quesitos autonomista para benefício da região norte: político-administrativo, econômico e cultural” (LIMA, 2017, p. 17).

Contudo, a emancipação política desta região foi efetivada apenas pela Constituição Federal de 1988, território designado como pertencente à região Norte do Brasil.

Entretanto, os entraves relacionados ao abandono político, sociais e econômicos, já vivenciados por essa região, quando ainda pertencente ao estado de Goiás, se fizeram latentes e precisavam ser superados pela agenda de políticas públicas e sociais do mais novo estado.

Após a divisão socioterritorial, Tocantins tem como desafio para se consolidar como federação, gerir as políticas públicas e econômicas na trilha do, tão desejado, desenvolvimento. No entanto, a essa divisão, mesmo significativa para a população do estado, não o tira da condição de periferia do grande capital atrelada à cultura coronelista e patriarcal herdada da colonização do país, fatores esses que impedem/dificultam o desenvolvimento do estado e das suas regiões, entre elas, a Região do Jalapão (ARAUJO, 2017, p. 84).

Paulo Netto corrobora neste sentido para análise de que todos os processos de formações fundados sob dominância dos modelos capitalistas têm em suas características o agravamento do quadro de

pobreza e das desigualdades sociais. “Nas sociedades em que vivemos vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas [...]” (PAULO NETTO, 2007, p. 142).

O Tocantins, enquanto estado mais jovem do Brasil, tem seu marco de criação no mesmo período em que os direitos sociais passaram a ser responsabilidade estatal, em que a proteção social passa a ser um direito da população e um dever do estado. Entretanto, o reconhecimento das responsabilidades estatais, não isentaram o Tocantins de vivenciar um crescimento expressivo do seu quadro de pobreza e desigualdades sociais.

[...] os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas (PAULO NETTO, 2007, p. 142).

Nesta perspectiva, assevera-se ainda que o avanço do capitalismo na realidade brasileira, imprimiu em nossa sociedade marcas profundas, relacionadas em especial, ao processo de formação sócio-histórica do Brasil, que tem cravado em sua realidade, o maior período escravocrata já existente, “[...] presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes, bem como as características próprias da questão social brasileira” (YAZBEK, 2019, p. 89).

Assim, pode-se afirmar que esta realidade impacta significativamente no crescimento e desenvolvimento da população em seus territórios, em maior ou menor escala a depender de sua posição geográfica.

Acerca dos aspectos geográficos tocantinenses, o estado possui uma área territorial de 277.423,627 km² (IBGE, 2021), com divisões fronteiriças entre os estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. Em 2010 contava com a população total de aproximadamente 1.383.445 habitantes, e conforme apresentado nos dados do retrato das condições sociais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020, o estado já contava com aproximadamente 1.590.248 milhão de habitantes (IBGE, 2020).

A respeito de seu território, cerca de 48,07% são compreendidas como áreas de proteção/preservação ambiental e bacias hídricas (EMBRAPA, 2022). Possui aproximadamente 2 milhões de hectares de reservas indígenas com uma população estimada de 13.131 mil indígenas (CENSO, 2010), distribuídas em 82 aldeias, de sete etnias, sendo elas: Krahô Canela, Karajá, Xambioá, Apinajê, Pankararú, Xerente e Javaé.

Possui ainda cerca de 38 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, que ficam localizadas de norte a sul do Estado (PALMARES, 2022).

Diante dos aspectos socioeconômicos, a economia do Tocantins se encontra em crescente ascensão, o crescimento de seu PIB possui três setores principais, sendo eles; serviços e comércio, indústria e agropecuária. Entretanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do estado encontra-se em 0,699, e caminha na contramão ao desenvolvimento econômico, considerando que conforme os dados apresentados no retrato das condições sociais, cerca de 30,2% da população tocantinense vive em situação de pobreza e 5,8% em situação de extrema pobreza. O estado ocupa ainda o 14º com maior número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza no Brasil. (IBGE, 2020).

O Tocantins possui ainda cerca de 329 mil pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal e mais da metade delas vive atualmente na linha da pobreza ou até abaixo dela.

Soma-se a isso, as implicações oriundas da Pandemia de Coronavírus, nos anos de 2020 e 2021, em que foi observado o agravamento do quadro da pobreza. O estudo realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) na América Latina, aponta que, em 2020 o aumento da pobreza não havia sido observado nesses padrões nos últimos 12 e 20 anos.

Diante deste breve histórico, é possível compreender que o processo de formação sócio-histórico do Tocantins, foi marcado por uma realidade de conflitos, entretanto, após a consolidação da emancipação política, o estado ganha destaque no que se refere a sua biodiversidade e aos aspectos culturais relacionados a seu povo.

Contudo, com apenas 34 anos de criação, o Tocantins ainda enfrenta muitos desafios relacionados a seu desenvolvimento, em especial pela ausência de um sistema de proteção que tenha como

objetivo precípuo proporcionar à sua população melhores condições de desenvolvimento econômico e social, possui uma política pautada no assistencialismo e coronelismo. “[...] as políticas de desenvolvimento econômico e social conduzidas pelos seus governos priorizaram o agronegócio” (LIMA, 2017, p. 118).

Acerca das expressões da questão social, destaca-se o alto índice de pobreza e de desigualdades sociais, dificuldade de acesso a políticas de habitação de interesse social, e de acesso a política de trabalho e renda. Os entraves políticos, administrativos, culturais e sociais, ainda são uma realidade que precisa ser superada.

O histórico do PPGSSocial na realidade tocantinense

O recém-criado Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial)¹ da Universidade Federal do Tocantins (UFT), nasceu em 2019, embora sonhado e planejado desde 2007 - quando inicia-se o curso de graduação em Serviço Social -, vem atender a uma necessidade reprimida de assistentes sociais do estado do Tocantins e região norte, envolvendo também áreas afins, sendo este o 3º programa público em Serviço Social da região Norte, numa universidade jovem e num estado que se desmembrou do estado de Goiás em 1988 com a Constituição Federal do Brasil.

O desafio inicial refere-se a um estado novo criado há 32 anos, e uma universidade federal também muito jovem com apenas 17 anos e o 1º curso de graduação em Serviço Social federal do estado, implantado em 2007 no interior e o 1º programa de pós-graduação na área, com menos de dois anos. O estado está geograficamente localizado no coração do Brasil e compõe a região norte juntamente com outros estados, assim o curso de pós-graduação contempla o estado de norte a sul, bem como outras regiões de estados vizinhos, acarretando forte responsabilidade em formar profissionais e mestres com competência e qualidade para suprir as demandas existentes nesta área (ALBIERO; AMICUCCI; TAMAROZZI, 2020, p. 329-330).

¹ O Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), foi aprovado pela Capes/MEC em 26/10/2018, como resultado da Política de Expansão da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil nos últimos anos (CAPES, 2022, p. 1).

Ainda com um histórico precoce e com muitos desafios a serem enfrentados no processo de sua criação, o PPGSSocial da UFT, viveu no início de sua implantação a pandemia da COVID-19², trazendo impactos ainda maiores no seu processo de produção de conhecimento pela via da formação remota, pois,

[...] é preciso chegar perto dos desafios do tempo presente, quer estejam na produção de conhecimentos, quer que nos coloquem diante da Questão Social com suas expressões e manifestações apresentadas ao Serviço Social nestes tempos de devastação, nos quais o desafio maior deve construir respostas que se constituem mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e cidadania, na perspectiva da construção de outra ordem societária (YAZBEK, 2020, p. 14).

Nesse sentido,

[...] o mestrado em Serviço Social da UFT mantém seu compromisso na formação do perfil profissional crítico, com competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para desvelar as contradições da realidade social, tanto no âmbito da pesquisa como no exercício profissional [...]” (ALBIERO; AMICUCCI; TAMAROZZI, 2020, p. 354).

Assim, o MASS do PPGSSocial, está pautado sem dúvida na direção social e política da profissão mediante o Projeto Ético Político, objetivando em sua essência “[...] formar e aprimorar profissionais do Serviço Social e de áreas afins para atuarem nas dimensões formativa, investigativa e interventiva com ênfase nas políticas sociais e direitos” (BRASIL, 2021, p. 2).

Ressalta-se que o programa possui uma área de concentração e duas linhas de pesquisa que expressam as necessidades da região na qual se encontra o mesmo. Conforme avaliação da CAPES em 2022, estas apresentam consistência.

2 É importante ressaltar que a pandemia da COVID-19 “[...] escancarou a vergonhosa desigualdade da sociedade brasileira e a face neofacista do Estado, coloca em evidência um país que vem desqualificando a pesquisa, precarizando e mercantilizando o ensino” (YAZBEK, 2020, p. 15).

O Programa guarda interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas, com destaque para a formação de recursos humanos em nível local e regional, o que contribui para o desenvolvimento científico da área e a resolução de problemas regionais. Expressam nos objetivos gerais a formação e o aprimoramento dos profissionais do Serviço Social e de áreas afins para atuarem nas dimensões formativa, investigativa e interventiva com ênfase nas políticas sociais e nos direitos. O Programa tem 1 (uma) área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos e 2 (duas) linhas de pesquisa: Serviço Social e Políticas Sociais. Nessa 1ª linha, congrega discussões e estudos sobre os conceitos de políticas sociais, tendências e tipologias de avaliação, bem como, as políticas sociais setoriais, a execução e gestão das políticas sociais no contexto das particularidades nacional e regional. Na 2ª linha de pesquisa: Serviço Social, diversidade e direitos humanos, privilegia o debate e a intervenção profissional no seio das classes sociais e suas intersecções entre gênero, sexualidade, raça/etnia e geracional, as demandas de grupos e comunidades tradicionais e o processo de exploração inerente ao modo de produção capitalista. A Área de concentração e as Linhas de pesquisa estão claramente formuladas e adequadas quantitativamente e suas descrições se apresentam condizentes com a proposta de programa em Serviço Social. As linhas de pesquisa estão organizadas em 6 (seis) Grupos de Estudos e Pesquisas que agregam pesquisas e projetos de extensão. Todos os projetos estão cadastrados no CNPQ e são coordenados por docentes permanentes com participação de discentes (pós-graduação e graduação). Nota-se que a discussão sobre o Serviço Social perpassa as duas linhas de pesquisa, a partir dos estudos e pesquisas sobre as Políticas Sociais, os direitos sociais e os direitos humanos, o que confere equilíbrio na distribuição de projetos pela área de concentração. Avalia-se, portanto, que a área de concentração e as Linhas de pesquisa estão equilibradas em termos quantitativos e formulada de maneira consistente (BRASIL, 2022, p. 1-2).

Diante do exposto serão apresentados em linhas gerais os grupos de estudo e pesquisa do Programa, bem como as pesquisas e dissertações produzidas neste período de avaliação e funcionamento do Programa de 2019-2022.

Cabe então discorrer que a primeira turma, composta por 10 alunas (os), concluiu integralmente o curso no ano de 2021, mesmo diante dos desafios que a pandemia da COVID-19 impôs. No ano de 2022 o programa efetivou as defesas da segunda turma, esta já mais atingida pelos efeitos das atividades não presenciais, como também das atividades previstas como estágio docência, de extensão, dentre outras. Ainda no ano de 2021 foram disponibilizadas três vagas remanescentes e, por fim, no primeiro semestre de 2022 foi iniciada a quinta turma do curso.

Ainda vale ressaltar que, desde seu início, houve a conclusão da primeira turma integralmente, portanto a formação de dez mestres, a conclusão de quatro da segunda turma, totalizando 14 dissertações defendidas até o momento, sendo que as próximas turmas estão previstas para conclusão no primeiro semestre de 2023 e de 2024.

Quadro 1 – Demonstrativo das dissertações concluídas no período de 2021-2022

Título	Ano de	Tema	Linha de Pesquisa
1. A Dimensão Formativa do Assistente Social no estado do Tocantins: uma reflexão a partir das diretrizes curriculares da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social (ABEPSS)	2021		Serviço Social e Políticas Sociais
2. A Família, o Adolescente e a Efetividade entre o dever e o direito na Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade	2021	Família	Serviço Social e Políticas Sociais
3. Serviço Social, família e proteção social: reflexões para o debate	2021	Família	Serviço Social e Políticas Sociais
4. Organizações sociais de saúde no Tocantins: a pró-saúde e o aprofundamento das privatizações nos hospitais públicos do estado	2021	Saúde	Serviço Social e Políticas Sociais
5. Incidências da contrarreforma da previdência social a partir do Governo Temer no trabalho dos assistentes sociais do INSS	2021		Serviço Social e Políticas Sociais
6. A privatização da atenção oncológica na política de saúde: o estado do Tocantins	2021	Saúde	Serviço Social e Políticas Sociais
7. Reificação da mulher a partir da ascensão ideológica conservadora: uma análise do golpe de 2016	2021	Mulher	Serviço Social, diversidade e direitos humanos

8. A política de assistência social nos parâmetros dos direitos humanos e de cidadania	2021		Serviço Social e Políticas Sociais
9. Reflexões sobre a relação entre Serviço Social e Direito	2021	Serviço Social	Serviço Social e Políticas Sociais
10. A medida socioeducativa de internação (ECA/90) na perspectiva garantista: ensaios acerca da responsabilidade penal do adolescente no Brasil.	2021		Serviço Social e Políticas Sociais
11. Acolhimento Institucional e Negligência Familiar: a contradição da garantia de direitos	2022	Família	Serviço Social e Políticas Sociais
12. A expansão do agronegócio via MATOPIBA: As consequências Socioambientais da grilagem de terras desta região	2022	Meio Ambiente	Serviço Social e Políticas Sociais
13. A Contribuição Teórica de Clóvis Moura Para Compreensão da Questão Racial na Particularidade Brasileira.	2022	Questões étnico-racial	Serviço Social, diversidade e direitos humanos
14. O Controverso Lugar Das Comunidades Terapêuticas Na Política Sobre Drogas Do Governo Federal	2022	Saúde	Serviço Social e Políticas Sociais

Fonte: Documentos do PPGSSocial, UFT, 2021-2022.

Diante do quadro exposto, pode-se perceber que das 14 dissertações defendidas, 85,71% estão na linha de pesquisa de *Serviço Social e Políticas Sociais* num total de doze e apenas 2, 28% o que corresponde a duas dissertações na linha de pesquisa sobre *Serviço Social, diversidade e direitos humanos*, o que indica a necessidade de um maior investimento na linha 2, para manter um equilíbrio entre as duas, mas por outro lado, nos mostra uma abrangência de temas ligados a linha 1, demonstrando a realidade social do estado.

Pode-se afirmar que das 14 dissertações, 10 foram defendidas em 2021, o que demonstra 100% dos (as) alunos (as) da 1ª turma defendendo as dissertações no prazo estipulado pela CAPES de 2 anos. As outras 04 dissertações dizem respeito a segunda turma que ingressou no ano de 2020 sendo defendida no prazo, entretanto, há ainda 04 dissertações que serão defendidas até dezembro de 2022, pois foi solicitado prorrogação pelos (as) mestrands (as). Identifica-se que essa turma teve o impacto direto da pandemia, com muitas

perdas de entes queridos, agravo de saúde física e mental atingindo significativamente a vida cotidiana, envolvendo a universitária.

Com relação aos temas das 14 dissertações defendidas, há maior número na área da saúde que corresponde a 21,42%, assim como 21,42% com o tema família, seguido dos temas meio ambiente, questões étnico-raciais, adolescente, Serviço Social, assistência social, mulher, previdência social e formação profissional que correspondem a 7,14%, demonstrando, desse modo, uma diversidade e interdisciplinaridade significativa para o programa.

O PPGSSocial, desde sua criação, viabilizou a manutenção e articulação das ações de pesquisa e extensão com a graduação, assim as atividades se relacionaram com o Grupo de Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional; Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos; Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS); Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Área Sociojurídica (GEPE-ASJ); Núcleo de Pesquisas e estudos nas prisões; Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias (GEPPSFAM); Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Práxis e Questão Social, bem como outras pesquisas que encontram-se sob a coordenação de docentes da graduação e pós-graduação.

Ainda é pertinente mencionar a participação dos docentes e discentes do PPGSSocial nos projetos:

[...] INTERNATO INTEGRADO EM SAÚDE (IRIS) – Desenvolvido por cursos de graduação (Medicina, Nutrição, Enfermagem, Serviço Social, Psicologia, Educação Física e Teatro) e Pós-Graduação (Serviço Social) da UFT nos Municípios da região central do estado do Tocantins de Miracema/TO, Tocantínia/TO, Lajeado/TO, Miranorte/TO e Rio dos Bois/TO; 2 - GRÊMIOS ESTUDANTIS: ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA (GEST) – encontros mensais com representantes dos grêmios estudantis de 08 escolas estaduais e municipais de 05 municípios - Miracema, Tocantínia, Lajeado, Miranorte e Rio dos Bois. 3- PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE FAMÍLIAS (PEXFAM): “A ordem das árvores não altera o passarinho” – refletindo o agir dos (as) profissionais da política de assistência social na rede intermunicipal entre Miracema do Tocantins, Lajeado, Tocantínia e Miranorte; 4- PROJETO CINEMA E PRODUÇÃO DE VÍDEOS NA ESCOLA.; 5- PROJETO DE ASSESSORIA EM SERVIÇO

SOCIAL AOS MOVIMENTOS SOCIAIS – PIBEX, tem por finalidade realizar atividades nos assentamentos Paulo Freire I e II localizado no município de Rio dos Bois/TO; 7- PROJETO DE EXTENSÃO: GRUPO DE ESTUDOS EM CRIMINOLOGIA CRÍTICA E AMÉRICA LATINA. O objetivo do Grupo é o estudo do controle social exercido pelas forças jurídicas e pelo sistema penal a partir da trajetória latino-americana no processo histórico de constituição da região e como elemento de manutenção de poder colonial; com ênfase na política de guerra às drogas; 8- PROGRAMA DE EXTENSÃO: Afirmação de Identidades e Permanência de Estudantes indígenas e Quilombolas na Universidade que visa implantar um programa composto de ações interdisciplinares, cujo objetivo é o de promover um espaço de interlocuções entre estudantes indígenas e quilombolas do Campus de Miracema (UFT); 9 – GRUPO DE ESTUDOS SOBRE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL tem como objetivo propiciar o estudo teórico-prático sobre a formação e exercício profissional em Serviço Social frente a conjuntura atual com base no Projeto Ético Político do Serviço Social, dentre outros (BRASIL, 2022, p. 8-9).

Desta forma, é notório que o PPGSSocial vem atuando com afinco no sentido de consolidar seu curso formando jovens mestres e que, como já apontado anteriormente, traz grande relevância para o desenvolvimento da região norte do país, sendo inegável seu impacto no âmbito acadêmico e profissional.

Impactos econômicos, sociais e culturais do PPGSSocial/UFT na sociedade

Considera-se o cenário da pandemia do SARS Covid-19 e seus impactos complexos e ainda lidando com os efeitos da pandemia neste processo de consolidação do PPG que é bastante recente, centramos esforços em elaborar coletivamente indicadores e metas para qualificar a avaliação de impactos no nosso Programa na região. Compreendemos que as ações nas seguintes dimensões referentes aos impactos e à relevância, seguindo as indicações da CAPES:

3.1 Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.

3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa.

3.3 Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa.

Avaliar e monitorar nossas ações faz parte de um quadro permanente, e que está em processo de consolidação do Planejamento Estratégico, este iniciado em 2019, ano de implantação do curso de mestrado e que tem contado com a colaboração externa de uma renomada docente³. A proposta de construção do planejamento a partir de processos estratégicos participativos visa a democratização e compartilhamento de responsabilidades e informações que contempla o processo de tomada de decisão de modo coletivo, considerando o compromisso do Serviço Social com uma direção social ética, democrática e coletiva.

Considera-se importante elencar três conjuntos de questões e elementos das reflexões de Jane Prates (2022) na Aula Magna do PPGSSocial da UFT como ponto de partida desta construção⁴. O primeiro diz respeito ao que se quer alcançar e para quê? Com que objetivo e finalidade desenvolvemos esta proposta de organização (ou reorganização)? Que profissionais pretendemos formar? A partir de que valores? Que conhecimentos entendemos necessários para dar conta dessa formação? O que a área aponta como universalmente necessário para atingir esta finalidade? Quais são as particularidades deste Programa que precisam ser contemplados? Que valores e documentos precisam orientar este processo, delineando, portanto, os elementos axiológicos e epistemológicos que vão dar conta?

O segundo conjunto diz respeito a que distância se está daquilo que se quer alcançar? Para isso há a necessidade de um diagnóstico, de um juízo crítico da nossa realidade, de pesquisa das condições concretas políticas, econômicas e estruturais; além disso, importante consultar o que outros PPGs vêm realizando, o que discentes egressos realizam, pesquisas sobre a pós-graduação que nos permitam aproximações e trocas de experiências. Outros questionamentos se tornam relevantes: Quais são as nossas prioridades? O que nós estamos fazendo tem contribuído para o alcance dos objetivos prioritários?

Para tanto, a importância de identificar e problematizar os entraves internos e externos e avaliar do que dispomos para fazer o que pretendemos.

3 *Profa. Dra. Jane Prates do PPG da PUCRS (avaliado com conceito 7 na CA-PES).*

4 *A Aula Magna do PPGSSocial UFT foi realizada dia 07/04/2022 e pode ser acessada em: <https://www.youtube.com/watch?v=urco8dCD09Y>*

No terceiro conjunto há o questionamento sobre o que se pode fazer e em que prazo para reduzir a distância entre aquilo que se quer e o lugar onde se está. Nessa direção, é importante: estabelecer uma programação, definição de objetivos e políticas de ação; comprometer e políticas necessárias; estratégias de ação para atingir fins e definição de princípios que alcancem; estabelecimento de regras, rotinas e responsáveis; práticas coletivas; definição de periodicidade de reuniões; definição de prazos e metas, estratégias, articulações e parcerias.

Nessa direção, apresenta-se em seguida, as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo PPGSSocial da UFT. Sobre o item 3.1 Impacto Inovador da Produção Intelectual em Função da Natureza do Programa, destacamos que produção intelectual do PPGSSocial proporciona a reflexão crítica da realidade social, das expressões da questão social, da conjuntura brasileira e local que o PPGSSocial da UFT está inserido considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, por meio das produções bibliográficas produzidas que também são advindas de pesquisas dos discentes e docentes, assim como, das experiências vivenciadas por meio dos projetos de extensão que têm relação direta com o cotidiano da comunidade acadêmica, profissionais de Serviço Social; população indígena, quilombolas; movimentos sociais; dentre outros⁵.

Relevante mencionar que tanto as ações dos projetos de extensão e as publicações que foram resultados destas, refletem a realidade concreta. Assim como, produzindo reflexões e intervenções qualificadas no âmbito das políticas sociais, da diversidade e dos direitos, com foco na realidade brasileira e nas particularidades regionais.

Em relação ao item 3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa, informa-se que o PPGSSocial propicia o acesso à educação permanente por meio da inserção no curso de mestrado em Serviço Social no estado do Tocantins, uma vez que o curso na UFT é o pioneiro do estado nesse nível. Além disso, a sua produção bibliográfica e técnica de estudantes e docentes contribuem com a construção do conhecimento para o Serviço Social e áreas afins, assim como as análises da realidade social para os possíveis enfrentamentos das expressões da questão social; é possível também instrumentalizar

5

Informa-se que estes dados constam no Relatório do Coleta Capes de 2020.

ações dos movimentos sociais, instituições de modo geral, sociedade civil, principalmente no âmbito das políticas sociais (planejamento, execução, avaliação), impactando economicamente, socialmente e culturalmente na sociedade brasileira e principalmente tocantinense. Tais ações são realizadas por meio do desenvolvimento de pesquisas, produzindo novos conhecimentos sobre a realidade, assim como por meio dos projetos de extensão, como projetos de assessoria aos assentamentos e acampamentos em situação de conflitos agrários, consultoria a programa de atendimento para adolescentes pós-medida socioeducativa; realização de lives (transmissão contínua feita em tempo real à gravação) e produções técnicas como vídeos educativos. Neste item embora avalia-se que o impacto na sociedade foi médio devido a abrangência ser local e microrregional, entretanto, permitiu, mesmo num contexto pandêmico, aproximar universidade e comunidade externa.

No item 3.3 Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa destacam-se as produções teóricas, sendo que o PPGSSocial concentra em sua área a produção de conhecimentos voltados para o Serviço Social e seus fundamentos mediante estudos e pesquisas dos docentes, em uma perspectiva interdisciplinar. As temáticas que envolvem a formação do assistente social, bem como de profissionais de áreas afins, aglutinam reflexões teóricas voltadas para as políticas sociais e os direitos no capitalismo contemporâneo, com ênfase nas relações entre o Estado e as classes sociais no que tange às demandas por direitos no âmbito da execução e gestão das políticas sociais. Ainda é expressada a inserção social do programa por intermédio do desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa dos docentes juntamente com os discentes de graduação e pós-graduação junto a sociedade e o retorno das produções acadêmicas para a população pesquisada, permitindo a visibilidade do programa.

Destaca-se também a participação de docentes em outros programas de pós-graduação em Serviço Social como avaliadores de trabalhos, em bancas de qualificação e defesa de mestrado; trabalhos de conclusão de curso; exercício de co-orientação em curso de mestrado na PUC Goiás; participação em grupo de estudo; composição em comissão científica em evento; como pareceristas em revistas e periódicos científicos; participação em lives por meio de

convites de outras instituições de ensino; assim como desenvolvidas pelos projetos de extensão coordenados pelos professores do Programa; também como como facilitador da 5ª Edição do Projeto ABEPSS Itinerante. A visibilidade do Programa também aconteceu por meio de professores que compõem a ABEPSS como a coordenação do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS) (2020-2021). Destaca-se também as produções bibliográficas, como o E-book com produções de discentes e docentes do PPGSSocial e capítulo de livro de três professoras publicado em E-book da UFPI. Em relação à eventos que também permitiram a visibilidade do Programa, citamos a Aula Magna realizada de forma virtual que alcançou públicos de diferentes localidades e estados do país. Dentre demais atividades elencamos: Seminários Temáticos – Disciplinas Optativas; laboratórios vivenciais, palestras (lives); articulação Organização de eventos em Parceria com as IES do estado do Tocantins, CRESS, ABEPSS e ENESSO; realização de estágio de docência pelos mestrands no curso de graduação da UFT; podemos citar também as participações com apresentações de trabalho conjuntas (orientador e orientando) em diversos eventos científicos. Ainda sobre a visibilidade do Programa é possível acessar informações acerca de sua estrutura que se encontram na página da Universidade Federal do Tocantins (www.uft.edu.br) e/ou na home específica do Programa.

As ações de internacionalização em 2020 se restringiram a um contato com o setor da UFT de Relações Internacionais (RELINTER) para acesso às informações de termo de protocolo de intenções e convênios a serem estabelecidos inicialmente com Portugal, Angola e França. No aspecto internacionalização, houve também participação em eventos internacionais com apresentação de trabalhos dos docentes e respectivos orientandos, assim como avaliadores de trabalhos; como conferencistas; composição em corpo editorial de Revista Científica; houve também a realização de evento remoto internacional (América Latina). Estas ações fazem parte de um Programa que está em processo de consolidação, mas, se faz importante e necessário à educação permanente uma vez que o curso de mestrado da UFT é o pioneiro do estado nesse nível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das atividades do PPGSSocial foi impactado de forma contundente pelo ensino remoto emergencial durante a pandemia do SARS Covid-19, bem como todas as áreas da sociedade que tiveram a responsabilidade sanitária e o compromisso coletivo com a continuidade das atividades acadêmicas neste novo formato, considerando o cumprimento do papel da Universidade e dimensão ética que deve guiar nossas ações coletivas.

Nesta perspectiva, é importante salientar que o tele trabalho (que inclui a tarefa de novas aprendizagens pedagógicas remotas) que foi imposto a uma parcela de trabalhadoras e trabalhadores, aos quais se incluem o corpo docente, não pode ser visto como um “privilegio” da pandemia. Isso pois trata-se da transferência para o ambiente doméstico das tarefas anteriormente executadas na Universidade. Ainda que a estabilidade de Professoras e Professores no ambiente de trabalho público, as condições de trabalho são cada vez mais precárias, seguindo os dados empíricos da literatura crítica da área (ANTUNES, 2018; SANTOS, 2020). Esta é mais uma face perversa que adquire a precarização do trabalho sob a ótica e as contrarreformas neoliberais

Também consideramos as condições ainda adversas para os discentes, que no processo de ensino – aprendizagem remoto, perderam a dimensão do contato, da vivência universitária, da criatividade e do debate crítico que é mais estimulado no ensino presencial. Apoiou-se na definição de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), quando estes afirmam que o neoliberalismo se expandiu para além da economia e da política, criando uma nova racionalidade individualista. Neste ponto, compreendemos que o teletrabalho atomiza ainda mais os trabalhadores e tem efeitos perversos especificamente nos processos de ensino – aprendizagem. Isso não significa que não possamos usar plataformas híbridas para aplicação de novas metodologias formativas, mas que precisamos estar atentas aos processos que privilegiam as relações coletivas.

Ressaltamos a importância de refletir de forma coletiva sobre os elementos do processo de avaliação, visando também: Ampliação de financiamentos, Articulação com o Plano de Desenvolvimento

Institucional/PDI – UFT, Auto-avaliação permanente como parte da qualificação do PPGSSocial, Desenvolvimento Regional, Direção social da gestão do PPGSSocial em consonância com Projeto Ético Político do Serviço Social e o compromisso com processo formativo – formação de qualidade.

De todo modo, é importante salientar que diante das adversidades e contradições presentes no mundo do trabalho e no campo da Educação Superior, o PPGSSocial da UFT tem alcançado seus objetivos por meio do desenvolvimento dos projetos de extensão, pesquisas, eventos, articulação com outros PPGSSocial, produção teórica, dentre outras atividades, assim como, diante da aproximação com a comunidade interna e externa a UFT, proporcionando impactos na sociedade por meio de reflexões teóricas e intervenções qualificadas no âmbito das políticas sociais, da diversidade e dos direitos, com foco na realidade brasileira e nas particularidades regionais. Dessa forma, ressaltamos a importância deste Programa no acesso à educação permanente; à construção do conhecimento para o Serviço Social e áreas afins, assim como as análises da realidade social e local para os possíveis enfrentamentos das expressões da questão social, bem como a possibilidade de instrumentalizar os movimentos sociais, instituições de modo geral, sociedade civil, principalmente no âmbito das políticas sociais (planejamento, execução, avaliação), impactando economicamente, socialmente e culturalmente na sociedade brasileira e principalmente tocantinense.

REFERÊNCIAS

ALBIERO, Célia Maria Grandini; AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes; TAMAROZZI, Giselli de Almeida. A Pós-Graduação em Serviço Social no estado do Tocantins: Uma experiência desafiadora. In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GOMES, Vera Batista (org.). Serviço Social: Formação, Pesquisa e Trabalho Profissional em Diferentes Contextos. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 329-356.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ARAUJO, Gislene Ferreira da Silva. *A intersetorialidade nas políticas públicas (saúde, assistência social e educação) como estratégia de enfrentamento da pobreza na região do Jalapão no Estado do Tocantins*.

2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Plataforma Sucupira. *Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT)*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Plataforma Sucupira. *Relatório de Dados Enviados do Coleta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT)*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021.

CEPAL. *Panorama Social da América Latina 2020*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020>. Acesso em: 26 set. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

EMBRAPA. *A dimensão territorial das áreas destinadas à preservação da vegetação nativa pelos produtores rurais do Tocantins*. 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/car>. Acesso em: 14 jan. 2023.

FCP, Fundação Cultural Palmares. *Certificação Quilombola*. 2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-to-22082022.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Área da unidade territorial: Área territorial brasileira 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 14 jan. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p.: il. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 43).

LIMA, Layanna Giordana Bernardo. *OS AKW-XERENTE NO TOCANTINS: território indígena e as questões socioambientais*. 2017. 286 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PAULO NETTO, José. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

TOCANTINS (Estado). Assembleia Legislativa do estado do Tocantins. *Lei estadual número 94, de 17 de novembro de 1989, tendo o texto alterado pela lei número 159/1990*. Palmas (TO): Assembléia legislativa, 1994. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Tocantins#Hist%C3%B3ria. Acesso em: 17 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. *Plano de Qualificação e Formação Docente* (PQFD). Miracema do Tocantins, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio – Serviço Social como área de conhecimento: desvendando a questão social. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). *Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos*. São Paulo: Cortez Editora, 2020. p. 11-15.

YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Cecília Nunes Froemming

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela PUC-RS e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília-UNB. Docente do curso da graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Vice-Coordenadora do PPGSSocial; membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). E-mail: cecilia.froemming@uft.edu.br

Célia Maria Grandini Albiero

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente pela Universidade Federal do Tocantins na Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br

Cilene Sebastiana da Conceição Braga

Assistente Social. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília. Pós-doutorado no Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE. Professora Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS). E-mail: cilene@ufpa.br

Cristiana Costa Lima

Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). Foi vice-coordenadora do PPGPP/UFMA (gestão 2020- 2022). E-mail: cristiana.lima@ufma.br

Edna Maria Goulart Joazeiro

Assistente social e Socióloga. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Pós-Doutora em

Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC São Paulo. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, Brasil. Editora Científica do Periódico Serviço Social & Saúde (UNICAMP), Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho e Políticas Públicas da UFPI e Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas, CNPq, Brasil. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq e coordenadora do Projeto de Pesquisa Territórios, temporalidades e desigualdade social: trabalho profissional das profissões das políticas de Saúde e de Assistência Social em diferentes contextos nacionais e internacionais em tempo de pandemia da Covid-19, Brasil, Chile e França financiada pela Chamada CNPq/Universal 2022-2025. E-mail: ednajoazeiro@ufpi.edu.br

Eliane Marques de Menezes Amicucci

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca. Docente do curso da graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Coordenadora do PPGSSocial; membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). E-mail: eliane.amicucci@uft.edu.br.

Escarlete Raíssa Evangelista da Silva

Assistente Social formada pela Universidade Federal do Amazonas (2019). É mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É vinculada ao Grupo de Pesquisa e Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). E-mail: escarleteiraissa@gmail.com

Fernanda Iracema Moura Arnaud

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia/GEP_TESA/PPGSS-UFPA. Analista judiciário (Apoio especializado: Serviço Social) no Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Giselli de Almeida Tamarozzi

Assistente Social. Mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente da graduação e Pós-Graduação *Latu e Strictu Senso* em Serviço Social. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP); Coordenadora do Projeto de Extensão sobre Famílias (PEXFAM); tutora coordenadora do PET Saúde Gestão e Assistência 2022. E-mail: gisellitamarozzi@uft.edu.br

Hamida Assunção Pinheiro

Assistente Social. Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. É Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). É membro da Coordenação Nacional do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ2) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: hamida.assuncao@gmail.com / hamida@ufam.edu.br

Jairo de Carvalho Guimarães

Graduação em Administração. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor permanente e subcoordenador (2022-2024) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: jairoguimaraes@ufpi.edu.br.

Joana Valente Santana

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Bolsista

Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: joanavalente@ufpa.br / joanavalentesantana@gmail.com

Kátia da Silva Farias

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), especialista em Gestão em Serviço Social e Políticas Públicas e especialista em Assistência Sociojurídica e Segurança Pública. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). E-mail: katfarias@gmail.com

Lidiany de Lima Cavalcante

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM. Pós-doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Integra o Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS/UFAM). Coordena o Laboratório de Estudos de Gênero (LEG/UFAM). E-mail: lidiany@ufam.edu.br

Maria Aparecida Milanez Cavalcante

Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em Sociologia pela UFPI. Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEP-TESA/CNPq/UFPA). E-mail: milanez@ufpa.br

Maria Eunice Pereira Damasceno Ferreira

Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). Foi coordenadora do PPGPP/UFMA (gestão 2020- 2022). E-mail: eunice.maria@ufma.br

Maria Liduina de Oliveira e Silva

Assistente Social. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista. Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS na gestão Aqui se respira luta! (2021-2022). E-mail: liduoliveira90@gmail.com

Mariana Cavalcanti Braz Berger

Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA. Egressa e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). E-mail: mariana.braz@ufma.br

Rafaela Bezerra Fernandes

Assistente Social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: rafaelabefer@gmail.com. Representante discente nacional de pós-graduação da ABEPSS na gestão aqui se respira luta! (2021-2022).

Reinaldo Nobre Pontes

Assistente Social. Doutor em Sociologia pela UCM (Espanha). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Política Social e formação Profissional. E-mail: rpontes@ufpa.br

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). E-mail: roberta_ufam@yahoo.com.br

Rodrigo José Teixeira

Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do curso de Serviço Social

da Universidade Federal de Fluminense – Campus Rio das Ostras. Presidente da ABEPSS na gestão Aqui se respira luta! (2021-2022). E-mail: rodrigossocial@gmail.com

Rosemeire dos Santos

Graduada em Serviço Social pela Universidade de Taubaté - UNITAU, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, professora da graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – UFT, líder do Grupo de Pesquisa em Proteção Social e Famílias – GEPSSFAM/UFT, membra pesquisadora do Núcleo de Seguridade Social e Assistência Social da Pontifícia Universidade de São Paulo – NEPSAS/PUC-SP e compõe a Rede de Pesquisa de Família e Política Social – REFAPS/UFSC. Vice-Presidente da Regional Norte da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, gestão 2021-2022 “Aqui se respira luta!”. E-mail: rosemeiresantosp@gmail.com

Solange Maria Teixeira

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora associada na graduação em Serviço Social e na pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora Produtividade 1D CNPq. E-mail: solangeufpi@gmail.com

Tales Willyan Fornazier Moreira

Assistente Social. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. Representante discente nacional de pós-graduação da ABEPSS na gestão Aqui se respira luta! (2021-2022). E-mail: taleswf@live.com

Valéria dos Santos de Almada Lima

Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). Atual coordenadora do PPGPP/UFMA (gestão 2022 – 2024). E-mail: valeria.almada@ufma.br

